

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ALISON BARBOSA DE SOUZA

**A BIBLIOTECA PÚBLICA DO CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA:
FUNÇÕES SOCIAIS E SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS
CIDADÃOS-USUÁRIOS**

Belo Horizonte

2018

ALISON BARBOSA DE SOUZA

**A BIBLIOTECA PÚBLICA DO CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA:
FUNÇÕES SOCIAIS E SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS
CIDADÃOS-USUÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientador: Fabrício José Nascimento da Silveira

BELO HORIZONTE

2018

S729b Souza, Alison Barbosa de.

A biblioteca pública do Centro Cultural Vila Fátima [recurso eletrônico] : funções sociais e sentidos atribuídos pelos cidadãos-usuários / Alison Barbosa de Souza. - 2018.

1 recurso online (127 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Fabrício José Nascimento da Silveira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 116-119.

Anexos: f. 120-127.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Bibliotecas públicas – Teses. 3. Bibliotecas públicas – Estudo de usuários – Teses. 4. Clubes de livros – Teses. 5. Livros e leitura – Teses. I. Título. II. Silveira, Fabrício José Nascimento da. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 027.4(815.1)

Ficha catalográfica: Rosimeire Silva Campos de Lima CRB:6/3145

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

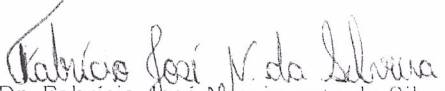
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **ALISON BARBOSA DE SOUZA**, matrícula:
2016662063


Às 09:00 horas do dia 18 de dezembro de 2018, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 22/11/2018, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **A Biblioteca Pública do centro cultural Vila Fátima (BCCVF): funções sociais e sentidos atribuídos pelos cidadãos-usuários**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:


Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira - Orientador	APROVADO
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis	APROVADO
Dra. Ana Amélia Lage Martins	APROVADO
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADO

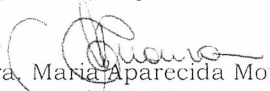
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

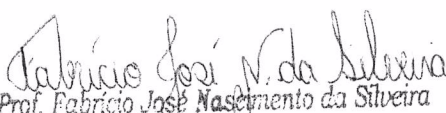

Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira
(ECI/UFMG)


Dra. Ana Amélia Lage Martins
(FMC)

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2018.

Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
(ECI/UFMG) - aposentada


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
(ECI/UFMG)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira
Sub-Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Ciência da Informação



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

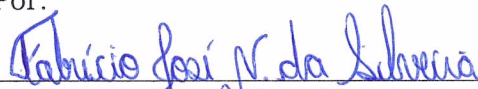
"A BIBLIOTECA PÚBLICA DO CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA (BCCVF):
FUNÇÕES SOCIAIS E SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS CIDADÃOS- USUÁRIOS"

Alison Barbosa de Souza

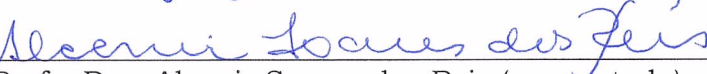
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"mestre em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Informação, Cultura e Sociedade"**.

Dissertação aprovada em: 18 de dezembro de 2018.

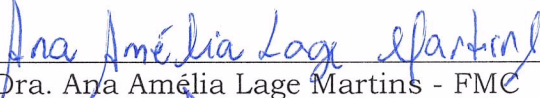
Por:



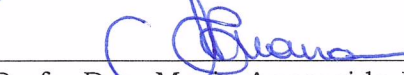
Prof. Dr. Fabricio José Nascimento da Silveira - ECI/UFMG (Orientador)



Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis (aposentada) - ECI/UFMG

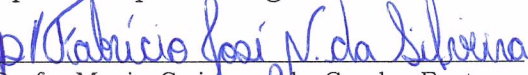


Dra. Ana Amélia Lage Martins - FMC



Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

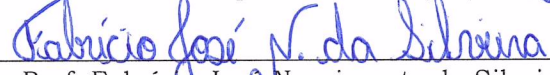


Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota
Coordenadora

Prof. Fabricio José Nascimento da Silveira

Sub-Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Ciência da Informação

Versão final aprovada em 18/03/2019



Prof. Fabricio José Nascimento da Silveira
Orientador

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos e todas que, nos mais variados contextos, acreditaram e continuam a acreditar nas potencialidades de interação a partir da biblioteca pública, dos livros e das pessoas.

AGRADECIMENTOS

Meu muito obrigado é destinado a todos que tornaram essa pesquisa possível. Agradeço ao meu orientador, Fabrício Silveira, pela paciência e dedicação nesse desafio que é a orientação acadêmica. Mais que um colega na caminhada e de convergência temática, tornamo-nos grandes amigos, partilhando da mesma paixão pela biblioteca pública! Agradeço pela firmeza nos momentos em que houve necessidade, pelo acolhimento nos momentos em que me sentia mais frágil, solitário e desestimulado, recobrando-me o ânimo e a determinação necessárias para tornar o que se encontra nessas bem traçadas linhas.

Agradeço à Andreza Gonçalves, por todos os momentos de escuta e conselhos ao longo dessa caminhada, pelos momentos de desabafo em que foi ombros, ouvidos e coração. Pelas visitas e companhia nos momentos adequados, superando limitações momentâneas de seu estado de saúde para ir a meu encontro.

Obrigado a Fabíola Farias, grande incentivadora na concretização desse trabalho, desde os rascunhos iniciais e nas muitas conversas estabelecidas no ambiente de trabalho, que geraram questionamentos apreensíveis sobre o universo que observamos de pontos diferentes que é a biblioteca pública: divergências não nos separaram.

A esses três, inicialmente, obrigado por não desistirem de mim!

Agradeço às professoras Ana Maria Galvão, Alcenir Soares dos Reis e Maria Aparecida Moura, componentes da Banca de Qualificação, pelos apontamentos e contribuições significativas no momento de redesenho e definição da pesquisa.

Obrigado aos demais colegas de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação: Flavinha, Celsiane, André, Elaine, Karol, Bruno, Lorena, Juliana, Eliane, Luciana e tantos outros, pela paciência nos momentos iniciais e dicas ao longo desse percurso.

A todas e todos que se dispuseram a contribuir com seus respectivos depoimentos nas entrevistas realizadas para essa pesquisa a partir da Biblioteca do

Centro Cultural Vila Fátima. Aos pais e mães que acompanharam seus filhos nas entrevistas. A todos e todas que lá trabalham, aos quais agradeço na pessoa do Carlos.

Aos colegas que contribuíram para a inserção de dados estatísticos sobre a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima: Waney, Adriana, valorosas contribuições. À colega Juliana Vilaça, pela disponibilização do espaço para a realização da pesquisa, sem a qual nada disso seria possível!

Aos alunos da disciplina “Bibliotecas públicas e comunitárias”, obrigado pela experiência de estágio docente. Aos professores que se dedicaram na transmissão de conhecimentos para lapidação do tema que me propus a discutir.

Aos que me geraram, meu pai e minha mãe, e sempre me estimularam, à sua maneira, a ser uma pessoa responsável e estudiosa, obrigado por todo estímulo. Agradeço também àquelas e aqueles que me auxiliaram na formação desde os tempos estudantis: minhas tias Maria Lúcia, Regina Célia, Ângela, Lúcia; minha irmã Cristiane, e sua colega Maria José, pela pesquisa que me fez despertar pelo interesse da investigação e acredito que tenha me impulsionado a me tornar Bibliotecário, trabalho esse sobre as civilizações da Antiguidade: nunca me esquecerei dos ititas, cretenses, persas, romanos, gregos, maias, astecas...

Por fim, gostaria de agradecer a todos e todas que, positiva ou negativamente, participaram dessa etapa importante da minha vida, que é a experiência de um estudo acadêmico orbitado em um tema, que me é tão querido, a biblioteca pública.

Será porque estamos nos divertindo tanto em casa que nos esquecemos do mundo? Será porque somos tão ricos e o resto do mundo tão pobre e simplesmente não damos a mínima para sua pobreza? Tenho ouvido rumores; o mundo está passando fome, mas nós estamos bem alimentados. Será verdade que o mundo trabalha duro enquanto nós brincamos? Será por isso que somos tão odiados? Ouvi rumores sobre o ódio, também, esporadicamente ao longo dos anos. Você sabe porque? Eu não, com certeza que não! Talvez os livros possam nos tirar um pouco dessas trevas. Ao menos poderiam nos impedir de cometer os mesmos malditos erros malucos!

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima. São Paulo: Globo, 2009. 256 p. (Globo de bolso).

RESUMO

Esta pesquisa objetivou apreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos em relação à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF). Em face da problemática que envolve as bibliotecas públicas e dos objetivos definidos para o presente estudo, efetivou-se revisão bibliográfica centrada em torno das seguintes temáticas: Biblioteca Pública, Centros Culturais, Ação Cultural e Cidadania. A esses conceitos se conjugou o pressuposto de que as bibliotecas públicas se constituem como importante instrumento de disseminação de informações e construção de sentidos que modulam a vida social, bem como de acesso aos conteúdos informativos e à produção de conhecimento que emergem da interação entre os sujeitos no espaço público. Complementar a isso, buscou-se salientar as funções e práticas sociais responsáveis por definir o lugar ocupado pela BCCVF no contexto do Aglomerado da Serra e na história de vida dos sujeitos que a ela recorrem. Sendo assim, assinala-se sua relevância enquanto entidade voltada à promoção da leitura, incentivo às ações culturais e educativas daquela comunidade, à organização e disseminação da informação, bem como espaço de lazer, segurança e sociabilidade para seus cidadãos-usuários. Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, de natureza qualitativa e de base exploratória. Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 25 (vinte e cinco) indivíduos acerca da Biblioteca e das relações que mantém com a instituição. Como resultado, a análise dessas entrevistas demonstrou os distintos pontos de ancoragem que sustentam suas referências interpessoais e a importância atribuída por eles à Biblioteca – dimensões informativas, afetivas e estruturais. Evidenciou ainda que a Biblioteca exerce uma força de valor educacional e de formação cidadã, sendo um espaço de referência comunitária que impacta na vida das pessoas e na realidade social do Aglomerado da Serra.

Palavras-chave: Biblioteca Pública; Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF); Centros Culturais; Biblioteca Pública - Cidadania; Biblioteca Pública - Ação Cultural; Biblioteca Pública - Leitura; Biblioteca Pública – Socialização.

ABSTRACT

This study aimed to learn the assigned meanings by the attendees about the Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF). In relation to the problem that involves the public libraries and the defined objectives for the present study, it was accomplished the revision of the bibliography centred around the following topics: Public Library, Cultural Centres, Cultural Action and Citizenship. It was combined an assumption to these principles that the public libraries were constituted as an important instrument of dissemination of information and construction of the senses that shape the social life, as well as the access to these informative contents and the production of knowledge that emerges from the interaction among people in this public space. Apart from that, it was raised the functions and social practice responsible for defining the established place by BCCVF in the context of Aglomerado da Serra shanty town and its history in the lives of those people who attend it. Thus, it was assigned its relevance as an entity aimed to the promotion of reading, educational and cultural of that community, to the organization and dissemination of information, as well as a space of leisure, safety and sociability for its citizen-attendees. In methodologic terms, the study characterised as a study of case, of quality nature and with exploratory basis. It was held semi-structured interviews with 25 (twenty five) people that live nearby the library and also their relationship with that institution for data gathering. As a result, the analysis of these interviews showed distinctive anchoring points that sustain its interpersonal references and the attributed importance by them in the library – informative, affective and structural dimensions. It was highlighted that the library exerted an educational power of educational value and also of citizen formation, being a space of community reference that impacts the lives of people and the social reality of Aglomerado da Serra.

Keywords: Public Library; Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF); Cultural Centres; Public Library - Citizenship; Public Library – Cultural Action; Public Library – Reading; Public Library – Socialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Aglomerado da Serra, Belo Horizonte.	46
Imagem 02 - Croqui da Intervenção do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra.....	49
Imagem 03 - Rede de Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte por ano de inauguração.....	59
Imagem 04 - Fachada do Centro Cultural Vila Fátima (CCVF).	62
Imagem 05 - Semana de inauguração do CCVF - 2008.....	62
Imagem 06 - Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF): primeiro ano.....	63
Imagem 07 - Visitas guiadas à BCCVF.	64
Imagem 08 - Uso da BCCVF para atividades em grupo.	66
Imagem 09 - Comemoração 1 Ano CCVF na BCCVF.....	66
Imagem 10 - Narração de histórias na BCCVF.....	67
Imagem 11 - Atividade de promoção da leitura na BCCVF.	68
Imagem 12 - A BCCVF em seu layout atual.....	69
Imagem 13 - A BCCVF : detalhe da entrada e área de atendimento.....	70
Imagem 14 - A BCCVF: detalhe do acervo e coleções especiais.	71
Imagem 15 - A BCCVF: detalhe da área de Biografias.	72
Quadro 01 - Caracterização da amostra constituída.	81-82
Gráfico 01 - Perfil dos entrevistados por faixa etária.....	83
Gráfico 02 - Distribuição dos entrevistados por gênero.	83
Mapa 01 – Belo Horizonte e suas Regionais Administrativas	47
Mapa 02 – Áreas de vilas e favelas em Belo Horizonte.....	48
Mapa 03 – Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura	54
Tabela 01 – Perfil dos entrevistados por grau de instrução / escolaridade.....	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Estrutura da dissertação	15
2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: CONCEITO, EVOLUÇÃO E FUNÇÕES SOCIAIS	17
2.1 A biblioteca pública: revisão do conceito a partir do Manifesto Unesco / IFLA.....	17
2.2 Biblioteca pública: aspectos históricos e de cidadania	20
2.3 Biblioteca pública: aspectos sociopolíticos e de leitura	26
2.4 Estudos sobre biblioteca pública: funções e importância social	32
2.5 Biblioteca pública e centros culturais: aproximações e distanciamentos, ação cultural e cidadania	34
3 O CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA E SUA BIBLIOTECA.....	45
3.1 O Aglomerado da Serra e o contexto dos projetos de urbanização: Urbel, Vila Viva	45
3.2 Políticas públicas para bibliotecas e centros culturais em Belo Horizonte.....	53
3.3 Histórico de implementação do Centro Cultural Vila Fátima	61
4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	74
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	81
5.1 Os cidadãos e cidadãs do universo da pesquisa	85
5.2 Os sentidos atribuídos à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima	85
5.2.1 Frequência.....	90
5.2.2 Bens e serviços ofertados na e pela Biblioteca.....	93
5.2.2.1 Empréstimo de livros e outros materiais.....	94

5.2.2.2	Serviços de informação em meios impressos e eletrônicos.....	95
5.2.2.3	Serviços de mediação da informação	96
5.2.2.4	Serviços de promoção da leitura e de formação de leitores	97
5.2.3	Modos de uso e percepções sobre a Biblioteca	101
5.2.3.1	A BCCVF como lugar de aprendizagem ao longo da vida.....	101
5.2.3.2	Interesses recreativos	105
5.2.3.3	Necessidade de informação.....	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
ANEXOS		120
ANEXO I: ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA		120
ANEXO II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)		124
ANEXO III: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)		126

1 INTRODUÇÃO

*“branca vela
a caravela
brinca
de leva-e-traz
atrás de
fonemas
num mar de
palavras”¹*

Entrar em uma biblioteca pública, observar seus livros, seus espaços, sua organização, os móveis, as mesas, as cadeiras, estantes. Junto a isso perceber que bibliotecas não são compostas apenas de livros e móveis, há também as pessoas, por vezes acolhedoras, ora aproximando-se prontamente e se colocando na posição de atenção, escuta e acolhida, ora deixando aquele ser fruir livre, até que um questionamento porventura surja a partir de sua observação. O conjunto de sensações e impressões formado a partir das experiências vivenciais e intersubjetivas que cada sujeito carrega consigo, faz com que os atores presentes nos dois lados dessa cena, pessoas que adentram nos espaços informacionais e funcionários ali dispostos a mediar o encontro entre os livros e seus leitores, tenham algo a dizer. Por essa razão, o presente estudo adotou por objetivo geral apreender e analisar os sentidos atribuídos ao processo de apropriação da Biblioteca Pública do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) vinculada ao Centro Cultural Vila Fátima (CCVF) por parte da comunidade estabelecida em seu entorno. Indo mais além, visou-se compreender quais as contribuições dessa relação entre cidadão e biblioteca para o exercício da cidadania dos sujeitos que utilizam e conferem sentidos diversos à instituição.

Este estudo partiu da experiência profissional do autor como Bibliotecário que também atua em uma biblioteca de centro cultural, atendendo demandas de informação e buscando criar estratégias para o fortalecimento cultural de uma comunidade localizada em uma região periférica de Belo Horizonte. Nesses termos, a pesquisa nutriu-se das experiências pessoais do autor, assim como das

¹ BICALHO, Gabriel. Marinha I. In: *Caravela: redescobrimientos*. Brasília, Ministério da Educação, 2006, p. 16. (Leitura para todos ; 4).

indagações cotidianas que recorrentemente emergem no contexto do exercício profissional.

O presente estudo também se mostra marcado pelas reminiscências das bibliotecas públicas e escolares por onde passou o autor, e no hábito de observar, ‘desde sempre’, a conduta de quem se detinha detrás de uma mesa ou um balcão de atendimento, perdendo-se ou encontrando-se entre fichas e livros. Nesse mesmo movimento, emergiram-se algumas lembranças relacionadas à postura por vezes acolhedoras, por vezes ríspidas desses sujeitos, alguns detentores de títulos diversos ao de bibliotecário, que se punham a serviço ou não da organização do espaço, ora disponibilizando os conteúdos com total domínio e conhecimento do acervo, ora deixando os consulentes soltos, igualmente perdendo-se ou achando-se naquele universo. Como pesquisador, tais vestígios mnêmicos impôs a necessidade de se compreender como os sujeitos, doravante denominados cidadãos-usuários², compreendem a Biblioteca e em que medida os mesmos se valem das potencialidades desse espaço informacional para “transformarem” suas vidas e a realidade que os cercam.

Como objeto de estudo, elegeu-se, para tanto, a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF), localizada em uma das comunidades constituintes do Aglomerado da Serra de Belo Horizonte/MG. Como justificativa para tal escolha, assinala-se o importante trabalho desempenhado por esse espaço na formação continuada de crianças, jovens, adultos e idosos em uma região carente de bens e produtos culturais de acesso público. Dito isto, partiu-se da compreensão de que a frequência dos sujeitos à biblioteca “faz diferença na vida” daqueles cidadãos-usuários que a ela recorrem, impulsionando-os a lançar um novo olhar sob a própria realidade. Pretendeu-se também apreender se e em que condições as bibliotecas públicas podem ser definidas como espaços de construção e de exercício da cidadania social, civil e política.

Nesse sentido, é importante mencionarmos aqui que tanto o CCVF quanto sua Biblioteca configuram-se, no contexto do Aglomerado da Serra, em equipamentos públicos que buscam preencher uma lacuna na prestação de bens e

² O termo cidadão-usuário surgiu quando o pesquisador era Bibliotecário na BCCVF e, ao ser indagado por uma criança quem era ‘usuário’ num formulário da Biblioteca o mesmo informou que se tratava dele, ali na condição de utilizador da BCCVF. Ao ouvir isso, a criança retrucou dizendo não ser usuário, que “usuário é quem usa drogas, eu sou cidadão!”. Em função disso, no contexto das análises aqui empreendidas, o termo usuário-cidadão será empregado como expressão conjugada.

serviços informacionais públicos e gratuitos, aos quais os sujeitos, vivendo em situação de marginalização histórica, não tinham acesso garantido, sendo a eles negados um conjunto de direitos sociais³.

Diante do exposto, tornou-se importante refletirmos sobre as características e funções sociais das bibliotecas públicas e quais aspectos as distinguem de outras unidades informacionais, bem como identificar as especificidades das bibliotecas dos centros culturais, tanto do ponto de vista da oferta de bens e serviços quanto da compreensão por parte dos sujeitos que delas se valem. Seguindo nessa direção, foi possível confirmar com o presente estudo que os aspectos e funções sociais da biblioteca pública são aqueles que a legitimam junto à comunidade e aos sujeitos que dela se valem: acesso gratuito à informação, ser um pólo de produção e representação da cultura local, fomentar o gosto pela leitura e pela educação em parceria com a escola, bem como a função cidadã, ocupando uma parcela importante na promoção e fomento da cidadania no local onde está inserida.

No âmbito específico dessa pesquisa, tal compreensão chamou atenção para as formas de promoção, uso, articulação e estratégias de atuação entre a biblioteca e o centro cultural. Razão pela qual, além de descrever tais elementos por meio da observação *in loco*, fez-se necessário ouvir os cidadãos-usuários que frequentam a BCCVF com o objetivo de apreender os sentidos por eles atribuídos a essa instituição. Como se verá ao longo da dissertação, grande parte dos sujeitos entrevistados já estabelecem diversas relações com a Biblioteca, alguns de forma mais pontual, outros de modo mais constante e enraizado.

Em face dos discursos e sentidos elaborados por nossos interlocutores torna-se possível indicarmos que essa Biblioteca contribui de forma significativa para os processos de mediação da informação junto à comunidade do Aglomerado da Serra. Além disso, ressaltamos que a BCCVF representa um braço institucional da política pública naquele território, uma vez que cria condições para ampliar o acesso a diversos serviços culturais, informacionais e de produção do conhecimento, possibilitando àqueles sujeitos a formação de uma consciência crítica em relação aos seus contextos cotidianos.

³ Segundo o “Guia cultural de vilas e favelas de Belo Horizonte” (2004, p. 71) organizado por Clarice Libânio, que percorreu diversas favelas de Belo Horizonte, no período de realização da pesquisa não havia nenhuma biblioteca pública ou comunitária nas Vila Fazendinha e Nossa Senhora de Fátima, integrantes do conjunto de favelas do Aglomerado da Serra, sendo esta uma demanda de representantes dos segmentos artístico-culturais entrevistados.

Portanto, na configuração dessa pesquisa, para além de apreendermos os sentidos atribuídos à BCCVF por seus cidadãos-usuários – esse, o nosso objetivo geral – outros objetivos mais específicos foram delineados: rever teórica e conceitualmente os elementos demarcadores das funções sociais das bibliotecas públicas; caracterizar o Aglomerado da Serra em Belo Horizonte em suas dimensões demográficas e socioculturais; descrever o CCVF e sua Biblioteca; e, também, explicitar como se deu o processo de implementação de políticas habitacionais e culturais no Aglomerado da Serra e suas reverberações no âmbito da comunidade, especialmente a partir da abertura ao público do Centro Cultural e de sua Biblioteca.

Trata-se assim, de pesquisa portadora de dupla justificativa: a primeira vinculada à sua dimensão social e a segunda marcada pelo questionamento acerca dos impactos das políticas públicas municipais no campo da cultura em áreas socialmente vulnerabilizadas. Além disso, é preciso frisar que contemporaneamente essas temáticas não têm sido priorizadas pelas agendas de pesquisa da Ciência da Informação, condição que fez emergir, assim, uma terceira motivação para realização desse estudo.

Em termos organizativos, a pesquisa subdivide-se em 04 (quatro) seções específicas, as quais descrevemos abaixo.

1.1 Estrutura da dissertação

Após essa seção introdutória, na qual apresentamos as motivações da pesquisa, a seção seguinte, intitulada “**Bibliotecas públicas: conceito, evolução e funções sociais**”, adotou por centralidade a constituição de revisão bibliográfica acerca das funções sociais das bibliotecas públicas, caracterizando-as como espaço de cidadania, de ampliação das possibilidades de acesso público e gratuito à informação, à cultura e à dinâmicas de produção de conhecimento. Devido à especificidade de nosso objeto de estudo, efetivou-se, ainda, uma aproximação teórico-conceitual entre Bibliotecas Públicas e Centros Culturais com vistas a apreender as possibilidades de atuação dessas instituições em contextos periféricos, sobretudo vinculadas à problemática da ação cultural.

A seção subsequente descreve a realidade concreta da Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima, que integra a rede de centros culturais da Fundação Municipal

de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte/MG. Essa Biblioteca desenvolve suas atividades em uma das comunidades que conformam o Aglomerado da Serra, razão pela qual se tornou importante caracterizar essa realidade social e discutir os efeitos da implementação da política pública de cultura naquela realidade em consonância com os processos de urbanização e de ampliação do acesso público a bens e serviços até então negligenciados aos sujeitos que conformam essa comunidade.

Posteriormente, são apresentados os marcadores e os instrumentais metodológicos adotados para realização da pesquisa bem como as distintas etapas de sua execução.

Na última seção desenvolve-se o trabalho analítico da pesquisa, onde procuramos evidenciar, por meio da interpretação dos depoimentos colhidos, os vínculos estabelecidos por 25 (vinte e cinco) usuários-cidadão com a BCCVF. Ao apreendermos esses vínculos tornou-se possível o desvelamento dos sentidos atribuídos por esses sujeitos àquela instituição e também os atributos que lhe conferem um lugar de destaque na paisagem social e cultural do Aglomerado da Serra.

À guisa de conclusão, as considerações finais avançam no sentido de resgatar os objetivos da pesquisa e apontar perspectivas de estudos futuros, dando continuidade ao que foi aqui desenvolvido ao longo de toda a pesquisa. Retomam-se, ainda, as evocações iniciais do pesquisador e reflete-se sobre o processo de amadurecimento que a pesquisa lhe proporcionou.

Dito isso, começemos nosso trabalho buscando resposta para a seguinte questão: o que caracteriza e quais as funções sociais de uma biblioteca pública na contemporaneidade?

2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: CONCEITO, EVOLUÇÃO E FUNÇÕES SOCIAIS

*“gosto de visitar montanhas à noite
elas são bibliotecas de alma que guardam
constelações em prateleiras”⁴*

A presente seção tem por centralidade a biblioteca pública. Nesse sentido, destaca sua configuração evolutiva e atual, tanto a partir de uma revisão conceitual, quanto por meio da análise de suas funções sociais e de seu caráter informacional. Razão pela qual apresenta e discute estudos elucidativos do tema, bem como a presença das bibliotecas em centros culturais. Efetua-se, ainda, uma leitura da biblioteca pública enquanto espaço de cidadania, explicitando a compreensão que se tem dos conceitos de ação cultural e de participação cidadã.

De modo geral, considera-se a biblioteca pública um equipamento que impulsiona a ampliação das possibilidades de formação dos indivíduos por meio do acesso à informação e do estabelecimento de processos de mediação informacional, de fruição e da decorrente apreensão e produção do conhecimento, a fim de possibilitarem que os sujeitos atuem crítica e construtivamente nas realidades em que estão inseridos.

2.1 A biblioteca pública: revisão do conceito a partir do Manifesto da Unesco/IFLA

A biblioteca pública, objeto central do presente estudo, deve ser compreendida para além do já superado conceito que, em outros momentos históricos, a definiu como uma coleção de livros organizada e disponibilizada para consulta pública. Isso porque, em uma compreensão atual, tal instituição não deve ser analisada única e exclusivamente em função de seu acervo, posto configurar-se, conforme apontam a IFLA⁵ enquanto organismo diretamente ligado à atuação

⁴ CARVALHO, Daniel. Manual para ler as estrelas. São Paulo: Moto Press, 2018. p. 15.

⁵ IFLA: Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (*International Federation of Library Associations and Institutions*). É um organismo internacional que representa os interesses

bibliotecária e a UNESCO⁶, em porta de entrada para a comunidade e em local que possibilita a autoformação dos sujeitos, bem como a ampliação das oportunidades de acesso à informação por meio da mediação e do estabelecimento de relações de troca, de produção de conhecimento e de construção permanente da cultura.

Não sem razão, o Manifesto da Unesco/IFLA sobre Bibliotecas Públicas (1994) explicita, já em suas linhas iniciais, que “a biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, fornece condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais” (UNESCO, 1994). De acordo com tal proposição, as bibliotecas públicas são entendidas aqui como espaços que potencializam tanto o desenvolvimento local quanto o pessoal por meio da promoção da cultura e de atividades que fomentam o acesso à informação, a dinamização das práticas educativas e, também, o estabelecimento de relações afetivas e de socialização.

No contexto brasileiro, a Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), endossando as modalidades de compreensão acima assinaladas, estabeleceu princípios e diretrizes vinculadas à atuação social dessas instituições, os quais podem ser dispostos conceitualmente por meio dos seguintes termos:

O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. A biblioteca pública é um elo de ligação entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e o recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, discutir problemas, autoinstruir-se e participar de atividades culturais e de lazer. (SNBP, 2000, p. 17).

Partindo desses princípios e diretrizes, a biblioteca pública se apresenta, ainda, como lugar de ação cultural, de exercício da cidadania e de vivência política, que ganha força de intervenção social a partir dos suportes informacionais que

dos serviços de biblioteca e informação e dos seus utilizadores ou usuários. Constitui-se como a principal voz dos profissionais de informação e documentação.

⁶ UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). É uma agência especializada das Nações Unidas (ONU), com sede em Paris. Seu principal objetivo é contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais, humanas, comunicação e informação.

possui e do poder de decisão que enseja em seus cidadãos. Perspectiva que coaduna com a definição de Jaramillo (2000, apud. JARAMILLO, 2011 p.72), para quem a biblioteca pública é entendida como uma instituição sociocultural que tem como principal finalidade possibilitar o livre acesso à informação e ao conhecimento de maneira gratuita, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida das pessoas e a construção de relações democráticas.

Em termos contextuais, os aspectos históricos de constituição das bibliotecas públicas, tal como explicitado por Silveira (2012), deixa claro os objetivos que viabilizaram o surgimento dessas instituições e também os distintos elementos de ordem política e social que favoreceram sua consolidação enquanto espaço cultural. Nas palavras do autor:

A história das bibliotecas públicas é relativamente recente. Elas surgem na Europa como resultado de inúmeras transformações decorrentes do expressivo processo de desenvolvimento industrial e urbano que ocorreu naquela região entre os séculos XVIII e XIX. A expectativa era que tais instituições contribuíssem de maneira significativa para o progresso cultural e intelectual da nação, bem como para a promoção da ordem social. Em virtude disso, logo adotaram como uma de suas principais funções a tarefa de elaborar e auxiliar as políticas públicas ligadas à promoção da cultura, da memória, da leitura e das atividades educativas. (SILVEIRA, 2012, p. 209).

Essa compreensão histórico-política nos autoriza assinalar que tais instituições surgem, portanto, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sociocultural das comunidades em que se inserem e também a promoção da cidadania. Razão pela qual suas funções básicas se inscrevem em torno da disseminação de informações voltadas à valorização da cultura local, ao acesso à cultura letrada, à preservação da memória e ao estímulo às práticas educativas, de leitura e de lazer.

Lançando mais uma vez nosso olhar sobre o Manifesto da Unesco/IFLA, verificamos que, em função da biblioteca pública ser definida como “local público de informação”, a mesma deve ofertar a seus utentes serviços baseados na igualdade de acesso e sem qualquer distinção, demarcando a importância de que todos os grupos etários encontrem no acervo itens adequados às suas necessidades.

Nesses termos e em função de suas recomendações, o Manifesto da Unesco/IFLA constitui-se em referência importante tanto por sua abrangência quanto pelo teor de suas disposições, levando-se em consideração que o mesmo sintetiza os aspectos básicos necessários à conceituação, implementação e funcionamento

efetivo de uma biblioteca pública. Consideramos que ele é o ponto de partida a partir do qual derivam a maioria das análises teóricas e conceituais projetadas em torno da biblioteca pública, destacando-se os estudos que apresentamos a seguir.

2.2 Biblioteca pública: aspectos históricos e de cidadania

Dialogando com as proposições do Manifesto da Unesco/IFLA sobre Bibliotecas Públicas, estudos com enfoques multidisciplinares têm se dedicado, na contemporaneidade, a demarcar os modos de funcionamento responsáveis por justificar socialmente a existência dessas instituições. No cenário latino-americano, tributário do modelo espanhol de bibliotecas públicas⁷, destacam-se as contribuições teóricas de Orlanda Jaramillo (2000; 2002; 2010; 2011) e Silvia Castrillón (2011; 2012)⁸. Tais autoras, ambas colombianas, refletem acerca dos distintos processos por meio dos quais as bibliotecas públicas inserem-se na realidade latina e, em especial, como essas instituições operam na atualidade.

Os trabalhos produzidos por Orlanda Jaramillo – ora em parceria com outras pesquisadoras, ora individualmente – endossam o conceito de biblioteca pública adotado no presente estudo. No artigo “Revisión conceptual de la biblioteca pública” (JARAMILLO & MONTOYA-RÍOS, 2000) as autoras estabelecem um panorama do surgimento da biblioteca pública na América Latina, partindo de uma análise conceitual formulada pelos organismos comprometidos com o desenvolvimento das bibliotecas e os documentos por eles produzidos, como o Manifesto da Unesco/IFLA, e emitidos por organismos nacionais, mas também por conferências continentais. Em função disso, afirmam ser difícil pensar na biblioteca pública sem considerar o conjunto de seus usuários e sem almejar prestar serviços igualitários a crianças, jovens, adultos e idosos. Para essas autoras torna-se indispensável reconhecer que cada uma dessas faixas etárias tem interesses, necessidades, gostos, motivações e habilidades. Em contrapartida, frisam que pensar a biblioteca e o trabalho por ela desempenhado levando em consideração as especificidades de cada um de seus usuários, considerando-os como seres independentes,

⁷ O modelo espanhol de biblioteca pública edifica-se tendo por referência a forma de atuação das bibliotecas populares, diferentemente daquelas que marcam o modelo francês, cuja gênese remota à prestação de serviços a um público mais elitizado.

⁸ Esses últimos serão apresentados na seção seguinte

pertencentes a diferentes gerações, com gostos e interesses próprios de suas faixas etárias já não é tão simples assim.

Em termos histórico-contextuais, Jaramillo e Montoya-Ríos (2000, p.15) afirmam que o surgimento das bibliotecas públicas no contexto latino-americano se deve a fenômenos urbanos decorrentes dos processos de imigração e industrialização que, de alguma maneira, correspondem às condições sociais, econômicas e políticas de cada país, fatores que justificam a atenção conferida a grupos sociais com pouco grau de instrução e baixa renda. Esses empreendimentos de constituição de bibliotecas públicas no território da América Latina se deram basicamente pela desapropriação dos acervos de bibliotecas eclesiais e de iniciativas de entusiastas à causa. Os acervos foram, portanto, formados a partir de doações tanto de produções ligadas às ordens religiosas quanto oriundas de coleções de particulares. Em alguns casos, segundo as autoras, após criadas, algumas bibliotecas passaram para a tutela estatal.

Outro fator de significativa importância para a disseminação das bibliotecas públicas na América Latina se deve, ainda de acordo com Jaramillo e Montoya-Ríos, ao desenvolvimento da educação pública e ao surgimento das necessidades de informação e de espaços capazes de atender às demandas informacionais e educacionais dos novos setores sociais que ingressavam no mundo da leitura. Diante disso, surgem bibliotecas públicas com o objetivo precípua de alicerçar o desenvolvimento da educação nas comunidades onde se inseriam.

As autoras descrevem as especificidades do caso colombiano, no qual as bibliotecas públicas se desenvolveram a partir de três vertentes: 1) ações que estão diretamente relacionadas com as políticas e o planejamento educacional e cultural da nação (Ministérios, Secretarias e Banco da República) geralmente com pouco apoio governamental e desenvolvimento parco; 2) ações de instituições de caráter privado, religioso e de ONG's, dentre elas cooperativas, empresas e fundos de compensação familiar⁹; 3) ações de iniciativa popular, que surgem a partir de associações de bairro e lideranças comunitárias. O primeiro segmento que dá origem às bibliotecas públicas nas regiões latino-americanas analisado pelas autoras agrupa as instâncias governamentais e, conseqüentemente, aquelas que

⁹ Os Fundos de Compensação Familiar, na Colômbia, são entidades privadas, sem fins lucrativos, de redistribuição econômica e natureza solidária, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida das famílias dos trabalhadores.

foram, não raro, implementadas de maneira compulsória. Já o segundo e terceiro grupos contemplam, em sua maioria, as bibliotecas públicas populares ou comunitárias – cujas condicionantes trataremos a seguir.

Ao analisarem diversos documentos normativos sobre o tema, as autoras postulam, naquilo que concerne à sua natureza, que as bibliotecas públicas são instituições de apoio aos processos sociais, democráticos e cívicos, ou seja, são portadoras de dinâmicas próprias onde confluem interesses grupais e individuais geradores de mudanças e transformações tanto intersubjetivas quanto coletivas. (JARAMILLO & MONTOYA-RÍOS, 2000, p. 23).

A partir dessas modalidades de entendimento, Jaramillo e Montoya-Ríos apresentam a biblioteca pública como uma instituição que tem natureza, finalidade, objetivos e funções eminentemente sociais, razão pela qual requer uma definição de políticas administrativas e de funcionamento que possibilitem o êxito de sua missão. As autoras apresentam a biblioteca como uma instituição democrática ligada à garantia e ao desenvolvimento de direitos de acesso à informação, de ocupação do tempo livre, de educação e, particularmente, de cultura (JARAMILLO & MONTOYA-RÍOS, 2000, p. 29-30). Dito isso, a biblioteca pública é definida pelas autoras como:

[...] um espaço para a formação da identidade dos indivíduos; sua função está alicerçada na criação de cidadãos livres por meio do acesso e da participação das pessoas na cultura e no fornecimento de informações que necessitam para tomar decisões. A biblioteca pública tem um grande potencial de intervenção nas dinâmicas sociais se considerada a partir da contribuição que pode realizar, direta ou indiretamente, para a solução das desigualdades econômicas, culturais, educativas e organizacionais, possibilitando o equilíbrio no desenvolvimento das pessoas (JARAMILLO & MONTOYA-RÍOS, 2000, p. 30, tradução nossa)¹⁰.

Por meio dessa definição, as autoras conclamam o caráter formativo da biblioteca pública – numa lógica independente do ambiente escolar – para os aspectos identitários dos sujeitos. Destacam o potencial de modificação das realidades sociais a partir da biblioteca pública e de diminuição da desigualdade com a ampliação das possibilidades de acesso à informação em que a biblioteca atua.

¹⁰ La biblioteca pública es un espacio para la formación de la identidad individual; su función está cimentada en la creación de ciudadanos libres por medio del acceso y la participación de las personas en la cultura y del suministro de información que requiere para tomar decisiones. La biblioteca pública tiene un gran potencial de intervención en las dinámicas sociales si se juzga a partir de la contribución que puede hacer, directa e indirectamente, para la solución de las desigualdades económicas, culturales, educativas y organizativas, al posibilitar el equilibrio en el desarrollo de las personas.

Reforçam, ainda, as funções sociais da biblioteca pública, uma vez que caracterizam essas instituições como ambientes favoráveis ao exercício da liberdade expressiva e criativa por meio da leitura, da escrita e de outros processos possíveis de interação e de mediação informacional.

Indo mais além, no artigo “La biblioteca pública, un lugar para la formación ciudadana: referentes metodológicos del proceso de investigación”, Jaramillo (2010) buscou compreender os novos significados da biblioteca pública no século XXI. Reconhecendo que na contemporaneidade essas instituições encontram-se inscritas em sociedades que valorizam a informação e o conhecimento como ferramentas essenciais para o exercício da cidadania, Orlanda Jaramillo enfatiza que, para as bibliotecas públicas contribuírem com a formação dos sujeitos faz-se necessário resgatar os princípios estabelecidos pela *política pública*, bem como buscar compreender em que medida elas podem, de fato, desenvolver ações comprometidas com a realidade social.

Aprofundando em suas análises, Jaramillo reconhece a existência de um vazio conceitual acerca da dimensão política da biblioteca pública (BP)¹¹. Visando preencher essa lacuna, a autora tenciona a dimensão política das BPs a partir da perspectiva da democratização da informação, do conhecimento, da educação e da cultura como ferramentas essenciais para se alcançar o exercício crítico da cidadania e o desenvolvimento social com equidade. Ao fazer isso, reconhece que a informação é um direito fundamental para o exercício dos direitos civis, políticos e sociais¹², contribuindo para a redução da distância existente entre informados e desinformados.

Em paralelo a isso, Jaramillo (2010, p. 290) assinala que no contexto das bibliotecas públicas três práticas cidadãs transversais se explicitam com maior frequência, são elas: *a convivência, a participação e a autonomia*. Para a autora, a *convivência* se expressa nas normas e acordos comuns inscritos nas relações interpessoais: respeito, diálogo, confiança e cuidado com o bem público (JARAMILLO, 2010, p. 290); a *participação* se verifica no discurso e nas práticas de identidade, pertencimento e apropriação que esses espaços oportunizam. Complementar a essas duas, a prática cidadã da *autonomia* se faz visível a partir do

¹¹ A autora utiliza, a partir da primeira menção, a sigla BP, para designar o termo biblioteca pública.

¹² Cf. Carvalho, 2006; Pinsky, 2015.

reconhecimento de si e de que modo cada sujeito pode deliberar e decidir sobre assuntos próprios e outros relacionados ao seu entorno.

A pesquisadora dá continuidade ao estudo do tema em sua tese (JARAMILLO, 2011), na qual conclui que não se deve almejar estabelecer um modelo universal de biblioteca pública, posto a mesma configurar-se de acordo com os contextos sociais e as dinâmicas comunitárias de onde se inserem. Afirma também que a apreensão da biblioteca pública a partir de uma dimensão cidadã implica em adotar uma definição que supere a simples concepção de biblioteca enquanto facilitadora de acesso à informação e ao conhecimento.

Nesses termos, Jaramillo atesta que deve ser levado em consideração também que a biblioteca pública deve representar um papel dinâmico e ativo, com o estabelecimento de vínculos que possibilitem tornar realidade a formação do sujeito, dotando-o de capacidades não apenas para exigir e exercer seus direitos; não apenas como consumidor, mas também como produtor e transmissor de informação e de conhecimento (JARAMILLO, 2011, p. 216). A pesquisadora mostra-se, pois, signatária de uma biblioteca pública demasiadamente atuante nos processos formativos do sujeito, que se esmera em busca de autonomia, criatividade e reflexão ante a realidade. Nessa mesma perspectiva, estudos comparativos entre a realidade brasileira e outros países latino-americanos também merecem destaque.

É o caso do estudo realizado por Ivana Lins em sua tese “Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia, Brasil” (2016). Neste trabalho a autora buscou identificar a dimensão social da biblioteca pública (BP) por meio da análise comparativa dos dispositivos normativos que “regulam” o modo de funcionamento e as ações a serem desenvolvidas por essas instituições em cada um desses três países. Objetivou, também, conhecer a estrutura política e histórica subjacente à elaboração das políticas públicas regentes dos planos nacionais do livro, da leitura e da biblioteca em cursos em cada um desses países. Atentando-se para os elementos de convergência e as divergências em cada realidade, Ivana Lins (2016, p. 182) aponta que as bibliotecas públicas chilenas e colombianas passaram por um processo histórico que as tornaram equipamentos culturais mais integrados ao contexto social, diferentemente do que aconteceu com as bibliotecas públicas brasileiras.

Tal como Jaramillo, Lins (2016) também se mostra signatária da ideia de uma BP dotada da capacidade de contribuir para a constituição de sujeitos críticos inseridos socialmente, razão pela qual congrega à BP, além da capacidade de preservação da memória bibliográfica e promoção de acesso ao conhecimento em variados suportes, a importância desse equipamento cultural enquanto promotor do convívio de diversos tipos de leitores. Segundo Lins, é urgente que se reconheça a existência das diferenças dos sujeitos entre si e as possibilidades cognitivas que cada um possui.

Ao mesmo tempo em que descrever a BP em uma sociedade plural com dinâmicas culturais e tecnológicas estabelecidas continuamente, Lins (2016) apresenta o paradoxo do contexto brasileiro naquilo que concerne à existência das BP: apesar de ser o primeiro país a possuir uma biblioteca de acesso público (em 1811), o Brasil ainda hoje possui grande parte da população caracterizada como analfabetos funcionais, ressaltando, assim, que o país não foi capaz de empreender ao longo dos anos uma política pública forte no campo do acesso à informação a partir da BP (LINS, 2016, p. 182). A autora explicita a compreensão de que a leitura se trata de uma prática cultural e que a biblioteca desempenha o papel fundamental de mediar o acesso entre o leitor e o texto.

Assim assinalado, a autora indaga acerca do sujeito que ainda não possui o gosto pela leitura e desconhece o valor simbólico da biblioteca, apontado que tal sujeito deve também ser integrado ao usufruto das ações culturais e serviços oferecidos e dinamizados por elas. A pesquisadora alicerça seu estudo na preocupação de como outras nações latino-americanas – no caso Chile e Colômbia – realizam a mediação dos suportes informacionais organizados no interior de suas bibliotecas com vistas a contribuir para a apropriação pelos sujeitos do conhecimento (e da informação) contido nos livros, ampliando o universo cognitivo de cada um (LINS, 2016, p. 26). Ao fazer isso, sua pesquisa contribui para ratificar a robustez e vivacidade dos modelos de bibliotecas públicas adotados por aqueles países. À parte de todos os entraves existentes à manutenção de projetos de grande monta financeira que têm por finalidade ampliar e dinamizar as ações desenvolvidas – ou que deveriam ser empreendidas – pelas bibliotecas públicas, os percursos estabelecidos em cada um desses países não apresentam, em primeira análise,

tanta descontinuidade como no caso brasileiro. Discutiremos de forma mais aprofundada essa afirmativa na seção que se segue.

2.3 Biblioteca pública: aspectos sociopolíticos e de leitura

Em “O direito de ler e de escrever”, Silvia Castrillón ressalta, entre outras importantes questões relacionadas às bibliotecas públicas, o papel significativo que elas desempenham na formação cidadã. Defendendo que “ler e escrever é um direito dos cidadãos, direito que devemos fazer cumprir e que, por sua vez, implica um dever e um compromisso de muitos” (CASTRILLÓN, 2011, p. 15), a autora associa a leitura à escrita e vincula tais práticas ao exercício da cidadania. Em face disso, pontua:

[...] somente quando a leitura constituir uma necessidade sentida por grandes setores da população, e essa população considerar que a leitura pode ser um instrumento para seu benefício e for de seu interesse apropriar-se dela, poderemos pensar numa democratização da cultura letrada. No entanto, deparamos aqui com um paradoxo: essa situação só poderia ocorrer à medida que os níveis de desenvolvimento melhorem e, ao mesmo tempo, diminuam as desigualdades. Infelizmente, isso não é o que acontece. (CASTRILLÓN, 2011, p. 16-17).

Castrillón discute em inúmeros trabalhos a necessidade de se levar em consideração a leitura e a escrita como forma de apropriação de conteúdos significativos para o exercício das relações sociais cotidianas. Em paralelo a isso, reconhece o paradoxo estabelecido pela manutenção das desigualdades e a consequente paralisação do desenvolvimento humano¹³ e social¹⁴ quando essas práticas não são devidamente consideradas. Assim sendo, ao dialogar com Ferreiro (2002), a pesquisadora colombiana deixa claro que a inserção no mundo das

¹³ O conceito de desenvolvimento humano nasceu vinculado a um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas por meio dos recursos ou pela renda que pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. Com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>).

¹⁴ Em relação a 2014 o Brasil estagnou no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no valor de 0,754, e no ranking mantém a posição 79 entre 188 países. Na América do Sul, o Brasil é o 5º país com maior IDH. Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela aparecem na frente. (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/03/21/relat-rio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-n-o-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano.html>).

práticas leitoras “não é um luxo das elites que possa ser associado ao prazer e à recreação, tampouco uma obrigação imposta pela escola”. (CASTRILLÓN, 2011, p. 19).

Ao transpor esse argumento para o universo das bibliotecas públicas, a autora demarca em suas análises que o principal objetivo dessas instituições deve ser o de converter-se “em meios contra a exclusão social, isto é, que se constituam em espaços para o encontro, para o debate que dizem respeito a maiorias e minorias” (CASTRILLÓN, 2011, p. 36). Nesses termos, propõe que a biblioteca pública seja pensada como lugar de encontro geracional, possibilitando, assim, o convívio entre “crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares” (CASTRILLÓN, 2011, p. 36), e que a mesma seja capaz de apresentar respostas aos problemas e interesses de seus usuários, facultando que esses sujeitos constituam novas perspectivas de interação social.

Para responder a esses desafios, Castrillón ressalta a necessidade de se fazer presente no espaço das bibliotecas públicas profissionais bibliotecários dotados de habilidades intelectuais que os tornem “capazes de assumir um compromisso ético e político com seu país e com a sociedade”. (CASTRILLÓN, 2011, p. 39). Ao chamar a atenção para essa necessidade, a autora amplia as formulações do Manifesto da Unesco/IFLA sobre as bibliotecas públicas (1994), posto preconizá-las como instituições sociais produtoras de condicionantes políticas voltadas para o exercício da cidadania em suas esferas específicas conforme veremos adiante. A partir desses apontamentos, impõe-se a cada um desses espaços de mediação informacional o desafio inovador de se comprometerem permanentemente com a ampliação das possibilidades de acesso e instrução dos sujeitos, bem como se acentua o engajamento político e ético – tanto do profissional quanto dos bens e serviços prestados – da biblioteca para o estabelecimento da justiça e da cidadania.

Apesar de assinalar funções demasiadamente audaciosas para um ambiente público considerado como pacífico e harmonioso que é uma biblioteca de acesso público, os argumentos de Castrillón (2011) encontram coro no presente estudo. Acreditamos na ampliação das possibilidades de acesso à informação, na eficiência da mediação informacional e na formação de hábitos de leitura, escrita, desenho e outras técnicas expressivas como potencialidades expressivas que

desvelam os sentidos atribuídos pelos sujeitos frequentadores de uma biblioteca pública. Isso se verifica quando a autora afirma que “[...] o papel do bibliotecário é revalorizado quando se aceita que seu trabalho supera o estritamente técnico-profissional e se reconhece que esse trabalho permite a outros transcender e melhorar sua condição humana”. (CASTRILLÓN, 2011, p. 40).

Por meio desse argumento, Castrillón destaca o protagonismo do bibliotecário e sua decorrente (re)valorização a partir da superação dos aspectos estritamente técnicos ligados ao exercício profissional, passando o mesmo a ser reconhecido pelo seu trabalho de mediação informacional na interação com os sujeitos que acessam a biblioteca. A autora resgata, assim, a prerrogativa do “cunho social e humanista da profissão de Bibliotecário” e mesmo sua fundamentação “na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”¹⁵ presente no juramento profissional da área.

Em paralelo a isso e tendo-se em vista o processo informacional, urge a necessidade de demarcar o protagonismo das bibliotecas em todas as etapas da circulação da informação social e utilitária, especialmente em territórios de alto grau de vulnerabilidade. Faz-se necessário, também, a discussão de ações voltadas para a recepção crítica da informação que circula nesses espaços. Nesse sentido, assim como Castrillón, acreditamos ser importante buscar:

[...] ampliar o leque da participação ativa das bibliotecas na sociedade. O interesse em contribuir para a democracia, para a inserção dos cidadãos na vida social e política, para se abrir como espaço de participação e, em poucas palavras, para contribuir para o exercício da cidadania, é um desejo de bibliotecas e bibliotecários. (CASTRILLÓN, 2011, p. 72).

Dialogando com a autora, inferimos que o exercício governamental que visa garantir a existência de equipamentos públicos – centros culturais, por exemplo – dotados de biblioteca e de atividades de formação constitui-se, conforme veremos, em tentativa de contribuir para o processo democrático. Essas tentativas, mesmo que não tenham alcançado os objetivos amplos e essencialmente humanizadores propostos por Castrillón (2011), figuram-se como possibilidades de acesso à informação e como espaços dinamizadores da cultura.

¹⁵ Juramento – Sistema CFB/CRB: Conselho Regional de Biblioteconomia. Disponível em: <<http://www.crb6.org.br/carreira.php?codigo=5>> . Acesso em 6 jun. 2018.

Dito isso, e de forma complementar às proposições de Castrillón, a pesquisa “Formação de jovens leitores em bibliotecas públicas: aspectos sociais e subjetivos de práticas e escolhas de leituras literárias” (FIGUEIREDO, 2015) rebate o estabelecido no senso comum de uma “juventude não leitora” a partir de experiências contemporâneas de formação desenvolvidas em bibliotecas públicas. Em seu trabalho analítico, Figueiredo (2015, p. 12) buscou compreender os aspectos subjetivos e socioculturais das práticas e escolhas de leituras literárias de jovens leitores frequentadores de quatro bibliotecas municipais de Belo Horizonte (MG), bem como discutir os limites e as contribuições decorrentes da formação leitora dos sujeitos.

O estudo apresenta uma seção dedicado à função social das bibliotecas públicas no qual Figueiredo resgata, entre outros autores, Rodriguez (2002) para quem o discurso de valorização social das bibliotecas públicas vem se disseminando tanto na formulação de políticas públicas quanto entre trabalhadores da cultura. Em contrapartida, Figueiredo (2015, p. 73) constata a falta de atribuição à biblioteca pública da função social de formação leitora da população, e se posiciona criticamente a esse cenário. A pesquisadora se diz signatária da biblioteca pública e sua função contributiva para a ampliação do processo educacional ao longo da vida. Figueiredo explicita sua compreensão acerca da biblioteca pública e suas funções da seguinte maneira:

[...] entendemos que as bibliotecas públicas caracterizam-se como instâncias que podem favorecer as escolhas textuais subjetivas, assim como a participação de encontros de leitura propostos a partir de seus acervos. Acreditamos também que essas instituições lidam com o desafio de acolher repertórios leitores próprios e, ao mesmo tempo, expandir a autonomia intelectual de seus leitores, especialmente, através do contato com a produção literária historicamente legitimada. (FIGUEIREDO, 2015, p. 78-79).

Dito isto, Figueiredo corrobora com a contribuição da biblioteca pública numa das atividades que lhe são recorrentemente atribuídas, qual seja: a de promover o acesso que permita aos sujeitos estabelecer interações e escolhas com os suportes de leitura e outros materiais informativos. Destaca, nesse mesmo movimento, a importância da prática mediadora nas bibliotecas públicas ao assinalar a importância de atividades como os encontros de leitura quando o que se almeja é favorecer as interações entre os usuários leitores e os acervos nelas existentes. Seus estudos

apontam a participação da biblioteca pública como um dos atores de estímulo à leitura literária, embora a família ainda seja a principal incentivadora do contato dos jovens com os livros e a leitura. Segundo Figueiredo (2015, p. 202) as bibliotecas públicas se destacam como ambientes propícios ao acesso às escolhas literárias subjetivas.

No âmbito metodológico, Figueiredo analisa os aspectos subjetivos inscritos no processo de escolhas literárias para um conjunto de entrevistados que já possuem uma prática de leitura, já acessam equipamentos educacionais e culturais com essa finalidade e já estabelecem com esses espaços e entre si diversos vínculos de afinidade e pertencimento. Como resultado, o estudo contribui para o reconhecimento e valorização da biblioteca pública como espaço vivencial e relacional, local de acesso à informação, à leitura e aos livros e também como um ambiente propício ao estímulo de sujeitos ao exercício da prática leitora.

De certa forma, é isso que também assinala Gaiman (2013) em seu “discurso sobre o futuro a partir das bibliotecas”. Sem perder de vista a historicidade dessas instituições, Gaiman ressalta os vários usos possíveis desses espaços informacionais:

Bibliotecas são lugares que pessoas vão para obter informação. Livros são apenas a ponta do iceberg da informação: eles estão lá, e bibliotecas podem fornecer livros gratuitamente e legalmente [...] as bibliotecas também são, por exemplo, lugares onde pessoas que não tem computadores, que podem não ter conexão à internet, podem ficar online sem pagar nada: o que é imensamente importante quando a forma que você procura empregos, se candidata para entrevistas ou aplica para benefícios está cada vez mais migrando para o ambiente exclusivamente online. Bibliotecários podem ajudar estas pessoas a navegar neste mundo. (GAIMAN, 2013).

De modo complementar, os apontamentos de Gaiman encontram ressonância no estudo de Silveira (2014a) que caracteriza a biblioteca como um espaço vivencial a partir das referências e dos suportes informacionais existentes. Silveira conceitua a biblioteca pública como um *lócus* de identificação possível entre o espaço e os sujeitos, para a busca e resolução de suas necessidades informacionais do cotidiano. Gaiman acentua os usos da biblioteca por meio da conectividade, em contrapartida Silveira analisa os usos possíveis das bibliotecas a partir da identificação do indivíduo com esses espaços e os processos de enraizamento estabelecidos entre sujeitos e as bibliotecas ao longo de sua

trajetória de vida. De modo geral, ambas as percepções podem ser atribuídas às ações decorrentes dos processos de empoderamento e de emancipação dos sujeitos e das comunidades proporcionados pelas bibliotecas públicas.

Visualizando tais considerações a partir da perspectiva de universalização do acesso, Senna (2015) afirma que desde a primeira biblioteca pública brasileira, a Biblioteca Pública da Bahia (BPB), fundada em 1811, já se faz evidente a relevância das interações sociais vivenciadas nesses espaços, o que a autora define como “algumas características do que é o conceito de capital social” (SENNA, 2015, p. 78):

Por suas particularidades, a biblioteca pública pode e deve se tornar um polo de transformação social com acesso à educação e à leitura. Sua contribuição envolve aspectos educativos, culturais, científicos e econômicos para todos pois seu espaço é democrático e todos têm igual oportunidade em usá-lo. As desigualdades entre indivíduos se baseiam em fato social que impede a todos de terem as mesmas oportunidades. (SENNA, 2015, p. 78).

Por sua vez, Libânio (2017), ao estudar práticas culturais em contextos periféricos, sinaliza para a importância de se levar em consideração a territorialidade e as possibilidades de acesso informacional. No contexto desse estudo, o direito à cidade é tratado como uma condicionante sem a qual não se pode falar em urbanidade dos sujeitos, assim como “é possível também objetar que sem a efetivação do acesso às facilidades urbanas tal direito corre risco de se tornar letra morta” (LIBÂNIO, 2017, p. 54). Com isso, a pesquisadora enfatiza a necessidade do estabelecimento de sistemas de garantias de aplicabilidade das políticas públicas estabelecidas para todos os campos da atuação governamental, incluindo-se a cultura. A autora destaca ainda os entraves que se apresentam à concretização efetiva do “direito à cidade”:

É necessário considerar, ao se perceber o hiato existente entre o direito à cidade e sua efetivação, que a segregação socioespacial e as desigualdades de acesso da população são condicionadas por fatores diversos, diretamente proporcionais às fragilidades ou vulnerabilidades sociais [...] Para romper a segregação socioespacial e garantir o direito à cidade seria necessário, portanto, tornar efetivo o **acesso** à estrutura de oportunidades presentes no espaço urbano. (LIBÂNIO, 2017, p. 54, grifo da autora).

Tendo em vista fundamentar sua crítica, Libânio parte do conceito de **acesso** inscrito na obra de Marques (2010 apud. Libânio, 2017), o qual se alicerça em torno da estrutura de oportunidades presentes na conjuntura socioespacial das cidades aliado à presença de agentes capazes de dinamizar tais oportunidades, para apontar a necessidade de rompimento da segregação socioespacial e a decorrente garantia de direito à cidade. A autora destaca que a *vulnerabilidade*, por sua vez, seria causada pela dificuldade dos indivíduos em acessar as oportunidades, não somente econômicas, mas também culturais e sociais, o que consequentemente dificultaria o uso dos recursos existentes. Atentando para tais apontamentos, torna-se ainda mais relevante, no contexto geral dessa pesquisa, clarificarmos quais são as funções e como podemos mensurar a importância social das bibliotecas públicas.

2.4 Estudos sobre a biblioteca pública: funções e importância social

Em termos de uma apreensão geral dos estudos desenvolvidos pela Biblioteconomia e pela Ciência da Informação no Brasil, é possível apontarmos que as bibliotecas públicas constituíram objeto de pesquisa efervescente nessas áreas até o início da década de 1990. Após esse período o que se vê na literatura é um número esparso de trabalhos publicados de forma descontínua, mesmo que com certa frequência. Essas são as conclusões de um estudo empreendido por Ferreira (2017), no qual se constata que vários foram os períodos em que não se localiza produções acadêmicas sobre a temática. Realidade que começa a se alterar novamente a partir de 2010, momento no qual as discussões relativas à ampliação do comprometimento político e social das bibliotecas públicas aliada à aprovação de Planos para o Livro, a Leitura, a Literatura e as Bibliotecas em diversas esferas de Governo (municipal, estadual e federal) reintroduzem as BP na agenda de pesquisa dos campos acima citados.

Desenvolvidos essencialmente como pesquisas de mestrado e de doutorado, os trabalhos que dão corpo a essa produção recente evidenciam como problemática central a discussão acerca das “**funções**” da biblioteca pública. Com isso, ainda segundo Ferreira (2017), visualiza-se uma preocupação dos pesquisadores tanto de avaliar o cumprimento das recomendações dispostas no Manifesto da

IFLA/UNESCO, quanto referendar a necessidade de maior investimento por parte do poder público em tais equipamentos como forma de dinamização da cidadania, das práticas leitoras, da educação, do lazer e da cultura local.

Dando visibilidade a esse movimento, o estudo de Maria Clara Fonseca, “Biblioteca pública: da extensão à ação cultural como prática de cidadania” (2005), promove um resgate histórico acerca da biblioteca pública, conferindo especial atenção aos processos de gradação da ação extensionista para uma ação cultural freireana. Nesse trabalho a autora defende o aperfeiçoamento de um modelo de extensão bibliotecária com tendências inovadoras de comunicação e integração dos grupos sociais residentes em locais distantes do centro urbano e, na grande maioria, desprovidos de recursos e serviços de informação. Segundo Fonseca (2005, p. 34) a biblioteca pública surge da necessidade de preservação dos registros gráficos, sonoros e visuais com vistas à transmissão do conhecimento às futuras gerações. Razão pela qual toda biblioteca pública tem sua funcionalidade atrelada à produção cultural, à organização e disseminação de serviços e informações, assemelhando-se a uma ‘caixa do tempo’, onde o conhecimento é preservado e propagado para gerações futuras. Dito com as palavras da autora:

A necessidade de democratizar e interiorizar os serviços bibliotecários torna-se cada vez mais urgente. O tratamento elitista que sempre priorizou o serviço da biblioteca pública ao atender exclusivamente os habitantes do centro da cidade, deve dar lugar para o atendimento, ou a palavra, aos chamados “não-públicos”, que são as populações suburbanas ou rurais que não tem noção de cidadania, não conhecem seus direitos e deveres na sociedade, e que até há pouco tempo eram chamados de minoria, mas hoje em termos quantitativos, atingem mais da metade da população brasileira. A biblioteca pública como entidade prestadora de serviços deve utilizar cada vez mais metodologias adequadas para diagnosticar as necessidades de informação, possibilitando o atendimento às aspirações da comunidade. (FONSECA, 2005, p. 46).

Ao assinalar tais aspectos, Fonseca (2005) reforça a possibilidade de ser a biblioteca pública a entidade que presta serviços de informação para o cidadão, a partir de metodologias adequadas, com o estabelecimento de uma ação cultural realizada como prática de cidadã. Destaca a questão do “não público”, caracterizado em sua maioria pelas populações suburbanas que se sentem, muitas vezes, preteridas das dinâmicas sociais de produção e disseminação do conhecimento, sem locais específicos para escuta ou para atendimento de suas necessidades informacionais. Reforça ainda a necessidade de garantir que esses espaços de

apropriação e de contato com a cultura se espalhem pelas cidades, não se concentrando apenas nos grandes centros urbanos.

Dito isso e com base no percurso conceitual estabelecido até aqui, cabe dizer que, em síntese, a Biblioteca Pública é um lugar de aproximação: tanto entre leitores e seus livros, como dizia Ranghanathan, quanto dos leitores entre si, das gerações entre si, conforme afirma Castrillón (2010), de ideais, valores como confiança e diálogo, de acordo com Jaramillo (2011), configurando, assim, conforme afirma Silveira (2014b), em espaço vivencial que aproxima os sujeitos a partir de suas respectivas vivências e experiências coletivas. Dessa forma, a Biblioteca Pública se insere como espaço de produção de sentido, tanto para os sujeitos no nível individual, quanto para a coletividade de forma mais ampla.

Uma biblioteca pública é também lugar do imaginário, da fruição e de exercício da criatividade. É o lugar do despertar para o conhecimento formal e também para a ampliação de novas possibilidades de informação e estímulo cognitivo. É o lugar da ação, sobretudo da ação cultural, posto que as práticas sociais cotidianas aproximam as pessoas em busca de autonomia, fortalecendo, assim, a capacidade decisória de cada cidadão. Dito isso, faz-se necessário ressaltarmos que a importância e as funções sociais atribuídas às bibliotecas públicas se alicerçam às dinâmicas específicas de produção e fruição cultural das localidades nas quais cada uma dessas instituições se insere. A subseção a seguir aprofunda essa discussão ao assinalar aquilo que aproxima e aquilo que distancia as bibliotecas públicas dos centros culturais.

2.5 Biblioteca pública e centros culturais: aproximações e distanciamentos, ação cultural e cidadania

As bibliotecas de acesso público, em sua maioria, se caracterizam por serem instituições de caráter público que propiciam o acesso à informação e que facilitam a produção e disseminação do conhecimento. Em função disso, partem da preservação e do acesso à cultura para ampliar as possibilidades de convívio entre os distintos sujeitos que delas fazem uso. Prerrogativa que produziu, em especial a partir dos estudos de Paulo Freire, uma vasta literatura acerca do potencial das bibliotecas públicas enquanto instrumento de ação cultural.

Objetivando fortalecer no contexto das bibliotecas públicas os mecanismos e dinâmicas promotores de uma “percepção crítica da realidade” (FREIRE, 1981, p. 36), tais estudos dedicaram-se, via de regra, a analisar os processos de difusão da cultura por meio da animação/ação cultural. Inscritos nos campos da Sociologia, da Pedagogia, das Ciências Políticas e da Biblioteconomia inúmeros pesquisadores referendaram a necessidade de uma movimentação positiva das camadas menos favorecidas rumo à ampliação do acesso à informação.

Naquilo que concerne aos propósitos gerais dessa pesquisa consideramos importante estabelecermos um diálogo com Victor Flusser (1983) e Teixeira Coelho (1986; 1997; 2002 e 2008), uma vez que ambos vinculam a ação cultural à ação bibliotecária. Flusser, por exemplo, defende essa aproximação apontando que:

Para o propósito de uma ação cultural, as duas posições diante da cultura – acervo e contexto – devem ser constantemente consideradas, pois a ação cultural é basicamente mediação e criação de acervo, inseridas em contexto cultural bem definido. (FLUSSER, 1983, p. 148).

Suas observações avançam no sentido de elucidar questões concernentes à intencionalidade da política pública voltada para a cultura. Razão pela qual defende a necessidade do envolvimento social em prol do desenvolvimento de uma política cultural capaz de oportunizar aos cidadãos o acesso a informações relevantes, provenientes tanto do contexto cultural (que se forma nas relações interpessoais) quanto do acervo (no caso específico da biblioteca, dos suportes informacionais disponíveis) com vistas a possibilitar a autonomia do sujeito. Não por acaso Flusser aproxima as bibliotecas públicas aos centros culturais e demarca que:

Uma vez claro que a função da biblioteca-centro cultural ou biblioteca-ação cultural não será a de dar livros, mas a de suscitar uma cultura (literária) viva, (o que não implica de maneira nenhuma a negação do ‘dar livros’), entendo que as suas atividades [devem ser] desenvolvidas em três níveis: primeiro, uma pesquisa da realidade com a qual se irá trabalhar; em seguida, o desenvolvimento de estruturas que permitam a emergência da cultura, da leitura e, o que é mais importante, que permitam através da atitude ‘literária’, o acesso a uma maior consciência de sua condição cultural; e finalmente, uma constante análise do trabalho efetuado, a fim de evitar um movimento de distanciamento da prática com os dados da realidade com a qual se trabalha. (FLUSSER, 1983, p. 165).

Para o pesquisador, diferenciar o ato de entregar livros e a ação cognitiva de suscitar a busca dos usuários ao acervo é importante para se desenvolver nos

sujeitos uma “atitude literária” e conferir a eles a possibilidade de apreenderem, de maneira autônoma e crítica, sua condição histórica e social. Flusser ressalta para isso o importante papel a ser desempenhado pela biblioteca pública, qual seja: promover práticas – de leitura e de ação cultural – que possibilitem ao indivíduo “repensar historicamente, sociologicamente, tanto o acervo cultural que nos circunda quanto o nosso contexto cultural” (FLUSSER, 1983, p. 168).

Nesse mesmo caminho, Teixeira Coelho (1986; 1997; 2002 e 2008) propõe uma conceituação ampliada de “ação cultural”. Para ele o termo ‘ação’ deve ser compreendido como uma realização constante, que não possui início nem fim demarcados, sendo a ‘ação cultural’ “algo que se faz *com*, de lado de, por dentro, desde a raiz – um processo que tem sujeitos, que forma sujeitos” (COELHO, 1986, p. 100 – destaque do autor).

De acordo com essa concepção, o autor, voltando seu olhar para os centros culturais, promove um resgate histórico da importância de tais equipamentos como espaços de efetivação da ação cultural, assinalando, para tanto, os múltiplos sentidos que circunscrevem o uso da categoria ‘espaço’ nas ciências humanas e na arquitetura:

[...] no campo da política cultural o termo e o conceito de espaço levaram algum tempo (embora comparativamente mais curto) para emergir. Na contemporaneidade, a primeira expressão consagrada a que se recorreu para designar o lugar em que se oferece a possibilidade de produzir-se ou consumir-se diferentes modalidades culturais foi casa de cultura, vulgarizada, sobretudo a partir da iniciativa da administração pública francesa, no final da década de 50 e sob a orientação de André Malraux de dotar o país de uma rede de estabelecimentos ou equipamentos cuja proposta era democratizar a cultura e dotar o indivíduo dos recursos necessários para o enfrentamento das tendências, já bem nítidas naquele momento, de mercantilização da cultura. [...] Num segundo momento, ao redor dos anos 70, gradativamente ampliou-se o recurso aos termos **centro** (preferido na Inglaterra, na forma **art center** e não **cultural center**) e, em seguida, espaço. (COELHO, 1997, p.165, grifo nosso).

Vale destacarmos que a denominação *centro de arte* – no caso inglês – explicita uma escolha por expressão oriunda do vocabulário artístico, mais ligada ao conceito de alta cultura. Por sua vez *centro de cultura* ou *centro cultural* denota tendência conceitual mais próxima das manifestações culturais populares.¹⁶ Em paralelo a isso, Coelho enfatiza que a utilização do termo *espaço cultural* não

¹⁶ Cf Walker, 2002.

provém de reflexão teórica consistente, ao contrário, o uso ocasional dessa expressão começou a ganhar terreno no campo cultural, passando a denominar os locais construídos ou adaptados para serem utilizados como possibilidade de acesso a todo e qualquer cidadão ou cidadã às áreas artísticas. O autor corrobora com a ideia de que a escolha, mesmo sendo oriunda de uma aplicação tácita, apresenta aspectos positivos e apropriados. Em suas palavras:

De fato, a construção de um edifício específico para a prática da cultura ali onde antes nada havia de análogo, ou o aproveitamento para esse fim de um edifício cuja função original era outra (caso de ressemantização do espaço), não deixa de ser uma operação de abstração: condições para a prática da cultura são criadas artificialmente num local que anteriormente não a comportava ou lhe era, mesmo, hostil. A abstração que se opera nesse momento é a do território da cultura, ou dos modos culturais variados daquele lugar primeiro onde uma cultura ou modo cultural originalmente surgiu ou era praticado. Um espaço cultural, como atualmente é entendido, implica, de fato, uma desterritorialização da cultura ou dos modos culturais: práticas inicial ou originariamente exercidas num determinado lugar passam a sê-lo num outro lugar com o qual não estão histórica e socialmente ligadas, num primeiro momento. (COELHO, 1997, p.166).

Coelho indica, ainda, que a ação cultural é uma contínua descoberta, exigindo, pois, seu constante reexame e reelaboração. Em paralelo a isso, distingue as figuras do animador cultural e do fabricante cultural, como atributos de uma dinâmica que dificilmente atingiria as possibilidades contidas na ação cultural em sua expressão. A fim de dar consistência aos seus estudos, Coelho (1997) dicionariza o termo “cultura”, apresentando-nos a seguinte definição:

[...] a cultura não se caracteriza apenas pela gama de atividades ou objetos tradicionalmente chamados culturais, de natureza espiritual ou abstrata, mas apresenta-se sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intrincado sistema de significações. Assim, o termo cultura continua apontando para atividades determinadas do ser humano que, no entanto, não se restringem às tradicionais (literatura, pintura, cinema – em suma, as que se apresentam sob uma forma estética), mas se abrem para uma rede de significações ou linguagens incluindo tanto a cultura popular (carnaval) como a publicidade, a moda, o comportamento (ou a atitude), a festa, o consumo, o estar-junto, etc. (COELHO, 1997, p. 103).

Ao formular tal definição, Coelho reforça as manifestações das linguagens artísticas que tradicionalmente são compreendidas como fazer cultural, incorporando fazeres do cotidiano. Movimento importante para se estabelecer uma conceituação mais clara e objetiva de ação cultural, conforme vemos abaixo:

[...] é a operação com os princípios da prática em arte, fundados no pensamento divergente [...] que consiste em aproveitar, para o processo, tudo o que interessar [...] A proposta, portanto, é usar o modo operativo da arte - livre, libertário, questionador, que carrega em si o espírito da utopia - para revitalizar laços comunitários corroídos e interiores individuais dilacerados por um cotidiano fragmentante. (COELHO, 2002, p. 33-34).

Conforme podemos observar, Coelho (2002, p. 34) recupera o termo cunhado sem sucesso por Mário de Andrade – arte-ação – para compreender o objeto da ação cultural, explicitando sua crença nas expressões artísticas como construto de uma emancipação cultural. Ao abordar as significações possíveis para a ação cultural, o autor define os atributos que o distinguem da ‘animação cultural’, salientando que o agente cultural:

[...] é um animador, é dele que parte a ação [...] Os outros são meros objetos nos quais, como na lenda clássica, ele sopra, anima. [Conjunto de] práticas diversionistas, mais voltada para o lazer – quer dizer, para o esquecimento do tempo e da vida, para o divertimento inócuo que deve recheiar as horas mortas [...] deve ser uma expressão recusada, junto com todo o seu arsenal de truques que nunca levaram a nada além da alienação e do conformismo tingido de “atividade cultural”. (COELHO, 2002, p. 16).

Coelho discorda, portanto, da aplicabilidade da animação cultural, desconsiderando sua legitimidade. Ao re-contextualizar a questão da ação cultural com o foco direcionado para a constituição de políticas públicas, esse mesmo autor destaca a importância angariada pela cultura (enquanto política pública), referendando, assim, a necessidade de sua reconfiguração. Nas palavras de Coelho:

A ideia de cultura como conjunto de iniciativas que atendem a reivindicações das diferentes linguagens e gêneros clássicos, numa clássica visão de cultura, continua necessária. Mas impõe-se agora uma nova ideia de política cultural firmada na hipótese da centralidade da cultura para as políticas públicas e que trate de encontrar soluções culturais criativas para a vida em comum na cidade. (COELHO, 2008, p. 9).

Pensando dessa forma, a ação cultural e seus impactos nos grupos em que se efetiva acaba por favorecer um repensar acerca da informação social. Cabral (2007), por exemplo, estabelece a correlação existente entre a informação e ação cultural considerando que:

[O] processo de reflexão se materializa no cotidiano, no fazer cultural dos sujeitos, sendo a informação o elemento que “dá forma ao conhecimento” –

é o conhecimento na práxis. A dimensão não material da cultura inclui processos de simbolização, em que a produção e a geração de informações e de conhecimentos permitem que as experiências sejam transmitidas possibilitando o contínuo avanço de ideias. (CABRAL, 2007, p. 37).

Apesar do significativo arcabouço teórico que revestiu as iniciativas de democratização do acesso à informação no contexto cultural brasileiro, poucas ações governamentais de fato se efetivaram tendo por referência os pressupostos da ação cultural alavancados por Freire. A profunda crise econômica que assolou o país na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990 serviu de pretexto para que os governos brasileiros não se debruçassem sobre o tema e nem estabelecessem políticas públicas educacionais ligadas ao acesso à informação, à cultura impressa, à leitura e aos livros.

Com isso, e de acordo com Carvalho (2006), o movimento de (re)construção da democracia iniciado a partir de 1985 demonstra que os direitos constitutivos da cidadania não se configuraram de maneira dinâmica e nem de modo democrático. Apesar de o termo ‘cidadania’ ter ganhado notoriedade no final do século XX e da crença existente de que “a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional” (CARVALHO, 2006, p. 7), o que se percebeu foi a garantia de algumas liberdades – de pensamento, de voto, de ação política e sindical – em detrimento à participação nos processos decisórios, pouco desenvolvimento social e humano, carência de empregos, entre outros problemas considerados centrais:

[...] a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada de serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. (CARVALHO, 2006, p. 8).

Indo além desses apontamentos e atentando para a questão informacional, infere-se que o acesso e a possibilidade de uso da informação é uma entre diversas oportunidades de emancipação e exercício da cidadania. Entretanto, para que tal quadro se efetive, cabe o esclarecimento acerca de qual informação se trata e também um questionamento acerca da compreensão que se depreende do termo ‘cidadania’ e as implicações de seu uso, além das possibilidades diversas concernentes às bibliotecas públicas em atuarem em ambos os eixos.

No que diz respeito à informação, corroboramos com o pensamento de Reis, Silva e Massensini (2011, p. 17), quando designam *informação social* como: “[...] um produto social, resultado das relações entre os homens em um contexto histórico-político e cultural, fato que a faz refletir os interesses, as contradições, a ideologia e os limites históricos da sociedade”. (REIS; SILVA; MASSENSINI, 2011, p. 17). Partindo dessa formulação, os autores consideram a informação como uma prática social que gera uma atitude nos sujeitos, objetivando responder às suas indagações com a finalidade de se posicionarem no mundo e, de certa forma, de contribuírem para a manutenção ou mudança de seu contexto social. Sendo assim, esse exercício de apreensão de conteúdos informacionais pode ser entendido, também, como uma prática de cidadania. Por sua vez, Pinsky (2015), ao recuperar a dimensão histórica da cidadania adotando por centralidade a garantia de direitos, estabelece o seguinte prognóstico:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2015, p. 9).

Carvalho (2006), que certamente corrobora com a definição apresentada por Pinsky (2015), reconhece que o exercício da cidadania pode se efetivar a partir da existência de direitos civis, políticos e sociais. Para ele o cidadão pleno “seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos”. (CARVALHO 2006, p.9). Nesses termos, o autor reconhece a complexidade do fenômeno da cidadania e alerta para os seguintes fatos:

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. (CARVALHO, 2006, p. 8-9).

A cidadania apresenta-se, portanto, como a conjugação dos diversos direitos, garantido seu exercício contínuo por parte dos cidadãos integrantes de determinado contexto social. Ao analisarmos os elementos constitutivos do exercício da cidadania, reconhecemos o pertencimento dos cidadãos a um *lócus* delimitado: a urbe. Este movimento é bidirecional: o cidadão se reconhece como pertencente à cidade, bem como esta legitima o mesmo como cidadão.

No entanto, ao olharmos para esse duplo movimento de reconhecimento, percebemos de imediato que a base da relação entre os indivíduos é social, sendo tal relação marcada pela existência do conflito. Esse embate entre os atores constitutivos da sociedade é constantemente indagado por diferentes áreas do conhecimento. É no contexto urbano que se fazem mais evidentes as reivindicações pelas garantias dos direitos civis, políticos e sociais.

Inscritas de modo majoritário no cenário urbano, as bibliotecas públicas, pensadas aqui como espaços informacionais portadores de múltiplas potencialidades, também se constituem em espaços propícios para a troca de experiências e de sociabilidade entre os sujeitos, oportunizando o estabelecimento de vínculos referenciais e afetivos a partir “dos múltiplos serviços e ações que oferecem a seus usuários”. (SILVEIRA, 2014a, p. 76). Esse processo de identificação do indivíduo com a biblioteca pública e o enraizamento decorrente de tal relação pode ser verificado, conforme proposto por Silveira (2014a), a partir do momento em que tal sujeito, ao longo de sua trajetória:

[...] mostra-se apto a reconhecer que sua existência individual tem como ponto de ancoragem os princípios morais, intelectuais e espirituais instituídos pelo agrupamento cultural ao qual pertence e que sua assimilação se dá através das dinâmicas de interação vivenciadas, sobretudo, no espaço público. (SILVEIRA, 2014a, p. 199).

Tal percepção foi elaborada pelo pesquisador tendo como objeto de análise a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa¹⁷, instituição muito diferente daquela que se configura como objeto central de nossa pesquisa. Não podemos deixar de considerar que, devido à sua localização – uma área da periferia da cidade – a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) teria uma natureza que possivelmente a aproximaria mais das bibliotecas comunitárias. Foi um ponto de

¹⁷ A partir de maio de 2017 essa instituição teve seu nome alterado para Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

observação neste estudo: se as bibliotecas de acesso público vinculadas aos centros culturais, apesar de possuírem uma gestão centralizada em Departamentos públicos vinculados à Fundação Municipal de Cultura (FMC) são, de acordo com a literatura da área, bibliotecas públicas ou comunitárias?

Em “La biblioteca pública popular: cuatro experiencias de desarrollo” JARAMILLO & MONTOYA-RÍOS, GÓMEZ (2002) as pesquisadoras partem da análise de quatro bibliotecas públicas populares – ou comunitárias – localizadas em áreas de densidade demográfica elevada na periferia da cidade de Medellín (Colômbia). As autoras descrevem os processos administrativos que essas bibliotecas desenvolvem, adaptando informações encontradas naquelas bibliotecas e colocando-as em confronto com o Manifesto da Unesco/IFLA e outras normas e recomendações relacionadas com a biblioteca pública.

O trabalho mostra como bibliotecários que atendem aos diversos públicos daquelas comunidades marginalizadas, em ações conjuntas com lideranças locais e grupos organizados se esmeram para estabelecer, manter e melhorar os serviços biblioteconômicos naqueles locais onde se inserem, identificando também alguns fatores e situações que promovem o surgimento dessas bibliotecas e outros que se tornam obstáculos para o funcionamento das mesmas. Apesar de analisarem aspectos de bibliotecas públicas de caráter comunitário, percebe-se uma aderência quanto àquilo que as aproximam do que venha a ser uma biblioteca de acesso público – mesmo que de iniciativa governamental – como no caso do objeto aqui estudado, podendo-se apontar aproximações e distanciamentos entre a experiência pública e a comunitária. Isso se verifica quando as autoras descrevem as bibliotecas estudadas valendo-se dos seguintes termos:

Instituição de carácter social e cultural criada, financiada e regulamentada por uma comunidade organizada (civil, cultural ou religiosa) cuja finalidade é possibilitar o livre acesso à informação registrada em um suporte documental que responde aos critérios de seleção e aquisição para satisfação das necessidades no campo educacional, informacional, cultural e de uso do tempo livre; busca com isso contribuir para o aumento da qualidade de vida de todas as pessoas que fazem parte de uma comunidade [...] para a construção e articulação de relações democráticas através de serviços e programas gratuitos e coordenados por um líder comunitário ou grupo organizado. (JARAMILLO, 1999 apud. JARAMILLO; MONTOYA-RÍOS; GÓMEZ, 2002, p. 43, tradução nossa)¹⁸.

¹⁸ Institución de carácter social y cultural, creada, financiada y regulamentada por una comunidad organizada (cívica, cultural o religiosa) cuya finalidad es posibilitar el libre acceso a la información registrada en un soporte documental que responde a unos criterios de selección y adquisición para la satisfacción de necesidades en el

O conceito de biblioteca pública popular apresentado acima se aproxima do modo como compreendemos a *biblioteca comunitária* e desvela as especificidades do modelo de participação popular requerido para as bibliotecas públicas: coordenação com a comunidade em prol da promoção da cultura, da leitura e da informação, bem como a ampliação da participação dos distintos sujeitos que a elas recorrem em seus processos decisórios e na destinação dos recursos materiais, financeiros e humanos que dispõem. Esse conceito indica, ainda, algumas condições necessárias à manutenção e funcionamento das bibliotecas públicas populares, entre as quais destacamos: o estabelecimento de um sistema de informação com a cidade e o fortalecimento desses espaços como base social do trabalho cultural e educativo no âmbito das comunidades/espços onde se inserem.

Tendo em vista tais condicionantes e a indagação acerca da natureza do objeto de nossa pesquisa, ressaltamos que a BCCVF não se configura como uma biblioteca comunitária, tendo em vista que a mesma não foi criada por iniciativa da comunidade, nem é mantida pela mesma, estando vinculada à FMC da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte. Ademais, em função de seu modo de funcionamento e dos serviços que oferece a seus utentes, a BCCVF não se configura como um espaço complementar à biblioteca pública, apesar de refletir as relações sociais dos sujeitos que ali interagem.

Em síntese, fica evidenciada a centralidade da biblioteca pública no presente estudo a partir de sua conceituação e da análise de seus aspectos evolutivos e funções sociais. Por meio desse percurso procuramos explicitar as especificidades de seu caráter informacional e os modos como tais instituições podem atuar junto à comunidade mediante a ação cultural e o fomento à participação cidadã, ou seja, como um equipamento que impulsiona e amplia as possibilidades de formação dos indivíduos. Nesses termos, defendemos que a biblioteca pública, inclusive a BCCVF, se apresenta como importante suporte de promoção da cidadania, de mediação da informação, de fruição da cultura, de convívio social, enfim, como

plano educativo, informativo, cultural y de uso del tiempo libre; busca con ello contribuir al mejoramiento de la calidad de vida de todas las personas que hacen parte de una comunidad (municipio, vereda o barrio) para la construcción y articulación de relaciones democráticas, por medio de servicios y programas gratuitos y coordinados por un líder o grupo organizado. (JARAMILLO & MONTROYA-RÍOS, GÓMEZ, 2002, p. 43)

instância que faculta a atuação crítica dos sujeitos no contexto de suas próprias realidades.

Aprofundaremos essa discussão nas seções que se seguem voltando nosso olhar para a apreensão da historicidade, da importância social e dos sentidos atribuídos pelos usuários à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima, localizada no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte.

3 O CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA E SUA BIBLIOTECA

*“Uma cidade se levanta
do solo às nuvens.
De atalhos parte para avenidas.
Do caos se amolda à geometria:
triângulos quadriláteros círculos.
Uma cidade sobe dos prados
para o lombo das serras.
Destrói choupanas e constrói
Arranha-céus¹⁹”*

Nesta seção apresentamos a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) e, em paralelo, o Centro Cultural Vila Fátima (CCVF), inserido numa das comunidades constituintes do Aglomerado da Serra de Belo Horizonte/MG. Para tanto, recuperam-se elementos vinculados ao processo de formação e urbanização do Aglomerado – a construção de moradias verticalizadas e a posterior instalação de equipamentos públicos (escolas, centros de saúde, centros culturais, praças) a partir do Programa Vila Viva – e discute-se a implementação da política pública de descentralização cultural estabelecida a partir da criação de centros culturais pelos órgãos de cultura do Município. Ressalta-se, ainda, que a abertura ao público do Centro Cultural e de sua Biblioteca reconfigurou o contexto daquela comunidade e ampliou as oportunidades de acesso à informação, de apropriação territorial, de participação e de difusão de referenciais culturais de e para seus moradores.

3.1. O Aglomerado da Serra e o contexto dos projetos de urbanização: Urbel, Vila Viva

Aglomerção é o ato de reunir muitos elementos: acoplar, agrupar, ajuntar. O uso mais recorrente do termo inscreve-se na esfera da “aglomeração urbana”. Em sua definição mais simples, uma aglomeração urbana compreende um espaço formado pela zona urbana pertencente a uma cidade e pelas áreas suburbanas que se encontram em seus arredores. Nesse sentido, remete a uma área que pode atravessar divisões administrativas a partir do crescimento demográfico e

¹⁹ LISBOA, Henriqueta. *Belo Horizonte bem querer*. Belo Horizonte: EDDAL, 1972. p.73-74.

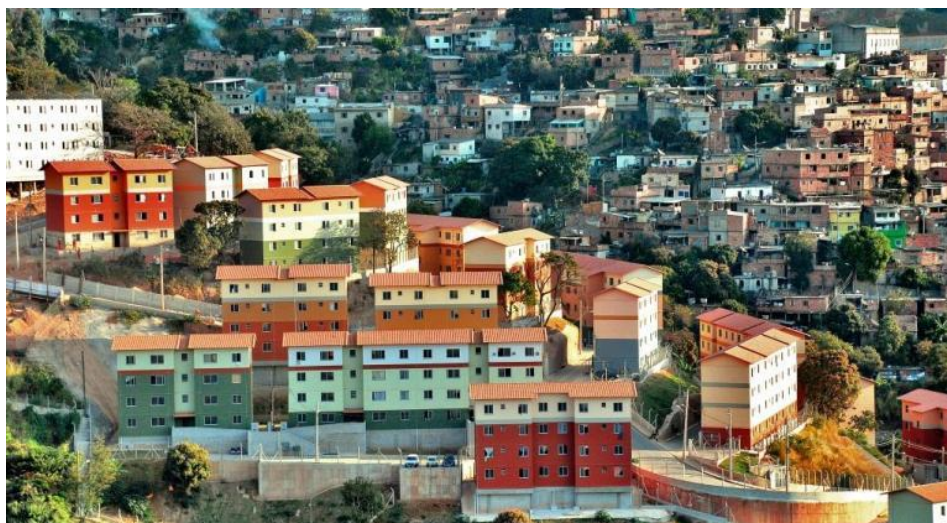
urbanístico, sendo recorrentemente utilizado para identificar conjuntos de vilas ou favelas.

Diversos fatores de ordem econômica e social corroboram para o aparecimento dessas aglomerações urbanas.²⁰ Atentando para tais fatores, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a trabalhar, a partir de 2006, com o conceito de Aglomerado Subnormal, categoria acionada para se referir a um:

[...] conjunto constituído de, no mínimo, 51 ou mais unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (IBGE, 2011, p. 19)

Formulado nos termos acima, esse conceito propiciou uma melhor compreensão acerca das características dos domínios censitários ora classificados como aglomerados subnormais. Denominadas até então como favelas, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros, essa mudança de nomenclatura, apesar de melhor circunscrever determinada realidade social, não diminui em nada os aspectos incipientes da política pública no contexto dos grandes centros urbanos.

Imagem 01 – Aglomerado da Serra, Belo Horizonte

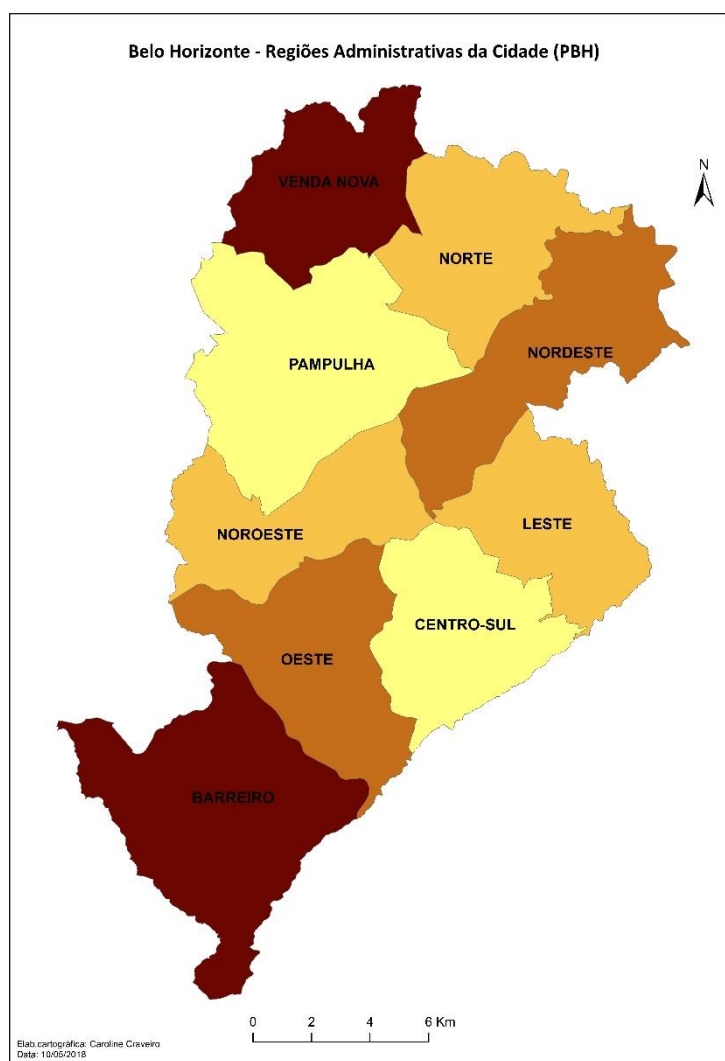


Fonte: Arquivo PBH, © Isabel Baldoni, 2018.

²⁰ O crescimento vertiginoso das favelas, no Brasil, está diretamente relacionado ao processo de urbanização, indissociável do período de intensa industrialização, particularmente nas décadas de 1950 a 1970. No entanto, o surgimento da favela é muito anterior ao fenômeno recente de concentração urbana no país. (QUEIROZ FILHO, 2011).

Isto porque, na maioria dos casos, tais aglomerados se formam por meio do movimento de ocupação desordenada de certas áreas ou terrenos localizados na periferia das cidades por parte de grupos populacionais de baixa renda. Situação que caracteriza, conforme veremos a seguir, o movimento de constituição e de expansão do Aglomerado da Serra, localidade onde funciona o Centro Cultural Vila Fátima e sua biblioteca, objetos de nossa pesquisa.

Mapa 01 – Belo Horizonte e suas Regionais Administrativas

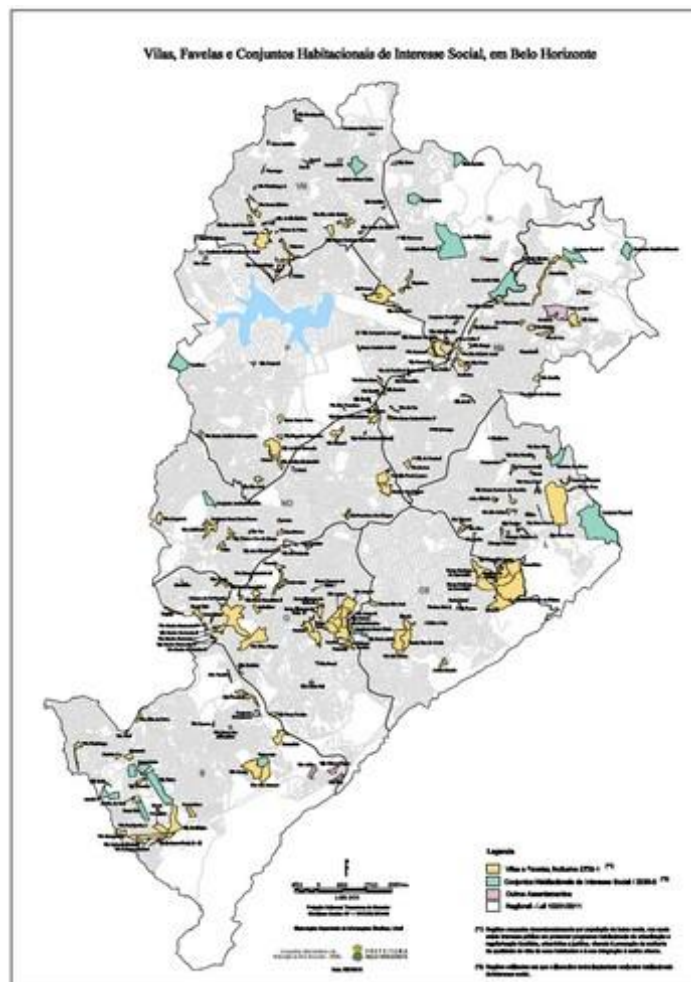


Fonte: CRAVEIRO, Caroline, 2017.

As sete vilas que compõem o Aglomerado da Serra (Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, vila Marçola, vila Cafezal, vila Novo São Lucas, vila Nossa Senhora de Fátima e vila Fazendinha) reúnem, de acordo com

dados do censo de 2010, aproximadamente 35.487 moradores distribuídos em 10.104 moradias²¹.

Mapa 02 – Áreas de Vilas e Favelas em Belo Horizonte



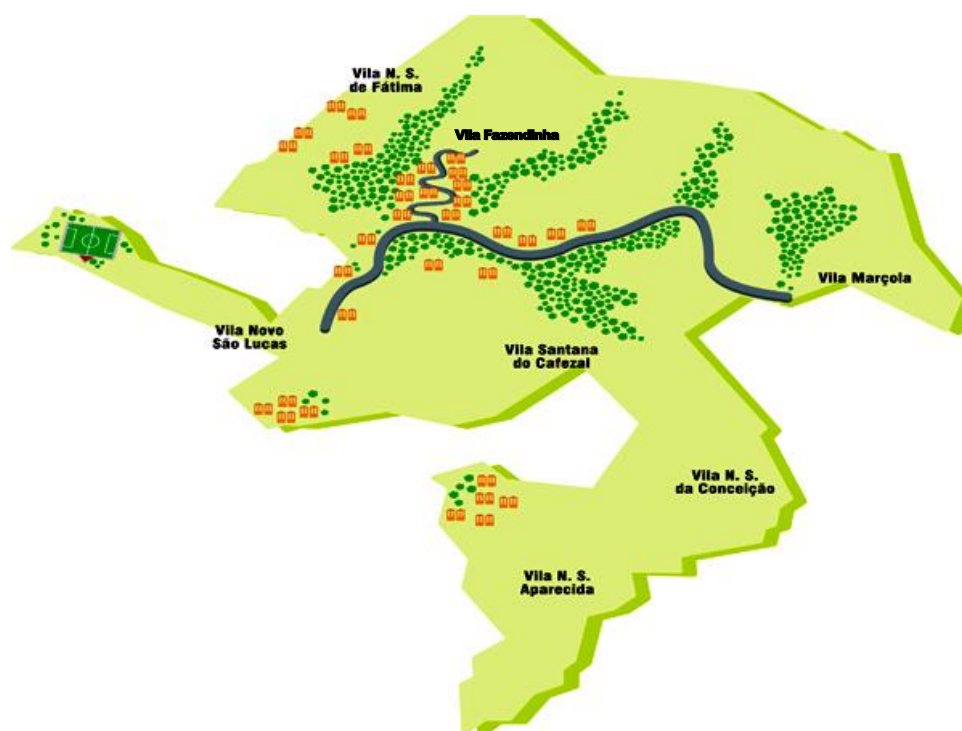
Fonte: Site PBH, 2018.

Tendo em vista esses dados, o Aglomerado da Serra seria o maior conjunto de favelas de Belo Horizonte e também de Minas Gerais. Ao longo de sua formação os moradores do Aglomerado tiveram que conviver, por muito tempo, com a ausência do poder público, sendo certas melhorias obtidas a partir da organização comunitária e também por meio de ações vinculadas a políticas públicas e programas habitacionais voltados para a promoção de melhorias em áreas de vulnerabilidade urbana e social. Dentre vários avanços, tais ações e

²¹ IBGE. Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados. Tabela 2: Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, 2011, p. 106-109.

programas possibilitaram a inserção de equipamentos públicos, entre eles, conforme já mencionado, os centros culturais. Nesse sentido, a conjunção das ações em prol da melhoria habitacional promovidas pelo programa Vila Viva com as realizações do poder público municipal por meio do Orçamento Participativo (OP) viabilizaram um conjunto de mudanças na realidade das famílias ali estabelecidas.

Imagem 02 – Croqui da Intervenção do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra



Fonte: Arquivo PBH / URBEL, 2010.

De modo genérico, é possível se apontar que o programa Vila Viva é caracterizado pela “intervenção estrutural em assentamentos precários, uma ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e de regularização dos assentamentos existentes”²². Essa caracterização nos permite indicar, ainda, que:

O Programa Vila Viva [...] possibilita aos gestores públicos e à comunidade reforço e consolidação de uma política de inclusão social, sempre em ação coordenada com outros programas. Consiste na execução progressiva de transformações profundas nos diversos núcleos habitacionais, através da

²² Cf. BELO HORIZONTE. Urbel. Disponível em: <http://portalpbh-hm.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7901&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&&idConteudo=22546&chPlc=22546> . Acesso em 15 abr. 2018.

implantação e melhoria de sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de consolidação geotécnica, de melhorias habitacionais, remoções e reassentamentos, de regularização fundiária até o nível da titulação (inclusive com reparcelamento do solo) e da promoção do desenvolvimento sócio econômico das comunidades. (AFONSO; MAGALHÃES, 2014, p. 32-33).

Visando-se alcançar a totalidade dessas ações, o Programa Vila Viva prevê a realização de diversas melhorias nas localidades onde o mesmo se insere, destacando-se: implementação e ampliação das redes de saneamento básico; remoção de famílias de áreas de risco iminente de desabamento; reestruturação do sistema de becos, vielas e pavimentação das ruas; implantação de parques e equipamentos para esporte e lazer; e, construção de unidades habitacionais conhecidos popularmente como “predinhos”. Tudo com o objetivo de, segundo o próprio programa, “melhorar a qualidade de vida dos moradores dessas áreas”²³. O Vila Viva abarca, ainda, ações de promoção social e desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental, e a criação de alternativas de geração de trabalho e renda na própria comunidade, bem como atividades em prol da regularização fundiária com a emissão das escrituras dos terrenos aos proprietários.

O Vila Viva também abarca ações de promoção social e desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental, e a criação de alternativas de geração de trabalho e renda na própria comunidade. E, após o término das obras de urbanização, prevê-se a efetivação da regularização fundiária com a emissão das escrituras dos terrenos aos proprietários.

A origem do Programa Vila Viva está diretamente relacionada ao Plano Global Específico (PGE), um estudo aprofundado das vilas, favelas e conjuntos habitacionais de interesse social de Belo Horizonte, com participação direta da comunidade local. Esse estudo – realizado em três etapas (levantamento de dados, elaboração de diagnóstico integrado dos principais problemas da área em estudo e definição das prioridades locais e das ações necessárias para atendê-la) – resultou na elaboração de um projeto com propostas de intervenções, cuja finalidade principal vinculava-se de maneira específica à inclusão social e urbana das

²³ BELO HORIZONTE. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte. **Vila Viva**: inclusão social e cidadania. Disponível em: <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portal_publico/Temas/Noticias/Vila%20Viva%20Inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania> . Acesso em 12 jun. 2018.

comunidades carentes à “cidade formal”.²⁴ A proposta para cada um dos locais envolveu gestores públicos, lideranças comunitárias e representantes de movimentos sociais. A população, que participou ativamente na definição e hierarquização das melhorias a serem implantadas, também foi chamada a envolver-se nas etapas de execução do empreendimento. Apesar disso, Rena e Oliveira (2008) assumem um tom crítico ao programa governamental assinalando os embaraços decorrentes da sua execução:

O projeto Vila Viva da Prefeitura de Belo Horizonte, considerado um dos maiores projetos de urbanização de favelas do país no momento, se propõe a urbanizar o conjunto de vilas, ligando diretamente, através de grandes vias asfaltadas, duas regiões da cidade. Mesmo que haja um investimento na melhoria das condições de vida da população local e na sua inserção definitiva no cenário urbano formal, seria preciso repensar a real questão que impossibilita com que muitos moradores do lugar não tenham acesso ao mercado de trabalho. A educação para todos e a capacitação profissional deveriam ser a base de qualquer projeto de inclusão social. (RENA; OLIVEIRA, 2008, p. 17)

Para nossos interlocutores, o Programa Vila Viva, apesar de toda notoriedade propagada, deveria contemplar não apenas melhorias nas condições habitacionais dos sujeitos e comunidades atendidas, mas também novas condições de trabalho e dinâmicas sociais mais equânimes. Rena e Oliveira (2008) explicitam, com isso, a convicção de que os investimentos em melhores condições de vida e introdução dos moradores da região numa moradia que difere da conformação de vila ou favela não são suficientemente capazes de possibilitar oportunidades de inserção em outros agrupamentos sociais para além dos que já participam.

Corroborando com esse argumento, o documento “Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais – informações territoriais” (2013) do IBGE evidencia desigualdades existentes entre os cidadãos que vivem em aglomerados e aqueles que residem em regiões diferenciadas dos municípios. Tais diferenças descortinam a realidade na qual os cidadãos dos aglomerados urbanos brasileiros estão

²⁴ Diferentes formas de uso e apropriação dos espaços são identificáveis nas cidades “formal” e “informal”. Na cidade “formal” resulta evidente a predominância de critérios de individualidade, privacidade, egoísmo, arrogância, exclusão e reserva, enquanto na cidade “informal”, prevalecem atitudes de comunidade, solidariedade, participação, autoajuda e descontração. A materialização das arquiteturas e dos espaços identificam os dois modos de vivência social: edifícios fechados e defensivos no primeiro, construções abertas ao espaço público, descontraídas e participativas no segundo. Resulta contraditório comprovar que os valores da civilidade e da convivência social resultam mais efetivos nas urbanizações “informais” e “ilegais”, enquanto na cidade “formal” e “legal” tende a imperar a autodefesa e o “salve-se quem puder”. (GHIONE, 2018)

submetidos, bem como demonstram as áreas em que se fazem necessárias melhorias para a garantia de acesso à cidadania e à informação. A título de exemplificação, dados de 2010 atestam que enquanto 14,7% da população residente em outras áreas conclui o ensino superior, nos aglomerados esse percentual chega a 1,6%. A informalidade no trabalho também se apresenta maior nos aglomerados (27,8% dos trabalhadores não tinham carteira assinada) em relação às outras áreas da cidade (20,5%). As desigualdades também se manifestam em relação aos rendimentos: 31,6% dos moradores dos aglomerados subnormais tinham rendimento domiciliar per capita de aproximadamente meio salário mínimo, ao passo que nas demais áreas o percentual era de 13,8%. Por outro lado, apenas 0,9% dos moradores dos aglomerados tinham rendimento domiciliar per capita de mais de cinco salários-mínimos, percentual que era de 11,2% nas demais áreas da cidade.

De modo geral é possível se afirmar que todos esses fatores influenciam diretamente no comportamento dos indivíduos tanto em relação ao incremento de sua formação educacional quanto em suas práticas de lazer e entretenimento. Em contrapartida, os responsáveis das famílias, quaisquer que sejam o nível de escolarização e renda mensal que possuam, reconhecem na formação educacional um valor significativo e também uma oportunidade de seus descendentes agregarem os conhecimentos apreendidos na escola às suas vidas para, em um segundo momento, galgarem outras esferas de atuação profissional, muitas vezes mais qualificadas que a de seus genitores²⁵.

Essa crença é explicitada pelo discurso intersubjetivo na medida em que os sujeitos atribuem à instrução certo poder formador, inicialmente facultado pela escola e, posteriormente, por outros espaços de instrução. Diante de uma realidade que torna evidente contextos de marginalização, reforça-se a crença no poder transformador da educação formal, razão pela qual a oportunidade de acesso à informação por meio de centros culturais emerge como alternativa em complemento às necessidades educacionais desses sujeitos. Nesse sentido, o estabelecimento de políticas públicas centradas na ampliação do acesso a equipamentos culturais, à promoção da educação e à disseminação da informação se mostra, conforme

²⁵ Cf. SOUZA, 2009, p. 425

veremos a seguir, fundamental para o alargamento das possibilidades de participação cidadã dos sujeitos que vivem nesses aglomerados.

3.2. Políticas públicas para bibliotecas e centros culturais em Belo Horizonte

O estabelecimento de políticas públicas para a cultura no cenário brasileiro foi ampliado consideravelmente a partir da primeira década dos anos 2000, momento em que emergiram a criação de espaços culturais novos, alguns deles em áreas de vulnerabilidade social elevada. Respaldando-se pelo Art. 215 da Constituição Federal, no qual se dispõe que o Estado garantirá aos cidadãos “o pleno exercício dos direitos culturais”, bem como oportunizará o “acesso às fontes da cultura nacional”, inúmeras medidas locais foram implementadas com vistas a proteger as manifestações das culturas populares e garantir o desenvolvimento cultural do país (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1990). No contexto específico de Belo Horizonte, a Lei Orgânica do Município de 1990 estabelece no Art. 166 do seu Capítulo VI – Da Cultura que “o acesso aos bens da cultura e às condições objetivas para produzi-la é direito do cidadão e dos grupos sociais”. O mesmo dispositivo legislativo dispõe, acerca da criação dos centros culturais, que:

Art. 169 – O Poder Público promoverá a implantação, com a participação e cooperação da sociedade civil, de centros culturais nas regiões do Município, para atender às necessidades de desenvolvimento cultural da população.

Parágrafo único – Serão instalados, junto aos centros culturais, bibliotecas e oficinas ou cursos de formação cultural. (BELO HORIZONTE, 1990, p. 60) [grifo nosso].

A Lei Orgânica demarca, pois, a responsabilidade do Município de oportunizar a descentralização das ações e serviços de cultura a partir de centros culturais. Fica claro, também, a decisão por instalar nesses espaços bibliotecas, junto com oficinas ou cursos de formação cultural. Visando-se atender a esses desígnios, no contexto da estrutura da Administração do Município de Belo Horizonte, a execução da política pública se dá por meio da Fundação Municipal de Cultura (FMC), que foi instituída pela Lei n.º 9011 em 1º de janeiro de 2005, e que passou a ser vinculada à

Vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, a Fundação Municipal de Cultura (FMC) integra a Administração Pública indireta do Município e possui autonomia administrativa e financeira assegurada, especialmente, por dotações orçamentárias, patrimônio próprio, aplicação de suas receitas e assinatura de contratos e convênios com outras instituições. Responsabiliza-se pela gestão de 32 unidades culturais na cidade, entre bibliotecas, centros culturais, centros de referência, arquivo público, cinema, museus e teatros, distribuídas por todas as regionais do município, onde são desenvolvidas atividades de formação, fomento e difusão artística e cultural. Realiza também eventos referenciais como o Festival de Arte Negra (FAN), o Festival Internacional de Teatro Palco e Rua de Belo Horizonte (FIT-BH), o Festival Literário Internacional (FLI), o Festival Internacional de Quadrinhos (FIQ) e a Virada Cultural de Belo Horizonte. Além disso, a Fundação compartilha com a SMC a gestão de mecanismos de fomento como a Lei Municipal de Incentivo à Cultura e o Fundo Municipal de Cultura, bem como editais voltados para áreas culturais específicas.

Naquilo que concerne ao nosso objeto de estudo, Belo Horizonte possui centros culturais na maioria das Regiões Administrativas da cidade. Conceitualmente esses centros culturais são definidos como “espaços criados [...] tendo como finalidade a implementação das diretrizes políticas da Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Fundação Municipal de Cultura integrando assim a descentralização dos serviços e consolidando a política cultural da cidade”²⁷. Têm por objetivo “reservar espaços de fruição, circulação e criação de bens culturais que contribuam para a formação de identidades locais”²⁸. Nesse sentido, pode-se afirmar que os centros culturais foram, portanto, criados com o intuito de serem um repositório informacional do que é produzido e armazenado como bem cultural para aquela localidade.

Partindo desse princípio, os centros culturais não só oportunizam o acesso a diversas linguagens artísticas (como apresentações de teatro, dança e circo, exposições de artes visuais e empréstimo de livros e revistas, etc.), como também espaços propícios para a formação artística-cultural dos cidadãos (por meio de

²⁷ Cf. BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. *Centros Culturais e de Referência*. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/centros-culturais>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

²⁸ Idem.

oficinas de sensibilização teatral, dança, literatura, entre outras). Os centros culturais são, nesses termos, equipamentos que representam a ação cultural descentralizada do Município, assim caracterizada:

A ação cultural descentralizada é um mecanismo eficaz na democratização do acesso aos bens culturais. É ela que garante o ingresso do cidadão em atividades de formação, difusão, dentre outras inerentes a essa área, dando luz a projetos e manifestações locais, bem como proporcionando transparência e visibilidade nas ações governamentais. Por meio dos 17 centros culturais, a Fundação Municipal de Cultura possibilita a participação das nove regionais da cidade, não só nas ações pontuais, mas também na formulação das políticas e projetos voltados às localidades. (BELO HORIZONTE, 2018, p. 3).

Os centros culturais sobre administração da FMC (Mapa 03) se originaram tanto de iniciativas das comunidades nas quais se inserem quanto de decisões da Administração Municipal. Em sua maioria, foram equipamentos aprovados no Orçamento Participativo (OP)²⁹ da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), mecanismo deliberativo que se apresenta como um canal de participação social, cujo objetivo é garantir ao cidadão sua inserção na definição de obras a serem realizadas pelo Município.

Em termos de infraestrutura, são espaços que, apesar de diferenças arquitetônicas, têm uma constituição comum, basicamente formada por uma biblioteca, espaço para exposições de artes visuais, equipamentos para exibição audiovisual, salas para realização de oficinas, reuniões e ensaios de grupos artísticos, além de salas administrativas e almoxarifado. Por vezes essa demarcação não se faz tão clara, tendo em vista que alguns espaços são adaptados para as finalidades anteriormente descritas ou possuem múltiplas finalidades: uma sala pode ser ao mesmo tempo galeria expositiva e local para realização de oficinas e apresentações artísticas.

Alguns centros culturais, mesmo tendo suas origens vinculadas a iniciativas comunitárias foram, posteriormente, incorporados ao Município, sobretudo em

²⁹ O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir, direta ou indiretamente, sobre os orçamentos e gastos públicos. Para isto, a Administração dos Municípios realiza reuniões com os integrantes das comunidades que buscam a eleição de suas intervenções urbanas, em que há eleição de delegados que terão posteriormente direito à voz e ao voto nas Assembleias seguintes. Há também a modalidade de participação à distância por meio da disponibilização de plataformas de escolha em ambiente virtual. O modelo de OP construído em Belo Horizonte a partir da década de 1990 alcançou um alto grau de sofisticação desde sua implantação, resultados expressos a partir da metodologia utilizada para a condução do processo, da construção de critérios para a distribuição dos recursos e para a escolha de cada empreendimento.

função da necessidade de se levar a cabo reformas, ampliação ou construção de novo espaço físico. Ações que já eram previstas pela Lei Orgânica Municipal (LOM) que, segundo Barros (2012), estabeleceu dentre suas diretrizes a construção de equipamentos públicos que atuassem na disseminação de linguagens artísticas e manifestações culturais locais e de representatividade para o território no qual deveriam se inserir. Para a autora, a instituição de centros culturais foi uma “forma de descentralizar a cultura na cidade” (BARROS, 2012, p. 85). Nesses termos, a LOM possibilitou à Secretaria Municipal de Cultura desenvolver “diversas atividades culturais em várias regiões da cidade, levando em consideração as reivindicações das comunidades antes não contempladas por ações culturais” (BARROS, 2012, p. 85). A oferta de acesso a bens e atividades culturais a essas comunidades fomentou a reivindicação por espaços com ações de cultura duradouras e permanentes em seus territórios.

A convergência da LOM com as assembleias do OP e a reivindicação popular viabilizou, ainda, a disseminação de prédios públicos destinados aos centros culturais em alguns pontos da cidade. Entretanto, ações de continuidade da política pública ainda não haviam sido pensadas para esses espaços e a euforia inicial cedeu lugar a um constante questionamento por parte da população à Administração Municipal pelo uso qualificado daqueles equipamentos.

Dito isso, ressalta-se que o movimento de implementação de centros culturais em Belo Horizonte como ação inscrita no contexto da política pública municipal inicia-se em 1992 com a criação do Centro Cultural Inter-regional Lagoa do Nado. Desde então vários equipamentos culturais (denominados centros culturais locais) foram criados, principalmente em bairros e regiões de Belo Horizonte com altos índices de vulnerabilidade social. Em um primeiro ciclo foram abertos ao uso público os centros culturais: Alto Vera Cruz, Liberalino Alves de Oliveira (na Pedreira Prado Lopes), Pampulha (bairro Urca), São Bernardo e Zilah Spósito. Além desses, em 1997, por ocasião do aniversário de 100 anos de Belo Horizonte, foi inaugurado o Centro de Cultura Belo Horizonte (CCBH), no “castelinho” localizado na esquina da Rua da Bahia com Avenida Augusto de Lima, que atualmente abriga o Museu da Moda (Mumo).

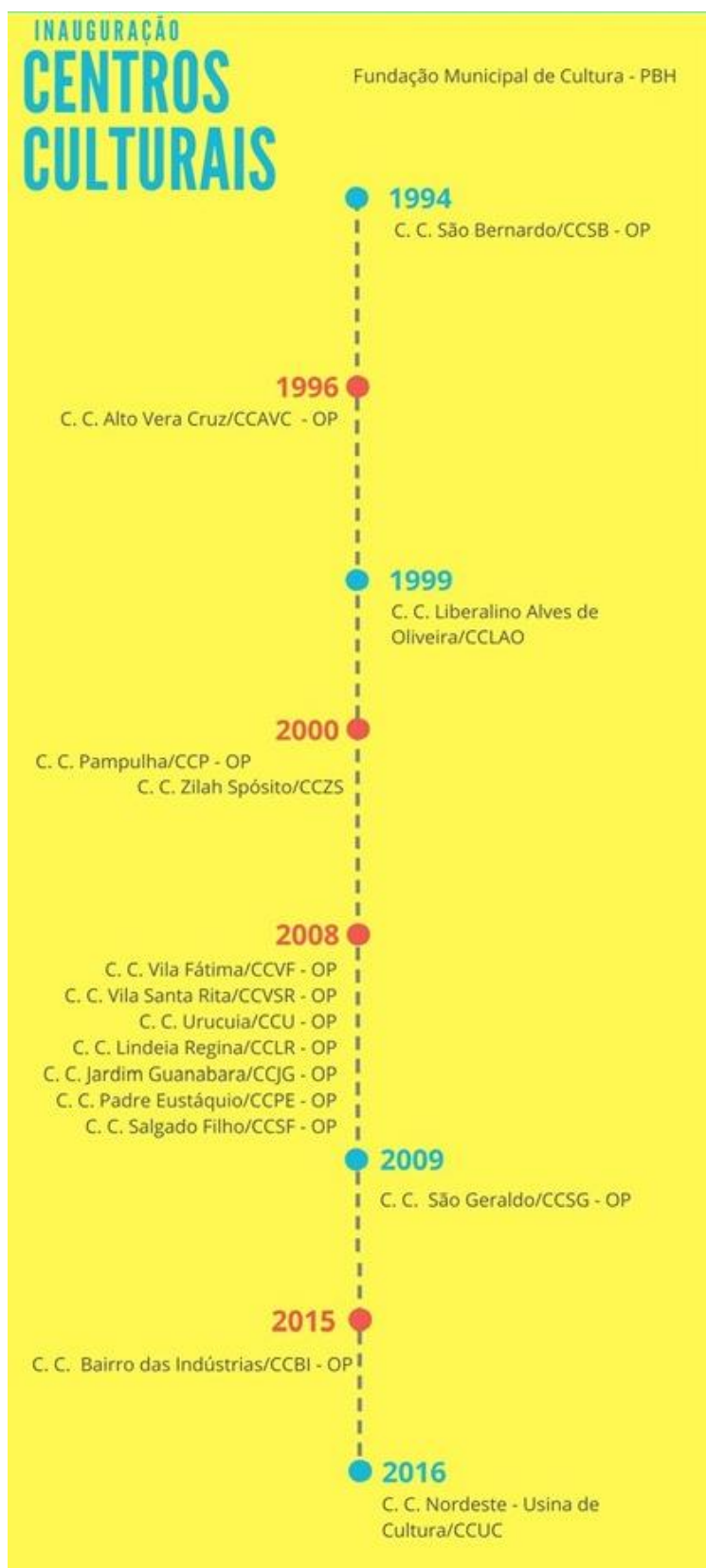
No início dos anos 2000 a reforma administrativa da PBH provocou uma grande alteração na estrutura e na dinâmica dos centros culturais. Marcada por

uma concepção de política pública que priorizava a descentralização de atividades para as Administrações Regionais, a referida reforma apartou os centros culturais da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Assim sendo, o período compreendido entre os anos 2000 e 2004 foi marcado pelas consequências da reforma administrativa, em que os centros culturais passaram a ser geridos pelas Regionais Administrativas às quais estavam vinculados, deixando, portanto, de serem administrados pela SMC. Em consequência deste deslocamento e em decorrência da ausência de autonomia política e financeira, bem como da escassez de recursos materiais e humanos capacitados para o desempenho de suas atividades, muitos desses equipamentos tiveram sua atuação cultural prejudicada, ocasionando pouca variedade nas programações, bem como na oferta de bens e serviços culturais.

Com a criação da Fundação Municipal de Cultura (FMC) em 2005, os centros culturais foram reintegrados ao seu organograma (Imagem 03). O Departamento de Coordenação dos Centros Culturais (DPCC) tornou-se, assim, responsável por articular as ações culturais no em torno desses equipamentos, delinear projetos de formação artístico-cultural, bem como estabelecer estratégias para a formação de público permanente. Foi criada, também, a Diretoria de Leitura e Informação (DILINF) que, dentre outras atividades, se encarregou de “planejar e coordenar atividades de apoio e incentivo à leitura que promovam o desenvolvimento dos cidadãos”. (BELO HORIZONTE, 2005).

Olhando especificamente para as bibliotecas inseridas nos centros culturais, como é o caso da BCCVF, além de responderem às disposições presentes no Manifesto da Unesco/IFLA sobre Bibliotecas Públicas (1994), é possível demarcarmos que as mesmas têm por função prover às comunidades de informações inerentes às atividades artístico-culturais ali desenvolvidas e subsidiarem as necessidades de leitura, de informação e de acesso à cultura escrita por aqueles que delas se valem. Isto se dá porque, de modo geral, as bibliotecas dos centros culturais desempenham um papel significativo: muitas delas são a primeira – quando não a única – biblioteca de acesso público no perímetro da comunidade que realiza empréstimo de livros com regularidade, que atende ao cidadão de maneira exclusivista e individualizada, possibilitando sua inserção no universo da cultura escrita e imagética tanto de forma geral quanto localmente.

Imagem 03 – Rede de Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte por ano de inauguração



Fonte: Câmara Temática de Atuação dos Centros Culturais. Conselho Municipal de Políticas Culturais, 2018.

Tais bibliotecas se apresentam, portanto, como um ponto convergente para busca e disseminação de informações qualificadas nos territórios onde se encontram. Perspectiva que coaduna com a definição de Jaramillo (2000, apud. JARAMILLO, 2011 p.72), para quem a biblioteca pública é entendida como uma instituição sociocultural que tem como principal finalidade possibilitar o livre acesso à informação e ao conhecimento de maneira gratuita, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida das pessoas e a construção de relações democráticas.

Nessa mesma perspectiva, Castrillón demarca que o objetivo basilar das bibliotecas públicas deve ser o de converter-se “em meios contra a exclusão social, isto é, que se constituam em espaços para o encontro, para o debate que dizem respeito a maiorias e minorias” (CASTRILLÓN, 2011, p. 36). Em função disso, defende que tais instituições se convertam, conforme já assinalado na seção anterior, em local propício ao encontro geracional, permitindo, assim, a comunicação entre “crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares” (CASTRILLÓN, 2011, p. 36) e que a mesma seja capaz de apresentar respostas aos problemas e interesses de seus utentes, facultando que esses sujeitos constituam novas perspectivas de interação social e de exercício da cidadania.

Visando-se definir o escopo de atuação dos Centros Culturais e de suas bibliotecas a FMC elaborou o *Caderno de Projetos dos Centros Culturais Locais* (2008), conjunto de recomendações a partir do qual se define a Biblioteca como eixo da ação de cada centro cultural. Dito isso, acerca das bibliotecas dos centros culturais, consta nessa publicação que:

[...] o acervo deve ser variado, com obras de referência em todas as áreas do conhecimento, com ênfase em humanidades e conteúdos que privilegiem os segmentos artísticos e culturais nas suas diversas linguagens e suportes. Além da literatura, o acervo deve possuir uma bibliografia e uma midiateca nas áreas de artes e música. (BELO HORIZONTE, 2008, p. 11).

De modo concreto, almeja-se que tanto o espaço quanto o acervo dessas bibliotecas sejam utilizados também para subsidiar as atividades realizadas no interior dos centros culturais, particularmente nas oficinas de formação artístico-cultural, e que seja possível ampliar o acesso das comunidades à informações multivariadas. Atuando a partir dessas premissas, as bibliotecas integrantes dos

centros culturais se configuram em espaços de acesso público significativo no contato dos centros culturais com os cidadãos. De modo geral, elas se apresentam como locais acessíveis, abertos à participação e acolhimento aos distintos sujeitos e demandas da comunidade à qual presta atendimento.

Em função da escassez de bibliotecas públicas em áreas afastadas do hipercentro da cidade, as bibliotecas dos centros culturais constituem-se, pois, em espaço referencial da comunidade, tanto em termos do acesso ao conhecimento e à informação, quanto como espaço de lazer, de dinamização das práticas leitoras e de promoção da sociabilidade. Essas bibliotecas preocupam-se, também, em garantir acesso aos bens e serviços ofertados pela política pública de cultura do município, sobretudo aqueles relacionados ao livro, à leitura e à literatura. É esse o caso, conforme veremos a seguir, do Centro Cultural Vila Fátima e de sua biblioteca.

3.3. Histórico de implementação do Centro Cultural Vila Fátima

O Centro Cultural Vila Fátima (CCVF) está localizado no Aglomerado da Serra, situado na Região Centro-Sul de Belo Horizonte. Sua criação foi aprovada no OP 2005/2006, tendo a construção sido iniciada em maio de 2007. Entretanto, a obra surge a partir da proposta inicial de criação de uma escola de formação profissionalizante – onde seriam ministrados cursos de mecânica de automotores, eletrônica e informática, entre outros³⁰. Mudanças operacionais e circunstanciais impossibilitaram o estabelecimento de tal escola técnica por parte da Administração Municipal, o que gerou certa frustração e descontentamento.

³⁰ Apud. BARROS, 2012, p. 129.

Imagem 04 – Fachada do Centro Cultural Vila Fátima (CCVF)



Fonte: Arquivo PBH / FMC, © Ricardo Laf, 2016.

Desta feita, ao ser inaugurado em 2008, o CCVF foi visto com desconfiança e rejeição. No entanto, estabeleceu-se como um equipamento público daquela localidade, passando a congregar em torno de si a tarefa de suprir a ausência de ações governamentais voltadas para a cultura e inserir a comunidade no universo das políticas públicas.

Imagem 05 – Semana de Inauguração do CCVF – 2008



Fonte: Arquivo FMC / CCVF, jun. 2008.

Em sua inauguração o CCVF passou a abrigar, dentre outras, as atividades realizadas pelo projeto Corpo Cidadão³¹ realizado pela associação de mesmo nome e que, em parceria com a Escola Integrada da Secretaria Municipal de Educação (SMED), acolhia crianças no contraturno escolar, ofertando aos alunos atividades de variadas linguagens artísticas: pintura, dança, música, entre outras. Entretanto, apesar das atividades alavancadas pela SMED, o CCVF abre suas portas evidenciando significativa escassez de pessoal para o desempenho dos serviços previstos e outras atividades finalísticas³². Outro problema inicial enfrentado foi a carência de acervo para a biblioteca. Como alternativa, buscou-se a expansão de seu acervo por meio de doações, bem como a realização de atividades de promoção da leitura a partir do estabelecimento de parcerias e voluntariado.

Imagem 06 – Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF): primeiro ano



Fonte: Arquivo FMC / CCVF, 2008.

³¹ O Corpo Cidadão é uma associação sem fins econômicos, de direito privado, reconhecida como utilidade pública, comprometida com a construção de uma cultura que valoriza a diversidade, a liberdade expressiva e a convivência pacífica das diferentes formas de ver e viver a vida. D no campo da arte e da educação, promovendo ações que visam desenvolver as potencialidades humanas, a realização pessoal e a atitude cidadã.

³² As categorias "atividades finalísticas" e "serviços" são denominações do Sistema de Monitoramento de Programas e Projetos (SMAPP) da FMC, utilizado para coleta de dados e avaliação de suas unidades executoras. De acordo com o SMAPP as atividades finalísticas compreendem: abertura, apresentação artística, curso, exibição, exposição, lançamentos artísticos, oficinas, palestras, visitas orientadas e visitas técnicas. Quanto aos serviços, inscrevem-se nessa categoria: cessão de espaço, inclusão digital/telecentro, empréstimo de livros, pesquisa livre e pesquisa orientada (os 3 últimos são chamados serviços de referência e informação). Por outro lado, há as chamadas atividades-meio, que são as atividades de natureza administrativa, não voltadas diretamente para atendimento ao cidadão. (LIBÂNIO, 2018, p. 142)

O encerramento do programa Corpo Cidadão no ano de 2010 expõe novamente a aparente obsolescência daquele equipamento público. A equipe de profissionais ali presentes procurou concentrar esforços nas atividades a serem desenvolvidas pela biblioteca. Com isso, ficou explicitada também a necessidade de uma política de desenvolvimento de acervo para a biblioteca e da concretização de programas de formação para os profissionais daquele equipamento de forma permanente, o que veio a acontecer em 2009, com a Instrução Normativa FMC Nº 01/2009, que estabeleceu diretrizes gerais para a ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura.

Imagem 07 – Visitas guiadas à BCCVF



Fonte: Arquivo FMC / CCVF, 2008.

A partir de 2010, houve o fortalecimento do Departamento de Coordenação das Ações Regionalizadas (DPCAR) pertencente à então Diretoria de Leitura e Informação (DILINF). Nesse período, as bibliotecas dos centros culturais estavam hierarquicamente subordinadas a duas Diretorias da FMC, a Diretoria de Equipamentos Especiais Culturais (DIEEC) e a DILINF e, conseqüentemente, também subordinadas a dois Departamentos: o Departamento de Coordenação dos Centros Culturais (DPCC) e o DPCAR. Com a criação do *Programa Belo*

*Horizonte – Cidade Leitora*³³, do qual se originou a Comissão de Seleção de Acervo, a mudança do DPCAR para Departamento de Bibliotecas e Promoção da Leitura (DPBPL) e a fusão das duas Diretorias retro mencionadas, foram estabelecidas algumas alterações estruturais que fortaleceram a atuação das bibliotecas dos centros culturais. Foram criadas também outras comissões para desempenho de atividades específicas, dentre elas a Comissão de Elaboração do Regulamento das Bibliotecas e a Comissão de Desenvolvimento e Tratamento de Acervo.

A partir de 2011 o desenvolvimento de um conjunto de ações do Departamento de Bibliotecas e Promoção da Leitura (DPBPL) proporcionou às bibliotecas dos centros culturais do município um incremento nas atividades de incentivo à leitura e de divulgação dos seus acervos. Além disso, o DPBPL oportunizou a formação dos bibliotecários e demais profissionais que atuavam nas bibliotecas por meio de encontros formativos e palestras sobre temas específicos. Passou a organizar, também, rodas e clubes de leitura, saraus lítero-musicais, oficinas de quadrinhos, além de oficinas rápidas de incentivo à leitura literária com recortes específicos tanto em termos de temática quanto de faixa etária, acompanhando os calendários culturais da cidade. O DPBPL investiu recursos na renovação dos exemplares dos acervos e na aquisição de mobiliário para as bibliotecas. Esse incremento ampliou as possibilidades de uso e de realização de atividades nos espaços das bibliotecas, bem como viabilizou acesso e uso de novas tecnologias.

Em decorrência dessas ações, a BCCVF figurou, na maioria das vezes, como âncora das atividades ofertadas no centro cultural, uma vez que a Biblioteca desempenhava papel determinante nos usos e percursos possíveis engendrados para e pela comunidade. Isso impediu que a reforma realizada no CCVF em 2012 paralisasse totalmente as ações e serviços da Biblioteca, que continuou a atender

³³ O programa **Belo Horizonte – Cidade Leitora** objetiva “a qualificação das bibliotecas públicas. Além de promover a melhora dos espaços e equipamentos, dos acervos e da infraestrutura, tem o objetivo de integrar as bibliotecas da Fundação Municipal de Cultura entre si, com as bibliotecas comunitárias e com os outros espaços de leitura de Belo Horizonte. O processo de qualificação das bibliotecas se dá pela ampliação, atualização e diversificação do acervo bibliográfico observando o critério de biodiversidade; a formação continuada dos profissionais, especialmente em relação à mediação da leitura; a modernização da infraestrutura tecnológica, preparando-as para receber a conexão em rede; e a modernização e adequação do mobiliário, para otimizar os serviços oferecidos e as atividades de incentivo à leitura”. (PROGRAMA DE GOVERNO: BH segue em frente – 2013/2016).

seus usuários em uma sala anexa. Os confrontos entre cidadãos e as forças de segurança pública, ocorridos após um duplo assassinato de moradores no Aglomerado da Serra – que tiveram repercussão nacional à época, também não impediram a manutenção de seu funcionamento naquele mesmo ano.

Imagem 08 – Uso da BCCVF para atividades em grupo



Fonte: Arquivo FMC / CCVF, 2008.

Imagem 09 – Comemoração 1 Ano CCVF na BCCVF



Fonte: Arquivo FMC / CCVF, 2009.

Desde sua criação até dezembro de 2012 o espaço foi coordenado e gerido por Eliane Santos. Quando da aposentadoria dessa funcionária o espaço permaneceu sem gerente ou gestor direto por um período de aproximadamente seis meses. Mesmo assim o CCVF se manteve aberto, sendo seus serviços garantidos pela equipe que prestava serviços à biblioteca.

Em meados de junho de 2013, por meio de convite feito pela FMC, assumiu a coordenação do espaço Nilson Oliveira, professor e produtor Cultural, servidor de carreira da instituição. O primeiro momento do novo gestor foi de reconhecimento do espaço, do corpo de funcionários e das ações desenvolvidas. A partir do levantamento desses dados iniciou-se a articulação com parcerias locais e outros atores na área da cultura como a rede de assistência social, das políticas de lazer e esporte e representações da sociedade civil.

Em termos específico das rotinas instituídas pela BCCVF, as alterações e rearranjos ocasionados em função das demandas do Centro Cultural Vila Fátima – reforma predial, repintura dos espaços, redução na oferta de oficinas de formação nas áreas artísticas e descontinuidade das mesmas, alterações no quadro e permanência de funcionários – impactaram direta ou indiretamente no funcionamento e acesso dos sujeitos aos bens e serviços ofertados pela BCCVF.

Imagem 10 – Narração de histórias na BCCVF



Fonte: Arquivo de imagens do autor, 2010.

Em contrapartida, o fortalecimento de ações intersetoriais com Secretarias da PBH, a realização e participação em Festivais do Município em nível internacional – tais como Festival Literário Internacional e Festival de Arte Negra – deram visibilidade positiva ao conjunto de bibliotecas dos centros culturais. A proximidade com o hipercentro da cidade favoreceu à BCCVF como local de visitação por grupos nacionais e internacionais, como exemplo de local de acesso à informação, incentivo à leitura literária, de implementação da política pública e acesso do cidadão à política cultural na cidade.

Imagem 11 – Atividade de promoção da leitura na BCCVF



Fonte: Arquivo de imagens do autor, 2010.

Nos dias atuais a edificação do CCVF teve sua reforma finalizada. A BCCVF permanece instalada no mesmo espaço no interior do prédio público desde a inauguração: pelo portão de acesso superior, ao final do largo que separa o Centro Cultural da capela católica de São Miguel Arcanjo – que dá nome à rua – adentra-se no prédio pela sua porção direita, encontrando uma rampa metálica à esquerda e, avançando por essa, depara-se com um grande corredor, estando a Biblioteca na primeira porta à direita. O Telecentro – que permite acesso do cidadão às novas tecnologias, com disponibilização de computadores com acesso à internet –

encontra-se em uma sala em frente à Biblioteca na porta à esquerda. Há como funcionárias no local uma bibliotecária e uma estagiária em nível superior de Administração que são diretamente ligadas à Biblioteca. Compõem a equipe geral do Centro uma produtora cultural que também é a gestora do espaço, um supervisor de serviços, uma estagiária em nível superior de Pedagogia, uma técnica de nível superior, uma adolescente trabalhadora, uma auxiliar de serviços gerais e quatro porteiros-vigilantes que acompanham os usuários e se envolvem tanto nas atividades da BCCVF quanto no funcionamento do Centro Cultural como um todo.

Imagem 12 – A BCCVF em seu layout atual



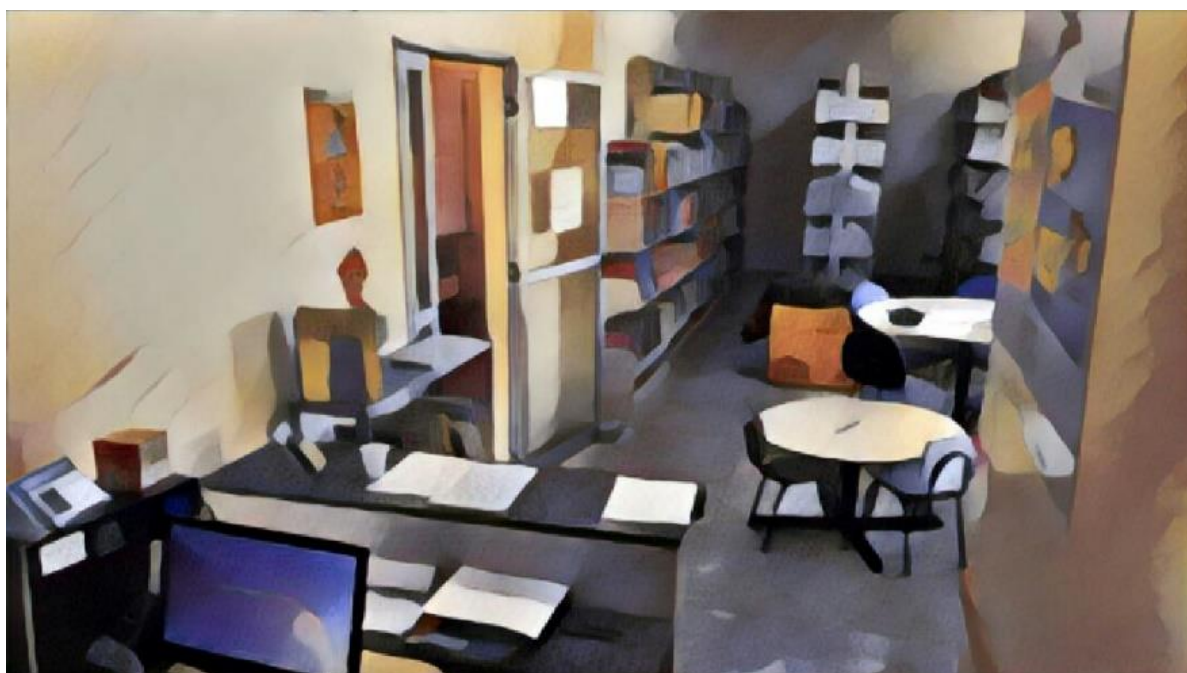
Fonte: Arquivo de imagem produzida por aplicativo pelo autor, 2018.

A programação cultural, confeccionada e impressa mensalmente, apresenta descrição da Biblioteca e dos serviços por ela prestados nos termos que se seguem:

BIBLIOTECA: Espaço dedicado à leitura, com acervo variado que inclui, além de livros de literatura e informativos, revistas, quadrinhos e materiais de pesquisa. Oferece os serviços de empréstimo domiciliar de livros, revistas, CDs e DVDs, além de auxílio à pesquisa nos mais variados suportes. Para realizar empréstimos, basta trazer um documento de identidade e um comprovante de residência e fazer seu cadastro. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Centro Cultural Vila Fátima: programação gratuita. abr. 2018 [folheto]).

Outras atividades culturais também são descritas, apresentando para o conjunto de ofertas que o Centro Cultural disponibiliza tanto para a comunidade quanto para seus usuários. Há também atividades intersetoriais – realizadas no espaço por outras Secretarias – e atividades provenientes de demandas da comunidade em parceria com a PBH, podendo-se citar a reunião dos Conselhos Gestores Comunitários de equipamentos esportivos. Algumas das atividades ocorrem em horários divergentes do funcionamento da BCCVF (à noite em dias de semana e aos sábados após 14 horas), muitas delas relacionadas à dinâmica de funcionamento da Biblioteca e à disponibilidade de jornadas de trabalho de sua equipe.

Imagem 13 – A BCCVF: detalhe da entrada e área de atendimento



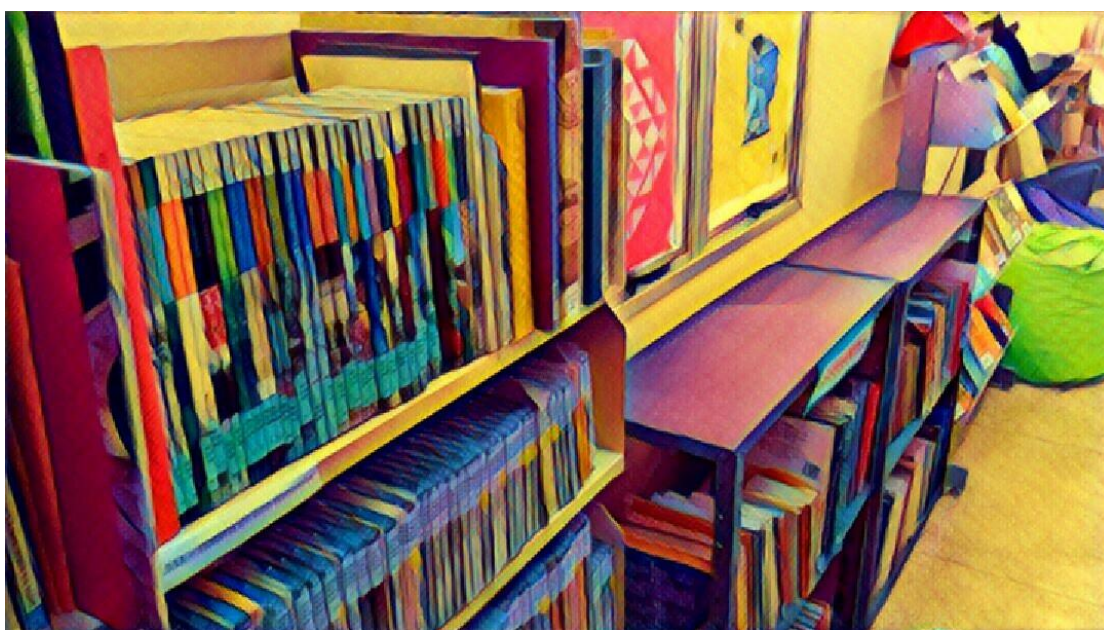
Fonte: Arquivo de imagem produzida por aplicativo pelo autor, 2018.

Em termos de serviços prestados, a BCCVF concentra-se em disponibilizar informações não somente de seus acervos bibliográficos, apoiando pesquisas escolares e acadêmicas, mas também dando suporte a outras atividades que ocorrem no centro cultural, tais como oficinas de formação artístico-cultural, ensaios de grupos artísticos, etc. Considera-se que as bibliotecas públicas objetivam prover por meio da mediação da informação o cidadão daquela informação útil, ou seja, que faz sentido naquele momento para aquele indivíduo. A partir desse entendimento, as

informações orbitam desde um horário de ônibus do transporte coletivo, uma data ou contexto de fato histórico ou agendamento de atendimentos para emissão de documentos, por exemplo, quanto informações que o mesmo possa se valer delas ao longo de sua vida: dicas de preparo de alimentos, noções de higiene corporal, prevenção de doenças, espaços para realização de cursos artísticos, entre outras.

A BCCVF, assim como todas as bibliotecas da FMC, está passando por um processo de informatização de seu acervo e das informações contidas nos cadastros de seus usuários. A Biblioteca tem mantido a inserção permanente dos livros ali existentes no sistema informatizado e à época da pesquisa haviam 2942 exemplares cadastrados.

Imagem 14 – A BCCVF: detalhe do acervo e coleções especiais



Fonte: Arquivo de imagem produzida por aplicativo pelo autor, 2018.

Até o início de 2018 o acervo da BCCVF possuía uma tipologia diversa de suportes informativos, dentre eles livros, dicionários, CD's, DVD's e enciclopédias. Além do cadastro no sistema informatizado, há uma planilha com as informações dos usuários e movimentação de materiais (revistas, CD's e DVD's) que ainda não se encontram no sistema e que são disponibilizados para empréstimo. O acervo é constituído por livros de variadas temáticas, sendo que o foco é a promoção da leitura literária – infantil, juvenil e adulto – tanto estrangeira traduzida quanto

brasileira. A consulta e a maior demanda por incrementos do acervo é de livros infantis, devido ao público ser majoritariamente crianças entre 5 e 10 anos de idade. Os empréstimos domiciliares giram em torno de 20 a 30 títulos mensalmente, sendo que no período de realização das entrevistas foram computados – tanto no sistema quanto na planilha – 28 empréstimos de todo tipo de material. Quando da realização da pesquisa havia no sistema informatizado 182 usuários ativos cadastrados. As informações contidas na planilha acerca dos usuários ativos e inativos dão um quantitativo de 750 cadastros. Há uma frequência de pessoas que varia de 250 a 350 pessoas por mês.

Imagem 15 – A BCCVF: detalhe da área de Biografias



Fonte: Arquivo de imagem produzida por aplicativo pelo autor, 2018.

As atividades de promoção da leitura são realizadas semanalmente por meio de práticas de mediação e de divulgação do acervo da BCCVF. As mediadoras – geralmente a bibliotecária e a estagiária – é que fazem a leitura dos livros escolhidos pelos participantes. Trata-se de uma leitura participativa, quando alguém não domina essa prática, as mediadoras fazem toda a leitura.

Os dias de maior frequência na BCCVF são as quartas, sextas-feiras e também os sábados. O período de maior movimento na Biblioteca é à tarde. Além do uso e circulação do acervo, tanto nas consultas locais quanto no empréstimo domiciliar, percebe-se que a BCCVF tem sido acessada pelos cidadãos que dela se apropriam tanto como local de acesso à cultura letrada, às artes e ao desenvolvimento cultural quanto como espaço de socialização entre os sujeitos.

Sendo assim, faz-se evidente a constituição de vínculos dos usuários entre si, e destes com o corpo funcional, passando a um reconhecimento daquele equipamento como legítimo e como espaço vivencial pertencente à sua realidade. Por sua vez, o contato, a frequência, a permanência e a interação dos sujeitos com a BCCVF demonstra estabelecimento de uma gramática multivariada de sentidos acerca da biblioteca para parte daqueles que dela se apropriam. Sentidos que, por sua vez, e conforme veremos a seguir, refletem a considerável importância atribuída àquele espaço, justificando ainda mais a necessidade de sua manutenção e ampliação dos serviços e atividades que já desenvolve.

4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*“Faço da palavra minha pátria arte e coração
gravo estas insígnias nos meus olhos e expresso
uma matéria legítima de liberdade e resistência
o mais potente combustível capaz de mover
funde sangue suor sentinelas e flores
gera uma energia tão infalível
que já não pode ser representada”³⁴*

Nesta seção apresentamos os métodos e procedimentos adotados para realização da pesquisa. O universo com o qual trabalhamos são as bibliotecas públicas e o objeto de análise a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF). Em face do problema e dos objetivos definidos, que giram em torno da apreensão e compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos que frequentam a BCCVF ao lugar por ela desempenhado na comunidade, a elaboração dos referentes conceituais partiu de uma revisão bibliográfica centrada em torno das seguintes temáticas: Biblioteca Pública, Centros Culturais, Ação Cultural e Cidadania.

A centralidade conferida a estudos desenvolvidos por autores latino-americanos – Orlanda Jaramillo (2000, 2002, 2010 e 2011); Silvia Castrillón (2011 e 2012) e Teixeira Coelho (1986, 1997, 2002 e 2008) – justifica-se em função dos mesmos adotarem por prerrogativa que a Biblioteca Pública é uma instituição eminentemente social, democrática, aliada à garantia e ao desenvolvimento de direitos de acesso à informação, à educação, à cultura e à promoção da leitura e da cidadania associada à ação cultural. A esse marco teórico-conceitual somou-se a análise de manifestos, declarações, programas e documentos elaborados por organismos nacionais e internacionais responsáveis pela definição das diretrizes relativas à função social das bibliotecas públicas, ao livre acesso à informação e à correlação entre Biblioteca Pública e cidadania.

Em termos operacionais, a presente pesquisa pode ser definida como qualitativa, centrada em estudo de caso de caráter exploratório. Segundo Minayo (2014) o uso do método qualitativo “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões,

³⁴ SANTOS, N. B. dos (Ni Brisant). *Tratado sobre o coração*: edição comemorativa de 4 mil livros vendidos. São Paulo: s. e., 2017. p. 7.

produtos que os humanos fazem a respeito de como vivem” (MINAYO, 2014, p. 57). Ainda de acordo com a autora, pesquisas com essa natureza estão intensamente ligadas à estratégia de compreensão dos percursos humanos estabelecidos na busca pela dissolução de suas necessidades informacionais, nos processos de mediação social e nas relações culturais existentes entre os sujeitos.

Em função disso, Minayo (2014, p. 57) demarca que o emprego de métodos de natureza qualitativa permite “desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias”. Assim observado, as escolhas metodológicas empreendidas no contexto dessa pesquisa justificam-se em função de que a realidade da BCCVF, conforme apresentada, é demasiadamente complexa. Nossa escolha levou em consideração, portanto, o fato de que foi a partir dos sujeitos e dos percursos estabelecidos por eles que os sentidos atribuídos a essa instituição por parte de seus usuários puderam ser revelados.

Para obtenção dos dados aqui analisados, recorreremos à realização de entrevistas semiestruturadas. No momento de elaboração do roteiro orientador das entrevistas, adotou-se por princípio que, devido à natureza dialógica dessa técnica, as perguntas são, segundo May (2004), normalmente especificadas, mas o entrevistador está livre para ir além das respostas: “o entrevistador, que pode buscar tanto o esclarecimento quanto a elaboração das respostas dadas, pode registrar informação qualitativa sobre o tópico em questão” (MAY, 2004, p. 148). Em função disso, as entrevistas precisam, de modo geral, incorporar o contexto de sua produção, tendo em vista expressarem, muitas vezes “de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos” (MINAYO, 2014, p. 263). Sendo assim, a escolha da entrevista semiestruturada levou em consideração o objetivo de coletar informações que subsidiariam o confronto posterior entre o arcabouço teórico – elencado para a construção da lente com a qual se observa a realidade e a intersubjetividade dos sujeitos – e as contradições presentes na relação dos utentes entre si e deles com o espaço informacional em voga.

O roteiro que orientou a realização das entrevistas foi constituído em torno de 4 (quatro) núcleos centrais de questões:

- a) Qual o vínculo do sujeito com a comunidade em que está inserido – Vila N. S. de Fátima, Aglomerado da Serra, Belo Horizonte – e como este vê (ou lê) sua realidade?;
- b) Quais os percursos – espaciais e relacionais – estabelecidos pelo sujeito em relação à BCCVF e ao Centro Cultural como um todo?;
- c) Como este sujeito tomou conhecimento e passou a utilizar a Biblioteca?
- d) Qual a importância da BCCVF para a comunidade e para o sujeito que a ela recorre?

Diante disso, o roteiro elaborado (ANEXO I) incorporou os questionamentos acima descritos e também se centrou em obter informações que caracterizassem cada usuário da BCCVF de modo peculiar. O uso da linguagem adotada para elaboração do roteiro procurou seguir a clareza e coesão necessárias para compreensão por parte dos sujeitos participantes no momento de entrevista.

Com vistas a garantir o cuidado ético com a pesquisa foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – ANEXO II) contendo dados de identificação da pesquisa e dos responsáveis por sua realização, bem como o objetivo geral da entrevista. Produziu-se, ainda, um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) específico (ANEXO III) para realização de entrevistas efetuadas com menores de idade³⁵, para assinatura do pai, mãe ou responsável.

Foram estabelecidos contatos – telefônicos e por meio de correio eletrônico – com funcionários do CCVF (gestora, bibliotecária, estagiária, encarregado) com vistas a obter informações que esclarecessem sobre o funcionamento do local, objetivando verificar dias e horários de maior confluência de usuários. Foram também solicitadas informações quantitativas para caracterização da BCCVF em seu contexto de utilização e frequência.

Em seguida efetuou-se uma primeira visita ao Centro Cultural e à Biblioteca, para que se pudesse apurar quais seriam as necessidades (de insumos, de equipamentos eletrônicos, de espaço para realização das entrevistas, de tempo para chegada e permanência no local, entre outros). Nessa primeira visita ficou acordado que seria disponibilizada ao pesquisador uma sala – que não estava sendo utilizada

³⁵ Nesses casos, todas as crianças e adolescentes estavam acompanhadas de mães, pais ou responsáveis.

naquele momento – para realização das entrevistas com os sujeitos que se dispusessem a participar da pesquisa.

A fase exploratória teve início com a aproximação do pesquisador junto aos cidadãos-usuários que estavam presentes tanto no Centro Cultural quanto na BCCVF. O levantamento dos sujeitos dispostos a participarem voluntariamente da pesquisa se deu em um espaço temporal determinado (aproximadamente cinco semanas) de permanência do pesquisador no CCVF em dias e horários espaçados. Ao final desse período efetuou-se um total de 25 (vinte e cinco) entrevistas.

Antes da realização das entrevistas cada depoente foi esclarecido acerca dos objetivos da pesquisa, após o consentimento por parte de cada sujeito, solicitou-se a assinatura do TCLE. As crianças e adolescentes que se dispuseram a participar foram ao encontro de seus pais, mães ou responsáveis, retornando com os mesmos, que foram igualmente esclarecidos, concordando que seus filhos ou filhas colaborassem com a pesquisa.

O roteiro da entrevista foi apresentado a cada participante. Alguns quiseram responder de forma manuscrita e depois participar da entrevista gravada, outros só o fizeram de forma manual. Em relação às crianças, suas entrevistas foram gravadas na presença de seus respectivos responsáveis. Não houve uma delimitação prévia de perfil das pessoas que seriam entrevistadas, posto que o principal critério para a participação era a presença dos sujeitos no espaço da BCCVF.

Ao cabo de cada entrevista foi perguntado aos nossos interlocutores qual o codinome pelos quais gostariam de serem identificados. Inicialmente previu-se a escolha de três categorias de codinome: cor, flor ou sentimento. Em alguns casos foram apresentadas outras possibilidades de categorização, como um brinquedo para as crianças ou um personagem de livro ou personalidade conhecida a partir da biblioteca. A justificativa para tal procedimento foi desvelar algo que os unisse ou os distanciasse em relação à BCCVF e os sentidos atribuídos a ela.

As entrevistas foram gravadas e transcritas com o objetivo de facilitar o trabalho posterior de análise. Como pode ser observado, a coleta dos dados se concretizou de modo presencial, com duas exceções, cuja apresentação do TCLE e do roteiro se deu pessoalmente, mas as respostas foram enviadas posteriormente pelos entrevistados por dispositivo auditivo com uso de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas para smartphones, pois as diversas tentativas de gravar

pessoalmente ficaram impossibilitadas de acontecer, devido à greve dos caminhoneiros e ao decorrente desabastecimento de combustível³⁶ e à súbita necessidade de intervenção cirúrgica não programada de um dos sujeitos, além do estabelecimento de pontos facultativos pela Prefeitura Municipal e Governo do Estado e feriados nacionais.

Quanto ao trabalho de campo e realização das entrevistas, cabe observar que alguns sujeitos se recusaram a participar, por inibição ou receio das finalidades da pesquisa, mesmo depois de informados sobre seus objetivos. Devido à ausência dos pais ou responsáveis, algumas crianças e adolescentes não puderam participar da entrevista. Alguns indivíduos se negaram a fornecer dados pessoais e desistiram de participar da entrevista. Outros simplesmente não viram sentido na realização do trabalho ou se sentiram incapazes de contribuir com o estudo. Em um caso específico a pessoa se comprometeu a apresentar o roteiro por escrito, entretanto não o fez. De todos os sujeitos abordados não foi possível precisar o quantitativo. Em contrapartida, dados estatísticos obtidos junto ao Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SMAPP), dão conta que, no mês de junho de 2018, em que foi realizada a pesquisa, no CCVF houve frequência de 1500 indivíduos e a BCCVF contou com 277 atendimentos.

Esses posicionamentos que inviabilizaram a participação de maior número de pessoas apontam para algumas reflexões: i) a disponibilidade de crianças e adolescentes em participar em confronto com ausência ou impedimento de acompanhamento da entrevista por parte de seus genitores ou responsáveis; ii) a desconfiança existente no fornecimento de dados pessoais em locais de vulnerabilidade; iii) a incapacidade dos sujeitos em compreender a relevância de estudos acadêmicos das Ciências Sociais Aplicadas; e iv) a descontinuidade e a fluidez dos compromissos assumidos nos contextos socioculturais contemporâneos, que impedem pessoas de cumprirem com certos posicionamentos ou compromissos sociais previamente acordados.

Cabe ressaltar que a liberdade decorrente da entrevista semiestruturada gerou cruzamento nas respostas que, tipicamente, não obedecem à ordem das

³⁶ Devido à greve dos caminhoneiros, a frota de transporte público ficou prejudicada, ocasionando dificuldades de acesso do pesquisador ao CCVF e a decorrente realização das entrevistas, além do fechamento compulsório do equipamento cultural por decretação de ponto facultativo pelo Governo Municipal.

perguntas. A dificuldade em dissociar o CCVF de sua Biblioteca também se apresentou de forma constante, fato decorrente de muitos dos entrevistados terem inserções no equipamento cultural por diferentes percursos, ora a partir de alguma atividade ofertada pelo Centro Cultural, ora por uso e inscrição em serviços e atividades da Biblioteca. Alguns depoentes se antecipavam às questões previstas pelo roteiro ou complementavam a resposta depois. Isso gerou no pesquisador a necessidade de redobrar a atenção para evitar uma pergunta que os entrevistados já tivessem respondido em outro momento, bem como as respostas negativas que se vinculavam a outras indagações. Por ter sido a BCCVF local de trabalho do pesquisador por um período de seu percurso institucional, alguns entrevistados, ao verem o pesquisador, se prontificaram a participar do estudo, tendo em vista os vínculos relacionais exercidos e mantidos e relações de confiança estabelecidas com o mesmo por um bom tempo. Diante disso, alguns entrevistados assumiram uma postura saudosista em relação ao período de trabalho do pesquisador naquela Biblioteca.

O trabalho de organização dos dados obtidos com as entrevistas e a apreensão dos sentidos atribuídos se deu por meio da categorização dos termos recorrentes e as objetivações dos cidadãos-usuários no que se refere à BCCVF. O quadro das transcrições trouxe em cada linha o resultado das entrevistas em nível individual, gerando em cada coluna o conjunto de respostas acerca de uma mesma pergunta do roteiro semiestruturado. Nesse sentido, atentou-se para os *adjetivos*, *representações*, *significados* e *importância* atribuída por cada entrevistado à BCCVF, principalmente naquilo que se refere ao seu espaço, acervo e aos bens e serviços ofertados.

Não foram utilizados softwares de extração de dados, o que se processou foi a partir de inúmeras leituras das respostas ora em linha ora em coluna, buscando significados que se relacionassem diretamente com a BCCVF sob a lente de cada entrevistado. As expressões coincidentes foram marcadas manualmente no quadro confeccionado com as transcrições das entrevistas. Os sentidos correspondentes foram agrupados, onde se buscou um termo que melhor representasse aquele conceito apresentado de maneira significativa e individual em cada uma das entrevistas. Nos discursos também se buscou identificar conceitos e apontamentos correlacionados ao referencial teórico balizador da pesquisa.

O exercício de caracterização dos cidadãos-usuários possibilitou o desvelamento de categorias naturalmente estabelecidas a partir do perfil dos mesmos. Pôde-se identificar, com isso, a tipologia de gênero, idade, local de moradia e tempo de frequência ao CCVF e os usos que cada um desses sujeitos faz da BCCVF.

Após o estabelecimento do quadro com o conteúdo das entrevistas, processou-se o exercício de identificar – tanto no nível individual quanto no conjunto dos entrevistados – os sentidos atribuídos à BCCVF por aqueles que a frequentam e o lugar ocupado pela Biblioteca na comunidade. Desse trabalho resultaram as análises e considerações apresentadas a seguir.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

*“A vida é um coração inquieto
Que vacila dentro de uma bolha de sabão em pó”³⁷*

A presente seção apresenta e analisa os dados coletados ao longo da pesquisa de campo. Nesse sentido, confere evidência, em um primeiro momento, a características gerais da amostra de depoentes constituída, para, em seguida, deter-se na interpretação dos significados atribuídos à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima por esses usuários/cidadãos.

5.1 Os cidadãos e cidadãs do universo da pesquisa

As primeiras perguntas tiveram por finalidade situar cada entrevistado em relação à BCCVF, bem como constituir uma amostra representativa de seus usuários, razão pela qual busca captar as seguintes variáveis: sexo, idade, profissão e escolaridade. Os codinomes – conforme explicado anteriormente – foram definidos pelos próprios participantes:

QUADRO 01 – Caracterização da amostra constituída

1 – *Chaplin, masculino, 13 anos, estudante do ensino fundamental.*

2 – *Tulipa, feminino, 16 anos, estudante do ensino médio.*

3 – *Cattleya, feminino, 18 anos, Adolescente trabalhadora, estudante do ensino médio.*

4 – *Rolimã, masculino, 9 anos, estudante do ensino fundamental.*

5 – *Sócrates, masculino, 36 anos, Desempregado, ensino médio completo.*

6 – **Rosa**³⁸ *Flor, feminino, 9 anos, estudante do ensino fundamental.*

7 – *Vermelho, masculino, 7 anos, estudante do ensino fundamental.*

8 – *Paixão, feminino, 60 anos, Aposentada (Educação), ensino superior completo.*

9 – *Kira, masculino, 16 anos, estudante do ensino médio.*

³⁷ TEODORO SOBRINHO, S. *Distraídas astronautas*. São Paulo: Patuá, 2014. p. 83.

³⁸ Em relação aos codinomes compostos optou-se por referir-se a eles no corpo das análises apenas pelo nome negrito, tanto para facilitar a citação quanto para evitar confusões desnecessárias.

10 – Stephen **Halkings**, masculino, 18 anos, Vendedor e Instrutor de lutas, estudante do ensino médio.

11 – Esperança, feminino, 42 anos, Telefonista, ensino médio completo.

12 – Homem-**Aranha**, masculino, 12 anos, estudante do ensino fundamental.

13 – Preta, feminino, 43 anos, Atriz, dramaturga, diretora de teatro, assistente social, superior completo.

14 – **Ponciá** Vicencio, feminino, 37 anos, Técnica de suporte de TI, superior completo.

15 – Margarida, feminino, 37 anos, Produtora cultural e gestora, superior completo.

16 – Lírio, feminino, 49 anos, Artesã autônoma, ensino fundamental completo.

17 – Alegria, feminino, 30 anos, Operadora de caixa, ensino médio completo.

18 – Azul, feminino, 55 anos, Do lar, ensino fundamental incompleto.

19 – Vermelho **Vinho**, masculino, 25 anos, Dançarino e pintor industrial, ensino médio incompleto.

20 – Felicidade, feminino, 10 anos, estudante do ensino fundamental.

21 – Chico **Bento**, masculino, 6 anos, estudante do ensino fundamental.

22 – Amor, feminino, 30 anos, Auxiliar de limpeza, ensino médio completo.

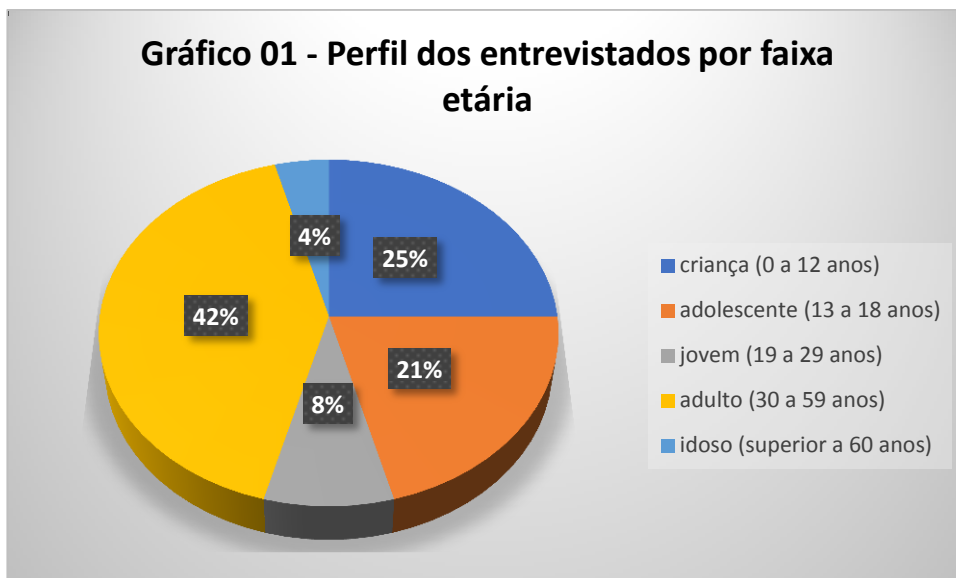
23 – Emoção, feminino, 44 anos, Técnica da Educação, superior completo.

24 – Schopenhauer, masculino, 32 anos, Licenciado e Bacharel em Filosofia; Produtor cultural e professor, superior completo.

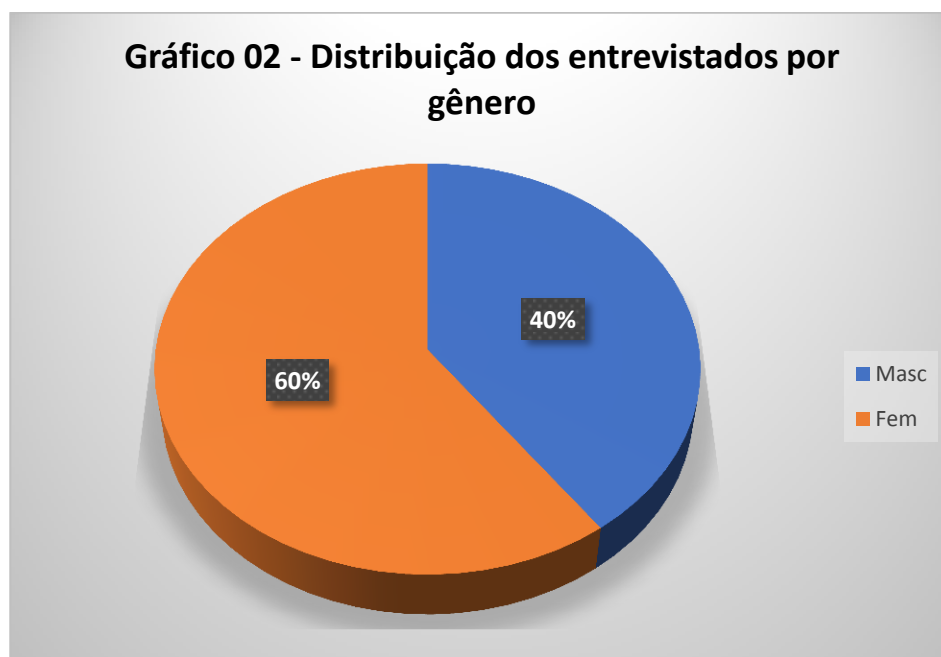
25 – Violeta, feminino, 24 anos, Professora de educação básica e atriz, superior completo.

FONTE: Elaborado pelo autor

A categorização binária por gênero – uma vez que nenhum dos entrevistados identificou-se diferentemente da titulação masculino ou feminino – e em faixas etárias – criança (0 a 12 anos); adolescente (13 a 18 anos); jovem (19 a 29 anos); adulto (30 a 59 anos) e idoso (superior a 60 anos) – levou em consideração a conceituação advinda de normatização legal específica, sendo elas: Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude e Estatuto do Idoso, excetuando-se a faixa adulta, uma vez que a mesma se interpõe entre o final da juventude e o início da fase idosa. Extraídos do quadro acima, esses dados podem ser representados graficamente da seguinte forma:



FONTE: Elaborado pelo autor



FONTE: Elaborado pelo autor

Por meio desses gráficos visualizamos maior presença de entrevistadas do gênero feminino, muitas delas acompanhadas de filhos ou netos. Por sua vez, a categorização em faixas etárias intervalares nos permite indicar que a amostra constituía representa em escala reduzida o público que costumeiramente frequenta tanto o CCVF quanto sua biblioteca.

Outro marcador importante a ser considerado na caracterização de nossa amostra refere-se ao quesito escolaridade. Todas as crianças e adolescentes entrevistados declararam-se matriculados e frequentes na escola. A entrevistada

Paixão está na Universidade, cursando sua segunda graduação. Os demais, que somam 48% do total, não se encontravam frequentes em instituições de ensino à época da pesquisa, porém todos já haviam estudado em alguma etapa da vida. Realizado o cruzamento de dados entre faixas etárias e escolaridade, temos o seguinte panorama:

Tabela 01: Perfil dos entrevistados por grau de instrução / escolaridade

<u>Grau de instrução</u>	<u>Qtde.</u>	<u>%</u>
Adolescente com ensino fundamental em curso	1	4,0
Adolescente com ensino médio em curso	4	16,0
Adulto com pós-graduação	2	8,0
Adulto com ensino fundamental incompleto	2	8,0
Adulto com ensino médio completo	4	16,0
Adulto com ensino médio incompleto	1	4,0
Adulto com ensino superior completo	3	12,0
Criança com ensino fundamental em curso	5	20,0
Jovem com ensino médio em curso	1	4,0
Pessoa idosa com ensino superior em curso	1	4,0
Não informado	1	4,0
Total dos entrevistados	25	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

O significativo número de crianças e adolescentes em idade escolar que utilizam a biblioteca referendam uma realidade comumente descrita na literatura especializada da área (Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação), qual seja: o uso da biblioteca pública como biblioteca escolar ou como espaço para realização das atividades escolares, fato que pode estar ligado à ausência desse equipamento no contexto das escolas locais.

Em relação ao quesito trabalho/emprego, há que se considerar que crianças e adolescentes (32% dos entrevistados) não exercem nenhuma atividade laboral. Uma das adolescentes, Cattleya, participar de um programa social que acolhe

adolescentes trabalhadores³⁹. Entre os adultos, dois não possuem trabalhos formais: Sócrates está desempregado e Azul trabalha como dona de casa em seus afazeres cotidianos. Os demais entrevistados que trabalham somam 36% da amostra total. Esses dados ajudam a justificar porque o público da BCCVF constitui-se prioritariamente de crianças e de mulheres adultas, quase sempre acompanhando seus filhos. Outro fator que colabora para esse quadro é o horário de funcionamento do Centro Cultural: de terça a sexta, das 10h às 18h e sábados, das 10h às 14h⁴⁰.

No conjunto geral da amostra, praticamente todos os entrevistados residem próximo ao Centro Cultural ou em uma das vilas que constituem o Aglomerado da Serra. Apenas três de nossos interlocutores (Paixão, Schopenhauer e Margarida) não residem no Aglomerado. Em função disso, no conjunto geral dos usuários da biblioteca observam-se fortes relações de parentesco. Em suas falas, muitos desses sujeitos relacionam o primeiro contato com o Centro Cultural à indicação de um familiar próximo (irmão, tio, primo, etc.), o que demonstra que o contexto familiar é uma referência de acesso ao equipamento cultural ali existente.

Sendo assim, a chegada e o reconhecimento do CCVF como equipamento cultural se deu, via de regra, de duas maneiras: pela proximidade geográfica ou pela afinidade com alguma atividade ou serviço prestado por aquela instituição. Essas formas de aproximação se vinculam às práticas cidadãs transversais de convivência, participação e autonomia descritas por Jaramillo (2010) utilizadas na pesquisa para construção da lente com a qual se observa a realidade concreta e endossada pela fala de alguns de nossos entrevistados:

Chaplin: Eu moro aqui perto, aí eles começou a falar que ia ter um centro cultural aqui, aí eles saiu entregando um panfleto na rua, aí eu peguei um, aí veio eu e os meus irmãos aqui no dia da inauguração. (Chaplin, 13 anos, entrevista, 2018).

Tulipa: Ele é perto da minha casa e foi fácil chegar. Foi através de quando começou a fundar, porque eu vim e ele falou que vai fundar um centro cultural, interesse, aí eu vim. (Tulipa, 16 anos, entrevista, 2018).

Rolimã: Por causa que a [NOME DA IRMÃ] vinha aqui e aí eu vim com ela. (Rolimã, 9 anos, entrevista, 2018).

Kira: Através da minha irmã ela tava fazendo um curso aqui de dança, aí eu vim com ela. (Kira, 16 anos, entrevista, 2018).

³⁹ Uma semana após ser entrevistada, Tulipa começou a trabalhar em programa semelhante.

⁴⁰ Fonte: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. Centro Cultural Vila Fátima: programação gratuita. abr. 2018 [folheto].

Halkings: Cheguei aqui através do Programa Fica Vivo⁴¹, através de apresentação que houve do [NOME DO PROFESSOR], apresentação musical e eu vim apresentar e conheci o centro cultural. (Halkings, 18 anos, entrevista, 2018).

Preta: No período de inauguração eu soube pelos eventos e pelas pessoas do Aglomerado da Serra, outras pessoas que faziam uso, né, vizinhos do centro cultural e outras pessoas, [NOME], essas pessoas que faziam uso elas me falavam sobre esse espaço e o funcionamento dele, ligado às artes de modo geral. [...] Na inauguração eu não fui. Eu fui no período depois, assim que inaugurou, depois do evento de inauguração. (Preta, 43 anos, entrevista, 2018).

Violeta: Tomei conhecimento do espaço no dia da inauguração, um amigo me convidou para assistir uma apresentação de dança. (Violeta, 24 anos, entrevista, 2018).

Dentre os entrevistados há aqueles que, em diferentes épocas, tomaram conhecimento por meio das estratégias de divulgação adotadas pelo equipamento:

Esperança: Eu vim tomar conhecimento daqui quando alguns anos atrás, na gestão anterior, o Centro Cultural era divulgado. Eu não me lembro com que período, mas ele era divulgado, ele era divulgado através de panfletos, era um panfleto interno né, daqui, que era colocado nos comércios, alguns até nas ruas mesmo, eles passavam distribuindo, então a gente tinha conhecimento do que tava acontecendo aqui dentro do Centro Cultural, a gente [tinha] conhecimento das exposições, dos eventos, das coisas que estavam acontecendo aqui... Então em alguns momentos eu cheguei através do panfleto a ter atividades que estavam acontecendo aqui que me despertaram interesse de tá frequentando, de vir entendeu? (Esperança, 42 anos, entrevista, 2018).

Há, ainda, aqueles que travaram contato com o CCVF em função do seu trabalho:

Sócrates: Além de ser usuário desse espaço já trabalhei aqui durante três anos. (Sócrates, 36 anos, entrevista, 2018).

Paixão: Na época, 2007 para 2008, foi um acaso. Eu andando na região da Floresta, andando, um dia resolvi sair pra bater perna, e encontrei com uma pessoa da época, [NOME], que ela era coordenadora dos centros culturais e nós já nos conhecíamos pela cidade, eu participando de todos os eventos culturais, levava meus filhos... Então era essa a relação que eu tinha com ela. Ela perguntando o que eu tava fazendo, por onde eu andava. eu falei: nossa, estou numa fase fantástica, trabalhando numa escola pública da rede municipal com alunos da EJA... Aí quando ela perguntou a região, eu falei no Aglomerado da Serra, na Escola Vila Fazendinha. E no mesmo momento ela falou: 'Não acredito! Nós estamos com um equipamento novo

⁴¹ O **Programa Fica Vivo!** é um programa de prevenção social à criminalidade que possui foco na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, atuando em áreas que registram maior concentração de homicídios. Por meio da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade dos territórios, o programa promove oficinas de esporte, cultura e arte; realiza projetos locais, de circulação e institucionais; faz atendimentos individuais dos jovens e promove Fóruns Comunitários. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoas>>. Acesso em 20 jun. 2018.

pra ser inaugurado e precisamos de uma pessoa com o seu perfil pra que possa estar lá! Então você me passa seu currículo com o enfoque na área cultural (porque minha formação é educação física) e nós vamos conversar e analisar. E isso foi feito, passado esse encontro, passou um mês, dois meses, não sei precisar bem, ela me chamou, fizemos uma entrevista e pronto, já estava fazendo parte dum grupo de onde outros (não sei agora, teria que contar) outros gerentes também estavam sendo chamados. E essa situação foi dada em função de uma brecha da Lei⁴² em que poderia chamar pra gerenciar os centros culturais funcionários da rede municipal. Parece que foi uma determinação... Não sei se foi bom ou ruim, né? (risos). (Paixão, 60 anos, entrevista, 2018).

Margarida: Eu cheguei aqui pra trabalhar aqui, há quase três anos. E antes d'eu ingressar na Fundação Municipal de Cultura não tinha conhecimento sobre esses equipamentos. Eu sabia que existia, mas, por exemplo, eu nunca tinha tido acesso a esses equipamentos, né? Então eu posso dizer que eu tomei conhecimento mesmo real após 2009, que foi meu ingresso na Fundação. [...] A minha atuação aqui é bem de produção. A gente tem outro produtor aqui mas a minha atuação é bem de produção. Então eu faço o acompanhamento de todas as atividades artísticas e culturais do espaço. (Margarida, 37 anos, entrevista, 2018).

Schopenhauer: Bem, sendo servidor público da Fundação Municipal de Cultura tomei conhecimento da existência do Centro Cultural logo da minha chegada no Centro Cultural Pampulha que foi meu primeiro ambiente de trabalho nessa instituição. Mas efetivamente cheguei a conhecer o Centro Cultural em uma das reuniões itinerantes que executávamos à época e após isso fui convidado a trabalhar nesse espaço, então é... Meu contato mais frequente assim de poder vivenciar esse local se deu através da minha permanência enquanto local de lotação, isso em dois mil e... Cerca de cinco anos atrás mais ou menos. (Schopenhauer, 32 anos, entrevista, 2018).

Distintos foram os percursos de trabalho que aproximaram os entrevistados ao encontro do CCVF. No período em que atuaram no Centro Cultural, a BCCVF não ficou invisibilizada, permitindo que Sócrates, Paixão, Margarida e Schopenhauer fizessem uso dela, Por sua vez, a participação nas atividades oferecidas pelo Centro Cultural foi um dos aspectos apreendidos nas entrevistas como justificativa para que os sujeitos se dirijam e permaneçam naquele espaço. As crianças sabem enumerar facilmente as atividades das quais participam. Em contrapartida, entre os adolescentes e adultos, há aqueles que dizem não participar de nenhuma atividade. Dentre todas, visitar e utilizar a Biblioteca foram as atividades mais evocadas. Em

⁴² A Lei Municipal 9011/2005 em seu artigo 136-A cria a função pública de Gerente de Centro Cultural, tendo como exigências “ser exercida por servidor público municipal efetivo que não ocupe cargo em comissão e que já tenha cumprido o estágio probatório”. Como na época da abertura de grande parte dos centros culturais em 2008 o Concurso Público da FMC estava em curso, não havia dentro da Fundação corpo efetivo que pudesse assumir tal função, sendo permitido o ingresso de servidores públicos municipais de diversas Secretarias, o que a entrevistada menciona como ‘brecha’.

seguida vem os encontros de Brinquedos e Brincadeiras⁴³, a aula de Zumba, ensaio de grupo de Teatro, Pintura em tecido e Telecentro. Dispostos nesses termos, esses depoimentos demonstram que as possibilidades de acesso a bens e serviços ofertados pelo equipamento cultural têm sido aproveitadas pelo conjunto de seus usuários.

Sobre as atividades que gostariam que fossem ofertadas pelo CCVF, foi possível constatar algumas divergências entre os entrevistados. Para uns, as atividades ofertadas são insuficientes. Outros, é o caso do depoimento de Tulipa, assumiram uma postura crítica e saudosista em relação às dinâmicas anteriormente estabelecidas pelo CCVF para elaboração e divulgação de suas atividades.

Tulipa: Eu sinto saudade do centro cultural antigo, no começo, porque ele tinha mais atividades então o pessoal do Aglomerado vinha muito pra cá, então eles não ficavam muito na rua, e acho que trazia mais cultura. [...] Ah é roda de conversa, quando a gente saiu, teve uma vez que a gente... Teve uma vez que a gente foi pra uma outra biblioteca, teve uma exposição no... Acho que deveria ter mais atividades assim. Mas o Centro Cultural precisa ser mais divulgado novamente, porque antes a gente, todo mundo divulgava: 'Ah, vai ter um evento aqui' Então vinha muita gente pra esse evento. Ultimamente teve, o último evento que teve aqui eu fiquei muito impressionada, porque veio muita pouca gente, não é divulgado igual antes... Foi o aniversário do centro cultural. (Tulipa, 16 anos, entrevista, 2018).

A entrevistada fez uma crítica à ineficiência do processo de divulgação das atividades que são realizadas no Centro Cultural. Outros, por sua vez, sugerem atividades voltadas para o público jovem. Alguns são mais específicos em suas sugestões, afirmando que gostariam de participarem de Ateliê de Artes Visuais; de aulas de Dança e de Balé; que o acervo da Biblioteca fosse renovado; que o Centro tivesse aulas de Capoeira, de Canto Coral e cursos nas áreas de Gestão Cultural. Há, ainda, sugestões de caráter utilitário como: cursos de idiomas; aulas de Corte e Costura; melhoria no sinal da internet; jogos eletrônicos e aulas de Muay Thai.

Ao enumerarem livremente essas atividades, os entrevistados não só relacionaram aquilo que gostariam de ter acesso naquele espaço, mas deixaram

⁴³ As atividades de Brinquedos e Brincadeiras tratam de aspectos da Cultura da Infância envolvendo, de modo específico, o entorno das comunidades. As atividades são ofertadas para um público universal, a partir de 04 anos, reunidos em grupos mistos ou selecionados por faixa etária. As atividades visam identificar, resgatar e preservar o ato de brincar e confeccionar brinquedos como manifestações do Patrimônio Cultural. Desenvolvidas no formato de encontros de brinquedos e brincadeiras, têm como foco principal o ato de brincar, possibilitando aos participantes momentos lúdicos de interação social e contato com a cultura da infância.

transparecer uma visão ampliada do valor simbólico de tal equipamento cultural, uma vez que o que está em jogo é a reivindicação de maior acesso a bens e serviços basilares para o exercício da cidadania e da equidade social. Não por acaso o CCVF e sua Biblioteca são configurados como dispositivos que buscam preencher uma lacuna na prestação de bens e serviços informacionais públicos e gratuitos, dos quais os sujeitos, inseridos em um contexto anterior de negação e marginalização histórica, não se viam contemplados.

Sendo assim, essa fase de descrição geral de nossos entrevistados e da apreensão de como os mesmos se relacionam – em termos práticos ou no nível da expectativa – com o Centro Cultural Vila Fátima constituiu-se em etapa fundamental para alcançarmos o objetivo geral desta pesquisa, qual seja: apreender e analisar os sentidos atribuídos à BCCVF por parte de seus usuários. Eis o que apresentaremos a seguir.

5.2 Os sentidos atribuídos à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima

Como se verá abaixo, a análise das entrevistas define um lugar de centralidade para a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) em relação às demais atividades e serviços prestados pelo equipamento cultural à comunidade. No entanto, antes de assinalarmos os sentidos que a descrevem, faz-se necessário um esclarecimento: alguns de nossos interlocutores usam o termo “Centro Cultural” quando na verdade estão se referindo à BCCVF, não vimos isso como um problema, pelo contrário, avaliamos que essa confusão nominal corrobora a importância da biblioteca para aqueles que a acessam.

Dito isso, e tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, após a coleta e transcrição das entrevistas, procurou-se identificar na fala dos depoentes aspectos recorrentes em termos de elementos simbólicos e representacionais acerca da biblioteca. Feito isso, verificou-se a existência de dois grandes grupos enunciativos, um relacionado aos **Bens e serviços ofertados na e pela Biblioteca**, e outro indicativo dos **Modos de uso e as percepções de cada sujeito**. Vinculados a esses grupos enunciativos, outro marcador de sentido importante para a pesquisa diz respeito à **frequência**, ou ao que leva determinado sujeito a frequentar tanto o

Centro Cultural Vila Fátima quanto sua biblioteca, razão pela qual começamos nossas análises dando voz a algumas dessas justificativas.

5.2.1 Frequência

De modo geral nossos depoentes frequentam à BCCVF motivados por estímulos de ordem subjetiva (consideram que ler é importante), mas, sobretudo, por questões de ordem prática: realizar tarefas da escola, usar o telecentro, participar de alguma atividade ou serviço em execução, etc. Realidade que não se diferenciam dos modos de apropriação de outras bibliotecas públicas, uma vez que, para a maior parte dos usuários, tais espaços são compreendidos, conforme apontado pela literatura, como espaços informacionais, relacionais e de participação social.

No contexto específico da nossa amostra, 20% dos entrevistados disseram frequentar a BCCVF pelo menos 3 (três) vezes por semana. É o caso do depoente abaixo:

Sócrates. Às vezes eu venho pra buscar algum livro, em busca de algum livro... Outras vezes eu venho porque eu tenho amizade com os porteiros aqui, né? Aí eu venho, converso um pouco com os porteiros e vou embora. (Sócrates, 36 anos, entrevista, 2018).

Percebe-se na fala acima o estabelecimento de vínculos sociais e afetivos entre o entrevistado e as pessoas que atuam no Centro Cultural. Além disso, o mesmo depoente evidencia uma relação direta e intrínseca com a Biblioteca. Assim como Sócrates, outras entrevistadas reforçam os aspectos relacionais estabelecidos com o corpo funcional da biblioteca e como isso impacta na frequência e no reconhecimento social desse espaço. Aspecto que corrobora com os apontamentos de Silveira (2014) que se dedicou a estudar o lugar ocupado pela biblioteca na singularidade das biografias dos sujeitos por ela afetados. Em uma perspectiva positiva, verificamos que a permanência e uso da BCCVF têm a ver com o fato de ela ser reconhecida a um só tempo como “lugar de estudo, mas também de lazer e de livre circulação de ideias, [que possui a] capacidade de estimular o fortalecimento dos laços que aproximam seus usuários, tecendo em torno deles conexões afetivas”. (SILVEIRA, 2014, p.115).

Entre as crianças a frequência é, na maior parte dos casos, diária. Alguns fatores nos ajudam a explicar isso: tais sujeitos possuem maior tempo livre em relação aos demais e os mesmos veem a biblioteca como um lugar adequado para realização das tarefas escolares.

Contrastam com esse cenário a fala de 24% de depoentes que disseram frequentar a Biblioteca com certa regularidade e de outros 24% que só às vezes usam aquele espaço. Variados foram os motivos apresentados para justificar essa frequência reduzida, sendo o principal delas a incompatibilidade de horários:

Pesquisador: Com qual frequência você vai à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima?

Tulipa: Bem pouca.

Pesquisador: Por quê?

Tulipa: Geralmente por falta de tempo e horário.

Pesquisador: Seu horário ou o horário da Biblioteca?

Tulipa: O meu horário.

Pesquisador: Entendi. Se a Biblioteca funcionasse em outros horários, você teria mais condições de frequentar?

Tulipa: Eu acho que sim, não dou tanta certeza, mas as pessoas que são de fora, que precisam usar eu acho que viriam mais, com mais frequência. (Tulipa, 16 anos, entrevista, 2018).

Em alguns casos essa frequência reduzida também foi explicada pelo exercício de outros usos da leitura, principalmente no ambiente familiar. Foi dito em um dos depoimentos que o acesso a informações por meio de dispositivos eletrônicos é mais fácil e rápido, sobretudo no caso das mulheres que precisam cuidar da casa e ajudar os filhos com as atividades escolares. Vejamos um exemplo:

Esperança: Hum, não, não venho, não faço utilização do espaço, conheço, mas não faço [...] Então, hoje né, no atual momento..., exemplo, eu tenho livros em casa, mas hoje realmente eu não consigo parar pra fazer uma leitura, as vezes é mais prático a gente fazer alguma leitura pelo telefone, me informar pelo telefone, pesquisar pelo telefone porque eu tenho criança pequena né, então o meu tempo realmente tá mais apertado. (Esperança, 42 anos, entrevista, 2018).

Dentre os entrevistados que informaram frequentar a biblioteca apenas uma vez por semana há aqueles que o fazem na esteira de outras atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural: “Eu frequento semanalmente. O CCVF também é um espaço que utilizamos para ensaio do grupo de teatro [NOME DO GRUPO DE TEATRO]. Semanalmente eu faço uso.” (Emoção, 43 anos, entrevista, 2018). Isso

corroborar com as análises de Coelho (1997) da importância social de tais equipamentos no processo de democratização da cultura.

Por fim, alguns dos entrevistados (12%) fazem uso da BCCVF aos finais de semana, contudo, lamentam o fechamento do espaço aos domingos e feriados. A impessoalidade dos atos administrativos, que é um dos princípios da Administração pública, pode se converter, para alguns usuários, em mecanismo de cerceamento, o que acaba por reiterar a marginalização abordada por Freire (1981) mesmo em um equipamento cultural que, em função de sua natureza, deveria adotar uma postura acolhedora. Os depoimentos abaixo oferecem uma síntese de tal enquadramento:

Cattleya: Não gosto, não. Prefiro o povo de antes... É sim, eu não gosto de vir aqui não, eu não vou com a cara do povo! Só do [NOME DO FUNCIONÁRIO] que eu gosto dele [...] Num é igual, sabe, não conversa com a gente, num te dá atenção assim igual, entendeu? Ela num conversa igual. Nem conversa com a gente assim, tipo assim, sei lá... Nem minha mãe vem mais aqui. A única coisa que é boa aqui é a aula de Zumba... E, tem o hip hop com o [VINHO]... Mas a Biblioteca num tem nem graça mais. (Cattleya, 18 anos, entrevista, 2018).

Felicidade: Eu sei que todo mundo tem obrigação, mas devia é funcionar mais ou menos até as sete porque como eu chego seis e quarenta dava tempo ao menos de eu ficar um pouquinho, mas quando eu chego acho que já tá fechada né? (Felicidade, 10 anos, entrevista, 2018).

Amor: Mais vezes eu gostaria de tá aqui pra ler, aprender mais a ler as coisas, é muito importante isso, aprender as redações, e pelo menos no sábado, tá aqui mais presente.

Pesquisador: E o que te impede de estar mais no Centro Cultural?

Amor: É meu horário de trabalho, porque o horário que eu chego em casa é o horário que a Biblioteca tá fechando. (Amor, 30 anos, entrevista, 2018).

A potencialidade de abertura aos finais de semana é uma alternativa apresentada à ampliação de público e de aderência das pessoas aos serviços e atividades culturais oferecidos tanto pela BCCVF quanto pelo CCVF. Há, entretanto, carências e entreves que são identificados pelos próprios depoentes:

Margarida: Eu acho que tem um potencial, mas a gente também tem que trabalhar pra isso, tem que ter condições de trabalhar pra isso. Mas eu acho que o potencial é gigante. Existe um potencial sim.

Pesquisador: E o que falta?

Margarida: Eu acho que falta investimento maior. Investimento em recurso humano, investimento de grana mesmo pras atividades, pra manutenção do espaço... Eu acho que é isso aí. Seria muito interessante... Quem dera a gente tivesse, por exemplo, os centros culturais abertos sábado o dia inteiro

e domingo o dia inteiro, são dias que a gente vê que tem movimento, mas realmente a gente não dá conta. Então... Potencial eu acho que existe sim. (Margarida, 37 anos, entrevista, 2018).

Tendo em vista as falas até aqui evocadas, podemos sinalizar que a frequência à BCCVF se mostra diretamente vinculada a marcadores afetivos e relacionais estabelecidos pelos cidadãos-usuários tanto com o espaço, os bens e serviços ali disponibilizados, quanto com os demais sujeitos (funcionários, mediadores da leitura, outros usuários, etc.) que também se fazem presentes naquele lugar.

Tais marcadores referendam a compreensão de Jaramillo (2011, p.72), para quem os sentidos atribuídos a uma biblioteca estão intimamente ligados aos usos que os sujeitos fazem dela, razão pela qual a BCCVF será por vezes classificada como lugar de acesso à informação, como espaço para realização das atividades escolares, de promoção da leitura, de exercício da cidadania ou mesmo como local de encontro para ensaio de uma peça teatral.

Nesse sentido, uma revisão no modo de funcionamento tanto do Centro Cultural quanto de sua Biblioteca poderia ampliar a frequência dos sujeitos a esses espaços, uma vez que facultaria a incorporação em suas rotinas de todas as etapas transversais propostas por Jaramillo (2010) de autonomia, participação e convivência.

Dito isso, passamos, nas seções que se seguem, à análise dos outros dois grupos enunciativos que nos permitem aclarar os sentidos atribuídos à BCCVF por parte de seus usuários, quais sejam: **Bens e serviços ofertados na e pela Biblioteca** e os **Modos de uso e as percepções de cada sujeito**.

5.2.2 Bens e serviços ofertados na e pela Biblioteca

Ao longo da pesquisa os entrevistados foram indagados acerca dos usos que fazem da BCCVF. A partir das respostas verificamos que, enquanto equipamento cultural, a Biblioteca oportuniza aos seus usuários o contato com uma gama multivariada de serviços e atividades que impactam diretamente na forma como os

mesmos produzem sentidos e elaboram representações para esse espaço. Elaboramos abaixo uma síntese do que foi evocado pelos depoentes.

5.2.2.1 Empréstimo de livros e outros materiais

O empréstimo de livros e a promoção da leitura são alguns dos serviços mais comuns em bibliotecas públicas. A partir da disponibilização desses materiais, estejam eles impressos ou em outros formatos (CD's, DVD's), os cidadãos-usuários têm a oportunidade de acessar a cultura escrita seja para se informar, produzir conhecimento ou participar de atividades lúdicas e/ou recreativas. Essa realidade não se mostra diferente no contexto da BCCVF:

Sócrates: Leio na própria Biblioteca e é cedido o livro para que eu possa levar para casa. (Sócrates, 36 anos, entrevista, 2018).

Pesquisador: O que a Biblioteca oferece?

Rosa: Livros.

Pesquisador: O que você pode fazer com os livros?

Rosa: Ler. Levar os livros pra casa. (Rosa, 6 anos, entrevista, 2018).

Margarida: O que eu realmente mais utilizo é o empréstimo mesmo. [...] A gente tem as oficinas, as atividades literárias e também as pesquisas, muitas pessoas da comunidade vem pra fazer pesquisa escolar (Margarida, 37 anos, entrevista, 2018).

Felicidade: É tipo livros, eles oferecem folhas pra gente desenhar, DVD's eles emprestam. [...] Acho que eu peguei um livro mês passado... Ah, deixa ver, uma vez ou duas vezes, tipo assim eu pego um livro entrego e pego de novo. (Felicidade, 10 anos, entrevista, 2018).

Além do empréstimo de livros, os leitores podem fazer uso desses materiais no interior da própria biblioteca, seja por meio da consulta *in loco* ou participando de alguma atividade de mediação da leitura: “Eu venho pra ler, pra conversar um pouco” (Halkings, 18 anos, entrevista, 2018). Nesses termos, tal como em outras bibliotecas, a BCCVF presta serviços para dois tipos de usuários: aqueles que fazem o empréstimo de materiais, mas que dificilmente permanecem no ambiente da Biblioteca e aqueles que permanecem no local para contato com os livros e participação em outras atividades relacionadas à leitura.

A partir dessas falas a BCCVF é identificada diretamente como *espaço de empréstimo e de circulação de livros, bem com lugar de promoção da leitura*. O ato de pegar livros por empréstimo ou de se apropriar deles *in loco* constitui-se, assim, em atividades introdutórias nas relações de pertencimento ao coletivo que define a

Biblioteca, razão pela qual, conforme veremos adiante, essa atividade mantém íntima associação com outros serviços ofertados pela Biblioteca.

5.2.2.2 Serviços de informação em meios impressos e eletrônicos

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação - TICs congregou ao ambiente das bibliotecas públicas o compromisso com o registro, guarda e disponibilização de informações também nesses suportes. Sendo assim, não é mais possível promover atividades e serviços no contexto de uma biblioteca pública tendo-se em vista apenas a utilização de materiais impressos. O que vemos na contemporaneidade é uma necessidade de adequação por parte das bibliotecas dos serviços de informação a partir dos recursos tecnológicos que dispõe para atendimento de seus usuários.

Atentando para isso, a BCCVF, assim como as demais Bibliotecas que integram a rede de bibliotecas da FMC, avançou no sentido de possibilitar consultas em meios impressos e eletrônicos, ora a partir do estabelecimento de Telecentros, ora por meio de terminais de consulta para o cidadão. Atualmente, há no CCVF o Telecentro, mas o serviço, apesar de estar defronte a Biblioteca, não tem sua gestão vinculada a ela. Por conseguinte, os cidadãos-usuários muitas vezes relacionam um ambiente ao outro. Quando indagados sobre os serviços oferecidos pelo CCVF alguns desses sujeitos responderam: “Biblioteca, telecentro, brinquedos e brincadeiras, aquele negócio de pintura” (Rosa, 6 anos, entrevista, 2018). “Brinquedos e brincadeiras, o telecentro, o taekwondo, as atividades de desenho lá na biblioteca” (Vermelho, 7 anos, entrevista, 2018). Nesses termos, como pode ser observado, apesar de o Telecentro possibilitar certa autonomia na busca por informações em ambiente virtual, muitos se dirigem à Biblioteca para serem auxiliados em suas atividades com vista a alcançar os resultados esperados. Vejamos o que alguns entrevistados falam sobre isso:

Sócrates: Sim, a gente pesquisa... Na verdade é muito amplo, mas, tipo assim, às vezes quando a gente precisa de um, fazer uma inscrição assim pra algum concurso, pro ENEM, por exemplo, eles ajudam a gente a fazer a inscrição. Esse ano eu não fiz inscrição. Encerrou ontem... Mas eu já fiz muitas vezes aqui a inscrição pro ENEM, pra prova de concurso... (Sócrates, 36 anos, entrevista, 2018).

Margarida: Eu não sei, assim, eu sempre acho que o espaço ele tem que atender a comunidade da forma que a gente conseguir... Então por exemplo, às vezes alguém vem aqui e pede pra fazer um currículo, então é uma forma da gente atender, às vezes não é o horário do Telecentro tá funcionando, às vezes a pessoa ainda não tem o cadastro no Telecentro, então a pessoa usa a Biblioteca. Eu acho, assim, a Biblioteca não é, não é mesmo um serviço somente da leitura, ele não é um espaço somente da leitura, ele é muito mais amplo, e existem zilhões de possibilidades pra comunidade, muito próximo, as pessoas se sentem muito próximas ao Bibliotecário, ao Estagiário, quem quer que esteja atendendo no espaço cria um vínculo, e que a comunidade realmente usufrui do espaço além do uso do livro...

Certamente os depoimentos acima acenam para uma ampliação do papel social das bibliotecas públicas, referendando-as como *espaços de fomento à cidadania*, sobretudo em contextos de privação de direitos como é o caso do Aglomerado da Serra.

5.2.2.3 Serviços de mediação da informação

Promover a mediação entre os produtos informacionais de uma biblioteca e seus usuários é uma prerrogativa do fazer bibliotecário, razão pela qual está diretamente associado ao atendimento das necessidades de cada cidadão. No caso específico da BCCVF, os depoimentos colhidos mostram que essa instituição sobrepõe a denominação de “repositório informacional” uma vez que as atividades e serviços que presta à comunidade a convertem, aos olhos de nossos depoentes, em ambiente que propicia a convivência, a interação e a autonomia de seus usuários. Marcador de sentido que pode ser facilmente visualizado na fala abaixo:

Schopenhauer: Então desde a questão mais física de pesquisas, empréstimos de livros, consultas livres até mesmo as oficinas de incentivo à leitura e à imaginação. Algo especial que eu acho que deve ser citado, né, nesse comentário é o caráter humano das bibliotecas, que servem como acolhimento e um espaço de convivência que difere de grande parte das bibliotecas, né, que trazem esse caráter que é um pouco mais rígido, sisudo, do silêncio... Acho que as bibliotecas dos centros culturais e em especial a BCCVF consegue ser esse espaço de encontro que confere algo muito especial. (Schopenhauer, 32 anos, entrevista, 2018).

Essa dimensão do acolhimento também foi ressaltada por Tulipa:

Tulipa: Ela participou da minha vida na infância, ela me ajudou agora na adolescência, porque é fácil eu ler um texto, é fácil eu entender com mais

[inaudível]... fazer alguma interpretação de texto... Tem gente que faz faculdade, tem gente que precisa ler um livro, então acho que a Biblioteca tem uma importância grande. (Tulipa, 16 anos, entrevista, 2018).

Assim como esses dois depoentes, outros tantos cidadãos-usuários caracterizaram a BCCVF como *espaço que facilita os processos de mediação da informação* e que incentiva a leitura e a imaginação. Ao fazer isso, a mesma se converte em espaço de referência na vida desses sujeitos, apresentando-se como *lugar de acolhimento, de convivência e de muitos encontros*. Representações e sentidos que se fazem ainda mais evidentes quando associados às atividades de promoção da leitura e de formação de leitores.

5.2.2.4 Serviços de promoção da leitura e de formação de leitores

Os serviços de promoção e mediação da leitura desenvolvidos pela BCCVF visam proporcionar, por meio do estímulo criativo, que cada participante se aproxime do universo dos livros valendo-se tanto de referências inscritas na realidade concreta de seus usuários, quanto de alusões ao mundo do imaginário. Promover o livro por meio da leitura de obras literárias, da exposição de trechos de livros sobre uma temática determinada, um autor ou autora, da realização de saraus, entre outras atividades, são ações que possibilitam o estreitamento dos laços de afinidade entre os cidadãos-usuários, a biblioteca e seus livros.

A FMC mantém entre suas atividades o projeto “Promoção da Leitura”, que contempla todas as bibliotecas a ela vinculadas. Segundo informações do próprio projeto, as atividades ao longo do ano são executadas por servidores da Fundação e por profissionais voluntários ou contratados para este fim. Entre seus objetivos constam: realizar oficinas, exposições literárias, rodas e clubes de leitura; promover narrações de histórias bem como de oficinas de escrita; executar atividades de leitura e criação de histórias em quadrinhos; e planejar palestras com escritores, ilustradores e especialistas da área. Na prática, o que se verifica é que muitas dessas atividades estão disseminadas pelo conjunto de centros culturais coordenados pela FMC.

No contexto específico da BCCVF, conforme já apontado anteriormente, há predominância de público infantil, o que impõe algumas especificidades à

preparação e execução dessas atividades de promoção/mediação da leitura. Levando-se em consideração que grande parte do público espontâneo é de crianças na primeira e segunda infância – até 12 anos – há todo um planejamento de ações que sejam condizentes com as demandas específicas desses utentes, o que gera confusão acerca da possibilidade de participação de outros sujeitos nessas mesmas atividades: “Ah tem atividades de leitura com as crianças, acho que só, só isso que eu conheço...” (Kira, 16 anos, entrevista, 2018).

Ainda em relação à promoção e mediação da leitura, outro usuário avalia:

Preta: Eu acho que existe uma demanda, eu não vou falar por mim, eu acho que existe uma demanda na Biblioteca, por exemplo, né, contação de histórias. Eu lembro que quando [NOME] estava como Bibliotecário, tinham essas atividades, né: Varal de literatura, sarau... Eu acho que esses eventos fazem, fomentam o uso da Biblioteca. Então eu acho que seria importante eles ter. A manutenção deles, porque eles já aconteceram e hoje num tem mais - não sei por qual motivo - mas eu acho importante a manutenção. (Preta, 43 anos, entrevista, 2018).

Além de demarcar o compromisso da BCCVF com o estímulo à leitura infantil, a fala dessa entrevistada acena para outra representação/sentido constantemente acionada para se referendar a importância social da instituição: *a biblioteca como espaço onde se executam atividades variadas ligadas à ampliação das habilidades de leitura*, sobretudo na infância. Percepção também compartilhada por Paixão, outra de nossas interlocutoras:

Paixão: Então, pra além da atividade do acervo, de emprestar os livros e da pesquisa, a Biblioteca também pensava projetos. Esses projetos, o interessante que nós pensávamos de forma coletiva e também de acordo com a dinâmica que no caso o [NOME], que era o Bibliotecário na época, que ele pens... que ele sentia. Então, por exemplo, que eu me lembro agora, tinha uma menina, uma jovem [...] Tinha uns projetos que já eram projetos de leitura, contação de história... Me ajuda a lembrar aqui, [NOME]! Os projetos de Leituras ao Vento, tinha a proposta de fazer menção de um autor do mês, daquele autor deixava sempre os livros mais em evidência... Tinha também os varais, tinha o sarau, que fazia o maior sucesso com as crianças lá da região e tinham também os projetos que eram criados de acordo com a demanda. Então tinha, que eu tô retomando, uma criança, que no caso na época o [NOME] percebeu que era um incentivo para que os meninos pegassem os livros e lessem os livros, então teve uma que bateu o recorde⁴⁴ então passamos também a homenagear e prestigiar

⁴⁴ Dentre as atividades de promoção da leitura estabelecidas à época, estava o levantamento e premiação para os leitores e leitoras de maior frequência na BCCVF. A entrega dos prêmios, geralmente livros autografados pelo próprio autor, CD's, DVD's de produtores locais, material oriundo da contrapartida da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, entre outros itens, acontecia em uma atividade associada à programação do CCVF.

essas crianças que mais frequentavam o centro cultural. Tinha o cantinho da leitura... (Paixão, 60 anos, entrevista, 2018).

A entrevistada enumera uma série de atividades criadas e mantidas a partir da BCCVF e de seu acervo, bem como por funcionários em atendimento às demandas dos usuários. Complementar a essa realidade, e reconhecendo a importância de tais ações, outros depoentes também mencionaram o desejo de se tornarem mediadores, é o caso de **Preta**:

Preta: Ela tem uma grande importância por esse motivo, por termos esse equipamento público como uma fonte de acesso para laboratório de montagem de nossos trabalhos. E aí seria: 'eu poderia participar mais?' Sim. Acho que com isso: Produção de sarau, com promoção de eventos que a comunidade pudesse não só perceber o livro como um material de uso, mas também com toda a potencialidade de um livro, com todo seu conteúdo. (Preta, 43 anos, entrevista, 2018).

Há ainda outra dimensão, outro sentido de caráter mais afetivo que se atrela à BCCVF em função da mesma ser esse espaço de referência em termos de promoção da leitura, vejamos o que diz **Ponciá**:

Ponciá: E num outro momento que é esse que é muito importante é a minha questão como mãe, que tendo os meus filhos quantas e quantas vezes nós fomos pro Centro Cultural pra alguma atividade e a Biblioteca virava num vou dizer meu berçário, mas o meu apoio, o meu apoio com os meus filhos que enquanto eu estava lá ensaiando, eu estava extremamente tranquila em saber que eles estavam nesse ambiente da Biblioteca do Centro Cultural se informando, desenhando, lendo histórias, conversando e ajudou muito na formação do meu filho mais velho o [NOME DO FILHO] que gosta de leitura, que ajudou ele nessa questão da prática da leitura e que acalmava ele enquanto ele estava nesse ambiente, me dava essa tranquilidade inclusive pra fazer as minhas outras atividades no Centro Cultural. Então é isso que eu acho... Vejo lá quantas mães que moram em torno do Centro Cultural que deixam seu filhos: 'Ah, vão lá pro centro cultural' e aí quando eu passo na Biblioteca e vejo aquele tanto de criança em volta das mesinhas lendo, rindo, contando história, conversando sobre as histórias, colorindo, é tão agradável saber que eles estão protegidos e ao mesmo tempo se alimentando de informações tão necessárias. (Ponciá, 37 anos, entrevista, 2018).

Como pode ser observado, o depoimento de Ponciá evidencia a confiança depositada no ambiente da BCCVF, tanto em função dos conteúdos e atividades ali oportunizados para seus filhos, quanto pela *sensação de segurança, de aconchego e acolhimento que a Biblioteca exerce sobre ela*. Para além de uma experiência pessoal, esse reconhecimento de Ponciá confere visibilidade a um comportamento

comum a outras mães do Aglomerado da Serra: permitir ou mesmo ordenarem que seus filhos permaneçam na Biblioteca enquanto elas realizam outras atividades em casa, no Centro Cultural ou mesmo “na cidade”. Com isso, a BCCVF acaba por ser representada como *um lugar de guarda, de proteção*, não somente dos conteúdos inscritos em seu acervo, mas, também, das crianças que ali frequentam.

A partir de tudo isso e como pode ser observado, a BCCVF foi considerada relevante por todos os entrevistados que participaram da pesquisa. Mesmo entre aqueles que dizem não utilizar tanto a Biblioteca, há um reconhecimento de sua importância: “Porque ela oferece ensinamento. Eu não utilizo muito, mas várias pessoas utilizam e ajuda elas” (Chaplin, 13 anos, entrevista, 2018).

Nesses termos, o caminho até aqui traçado evidencia um conjunto de sentidos que são atribuídos à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima pelos usuários que constantemente utilizam seu espaço e participam de suas atividades e serviços. De modo geral a BCCVF é descrita ou representada como: *espaço de empréstimo e de circulação de livros; lugar de promoção da leitura; instituição que “oferece ensinamento”; que facilita os processos de mediação da informação; que promove a cidadania, que acolhe e que promove a convivência e o encontro entre diferentes sujeitos; e, por fim, como local que preserva livros e que projete os cidadãos-usuários que a ela recorrem.*

Analisando esses sentidos atribuídos à BCCVF pelo viés teórico, podemos apontar que muitos deles são referendados pelas funções básicas que toda biblioteca pública deve exercer, quais sejam: se constituir em lugar de memória da comunidade, ser um espaço de promoção da leitura e de incentivo às práticas educativas, e, também, que oportuniza o desenvolvimento pessoal de seus usuários por meio do acesso à informação, à cultura e do lazer. Contudo, nem todas essas representações são explicadas por uma dimensão conceitual. Para o entendimento de alguns deles – lugar de encontro e proteção, por exemplo – faz-se necessário levar em consideração um trecho do depoimento de Paixão, que em certo momento de sua entrevista pontua:

Paixão: Porque, baseado no princípio que a Biblioteca é o carro chefe, então às vezes pra mim a Biblioteca, ela ia para além do Centro Cultural, ela abraçava o Centro Cultural. Porque se eu digo: um Centro Cultural que possui uma Biblioteca... Talvez se nosso país for mais leitor, se as pessoas acessarem mais os centros culturais talvez haja esse equilíbrio. Mas eu penso que na nossa realidade lá do Vila Fátima a Biblioteca ela oferecia as

atividades e os serviços culturais porque a gente também tá entendendo que a questão da leitura, da literatura, do sarau, que todos esses serviços eles estão abraçados por uma Biblioteca. (Paixão, 60 anos, entrevista, 2018).

Dizer que a Biblioteca vai além do Centro Cultural é o mesmo que referendar que a BCCVF transpõe suas funções essenciais para se converter em espaço de referência da comunidade. Em lugar onde as mães podem deixar seus filhos, onde laços de sociabilidade podem ser criados e em equipamento que restitui direitos sociais e culturais por longa data negligenciados aos cidadãos-usuários que a ele recorrem e, por tabela, a outros moradores do Aglomerado da Serra. Aspectos que se fazem ainda mais evidentes na subseção que se segue.

5.2.3 Modos de uso e percepções sobre a Biblioteca

Nessa subseção destacamos os marcadores de sentido que os cidadãos-usuários atribuem à BCCVF para além das relações mantidas com os serviços e produtos disponibilizados pela instituição. Conforme explicitado na seção metodológica, procuramos identificar pontos recorrentes nas falas dos entrevistados com vistas a definir categorias que sintetizem esses sentidos e representações. Assim observado, começamos nossas análises por uma categoria que é evocada em praticamente todos os depoimentos, qual seja: aquela que descreve a BCCVF como *lugar de aprendizado ao longo da vida*.

5.2.3.1 A BCCVF como lugar de aprendizagem ao longo da vida

O Manifesto da Unesco/IFLA sobre Bibliotecas Públicas (1994) explicita, logo em suas primeiras linhas, que a biblioteca pública deve fornecer aos seus usuários as “condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais”. (UNESCO, 1994). Em termos específicos das bibliotecas públicas vinculadas aos centros culturais, cuja intencionalidade é, em primeiro lugar, oferecer suporte às atividades de ação cultural no âmbito da própria comunidade e de

promover a leitura literária, verificamos uma associação direta por parte dos utentes da BCCVF com dinâmicas interpessoais de aprendizado. Aprendizagem que não se efetiva apenas por meio do contato direto com a biblioteca, posto constituir-se em ação contínua e ao longo da vida. Uma aprendizagem facultada pelos livros, mas também pelo contato com outras pessoas e pelo desejo intersubjetivo de cada sujeito. É isso que nos diz **Sócrates** ao assinalar em seu depoimento que:

Sócrates: A finalidade primeira é, como eu disse, obter livros, conseguir livros, principalmente os acadêmicos. Eu gosto dos livros acadêmicos para poder ler, por mais que a gente não entenda a linguagem, eu tento ler e aprender um pouco sozinho. E a outra é conversar com os amigos... [...] Dentro e fora da Biblioteca. Olha, sinceramente, eu gostaria que... Nem é participar mais, não, cara, eu gostaria que tivesse mais livros que abrissem nossos horizontes, sabe, que tirasse nossa ignorância, nossa inércia, sabe, a nossa inabilidade com a vida.

Pesquisador: Sim, e que tipo de livro você acha que te proporcionaria isso?

Sócrates: Ah...

Pesquisador: Filosofia, Sociologia?

Sócrates: Filosofia, Sociologia, a própria Psicologia mesmo. Acho que aí tem muitos livros de Psicologia. Mas é... Também tem um livro que eu gostaria de ler que aqui não tem que é o "Psicologia das massas"...

Pesquisador: Eu nunca ouvi falar desse livro, ele é bom?

Sócrates: É do Freud

Pesquisador: Ah, é do Freud... Mas você já fez esse pedido para a Bibliotecária, e ela consultou, o que ela falou?

Sócrates: Consultou. Aqui não tem, não.

Pesquisador: E nas outras bibliotecas?

Sócrates: Parece que não tem, não. (Sócrates, 36 anos, entrevista, 2018).

Em sua fala o entrevistado confere à BCCVF uma força de transformação que não responde a injunções de ordem prática, mas, sim, a processos interpessoais que encontram na Biblioteca, nos livros e na leitura polos de ancoragem.

Para outro entrevistado esse polo de ancoragem, de enraizamento como assinalou Silveira (2014a), sedimentou-se em torno de relações sociais e vínculos afetivos construídos na própria Biblioteca:

Halkings: Olha, a Biblioteca passou a ser parte da minha vida depois que eu mudei pra cá, eu era um cara muito, que não me comunicava muito. Então eu era meio excluído, eu não conversava muito com as pessoas, a Biblioteca me mostrou isso, que eu posso ser mais comunicativo, posso ter mais amigos. (Halkings, 18 anos, entrevista, 2018).

Essa transformação das relações interpessoais percebida por Halkings não se vincula diretamente à quantidade de livros lidos nem à frequência do mesmo em

atividades de incentivo à leitura, mas às dinâmicas de sociabilidades tecidas e experienciadas na e a partir da BCCVF.

Conjugado a essa representação, outros cidadãos-usuários enxergam a BCCVF como espaço de dissolução de conflitos por meio da convivência social e promoção da educação: “A BCCVF é um local de socialização, acesso à cultura e aprendizado” (Violeta, 24 anos, entrevista, 2018). Complementar à percepção de **Violeta, Sócrates** ressalta que:

Sócrates: Nossa, cara, vou te falar uma coisa, eu acho que muita, muita informação nos é vedada, nos é proibida, se nós tivéssemos as informações necessárias para que pudéssemos viver na sociedade, na comunidade onde a gente mora, tipo assim, na família, no meio onde a gente vive a sociedade seria muito melhor.

Pesquisador: Você acha que o acesso à informação impulsiona você a ser uma pessoa melhor?

Sócrates: Com certeza, atenua aquilo que o ser humano tem de mais selvagem nele. A maldade em si, porque nós somos seres que temos uma certa maldade. Então a educação ajuda a atenuar essa maldade, essa selvageria que nós temos. Pra você ter uma ideia, em todos os países que o nível de educação é elevado, os países nórdicos da Europa, por exemplo, Dinamarca, Suécia, Noruega... [...] São países menos violentos. Isso aí é... ‘Tão ajuda demais! Nó, de suma importância. (Sócrates, 36 anos, entrevista, 2018).

Avançando em sua análise, esse mesmo entrevistado apresenta outros argumentos que, em sua compreensão, faz com que a educação seja um elemento transformador, tanto em nível pessoal quanto social:

Sócrates: Ah, cara, hoje posso dizer que tem uma boa parcela de participação. Porque como eu te falei, [...] porque até os vinte e quatro anos eu não tinha o hábito de ler, hoje tô com 36 anos, hoje eu tenho o hábito de ler. Quando comecei a adquirir esse hábito de ler meus horizontes se abriram. Eu pude ver mais longe, eu pude ver mais longe. Apesar de hoje estar desempregado, estar vivendo uma situação econômica um pouco difícil, mas tipo assim, eu sei das minhas possibilidades hoje e isso me ajuda na convivência com a família, na sociedade de um modo geral, na comunidade de um modo em geral (Sócrates, 36 anos, entrevista, 2018).

Sócrates argumenta que as nações com maiores índices educacionais são, em consequência disso, menos violenta. Já Ponciá acredita que o acesso à cultura letrada forma cidadãos mais conscientes de seus direitos e mais críticos politicamente:

Ponciá: Quem lê adquire capacidade de argumentar. Eu acho extremamente importante o Aglomerado da Serra ter uma Biblioteca, porque eu sei, eu experimentei na minha infância pequenos lugares em projetos sociais que tinham biblioteca e eu acredito que isso me ajudou na minha ação na minha formação política, na minha questão de como reagir, como responder a tudo que foi proposto ao longo da minha vida. (Ponciá, 37 anos, entrevista, 2018).

A partir de sua experiência pessoal com a BCCVF, **Ponciá** confere a esse espaço a mesma importância formativa que nossos outros interlocutores. Apesar disso, essa perspectiva não se apresenta de forma uníssona entre os depoentes, uma vez que alguns deles acreditam que a Biblioteca deveria ser mais atuante socialmente, sobretudo, ajudando seus leitores a “melhor compreender os textos lidos”. Essa é, por exemplo, a posição de **Alegria**:

Pesquisador: Como se dá a inserção dos livros no cotidiano de vocês, você lê pra ela, ela lê pra você?

Alegria: Eu leio pra ela. E ela precisa, eu recebi da escola que ela precisa aprender a ler mais, entendeu, então eu tenho que incentivar mais ainda a leitura pra ela. Então é dessa forma.

Pesquisador: E você acha que a Biblioteca poderia participar mais?

Alegria: Sim, acho que sim, deveria ter um controle, né? Por exemplo: 'sua filha já leu esse livro!' Ah, acho que eles mesmos poderiam, tipo assim, pedir um estudo, assim, o que cada um entendeu, ter um acompanhamento... Acho que isso aí seria legal.

Pesquisador: Seria um acompanhamento do desempenho de leitura?

Alegria: Isso... foi devolver o livro e olhar: 'E aí, cê leu ele? Com é que foi, o que cê entendeu?' (Alegria, 30 anos, entrevista, 2018).

No discurso de Alegria fica evidente que a BCCVF constitui-se em espaço complementar às necessidades educacionais e de aprendizado de sua filha. Forma de apreensão marcadamente vinculada às funções sociais de toda biblioteca pública e às dimensões simbólico-funcionais que esses equipamentos ocupam em áreas consideradas de baixo desenvolvimento social. Outra função das bibliotecas públicas que incidem diretamente no modo como os sujeitos representam tais instituições vincula-se à sua função recreativa, sendo mais preciso, ao exercício de livre escolha e aos percursos de “descoberta do mundo” a partir da leitura. Nesse sentido, o depoimento de **Ponciá** mostra-se, mais uma vez, revelador:

Ponciá: Eu acredito que foi lendo, foi tendo a oportunidade de ler e acho que principalmente além da Biblioteca ser um lugar lúdico, de ser um lugar aconchegante, um lugar propício para que a gente possa se aventurar nas leituras é um diferencial de um ambiente, de um local onde a gente não tá acostumado dentro do Aglomerado a parar, a ter esse lugar para que a gente possa ler, que possa se informar, trocar informações e a Biblioteca

proporcionaria isso no momento de reflexão. É um ambiente de proteção que ao mesmo tempo te dá essa oportunidade de parar, ler, entender, questionar, que é diferente da casa da gente onde a gente tem mil e um problemas que é diferente da escola, que a gente faria por obrigação porque a professora mandou, que é diferente de 'tar num lugar onde você queira estar pra isso, entendeu? (Ponciá, 37 anos, entrevista, 2018).

Ao marcar uma distinção entre a casa, a escola e a Biblioteca, **Ponciá** sintetiza uma compreensão geral de nossos interlocutores: a BCCVF é um espaço público que impacta sobremaneira na vida e na realidade social de seus cidadãos-usuários. E ela o faz não só desempenhando as funções básicas que lhe são atribuídas por órgãos como a UNESCO, a IFLA ou a FMC, mas, sobretudo, por se apresentar como um espaço de acolhimento, de proteção e que confere oportunidade de formação continuada e de exercício de direitos por vezes subtraídos daqueles que habitam em Aglomerados ou à margem dos centros urbanos de determinada sociedade. Nas seções abaixo tecemos mais algumas considerações acerca dessas potencialidades.

5.2.3.2 Interesses recreativos

Conforme observado na subseção anterior, muitos de nossos entrevistados referendam a importância da BCCVF como espaço de leitura e de formação continuada, estando essa dimensão formativa intrinsecamente ligada ao uso do livro e às práticas de leitura. Contudo, alguns usuários, é o caso de **Vermelho**, apontam para a participação em outras atividades como marcador importante para o fortalecimento de certas relações pessoais. Vejamos o que ele diz:

Vermelho: Eu desenho, tem vez que eu peço a [NOME DA BIBLIOTECÁRIA] pra fazer alguns desenhos pra mim, e também eu brinco de dama, de carrinho que tem lá... Pego o Dino, o dinossauro. A gente enfia a mão atrás da cabeça dele aí a gente mexe assim e a boca dele fica abrindo e fechando [com demonstrações gestuais]. Por causa que aqui é o único lugar que tem pra mim desenhar, pra me divertir. (Vermelho, 7 anos, entrevista, 2018).

O uso de jogos e atividades recreativas para familiarização do ambiente é uma estratégia muito utilizada pelas bibliotecas públicas para intermediar o contato dos usuários com o ambiente e também oferecer alternativas de interação com o acervo e seus múltiplos dispositivos informacionais. No contexto da BCCVF nota-se

que o estabelecimento de atividades recreativas fortalece os vínculos entre os cidadãos-usuários e os funcionários do local, bem como favorece o fortalecimento dos vínculos afetivos e relacionais com o ambiente.

Esse reconhecimento se expressa, em especial, na fala das crianças. Talvez em função disso as atividades de leitura recreativa sejam as mais comuns na rotina das bibliotecas dos Centros Culturais. Sendo assim, ações como contação de histórias, saraus literários, tarde com autores, além de aproximarem esse público da biblioteca, convertem-se em oportunidade para ampliação da forma como esses sujeitos apreendem e se relacionam com o mundo.

A participação em atividades recreativas também é importante para a manutenção das relações com a bibliotecária e com os mediadores da leitura. Por meio dessas ações torna-se possível aos sujeitos envolvidos criarem e recriarem laços de solidariedade pautados pelo exercício da imaginação, da valorização da criatividade, do acesso à cultura letrada e da experimentação de emoções próprias do contexto narrativo.

Com isso, é possível dizermos que essas atividades de recreação ocupam um lugar central nas rotinas da BCCVF, uma vez que, por meio delas, essa instituição se consolida no imaginário de seus usuários como um espaço lúdico, onde o exercício criativo pode ser vivenciado e a relação com a leitura, o conhecimento e informação construída de forma mais aprazível. Esse sentido lúdico atribuído à BCCVF se reverbera, inclusive e como veremos a seguir, na forma como cada sujeito busca satisfazer suas necessidades informacionais.

5.2.3.3 Necessidades de informação

Por ser, ao lado da Biblioteca do Centro Cultural Vila Marçola, um dos poucos equipamentos culturais de acesso público da região, a BCCVF é vista por seus usuários como espaço de referência para se buscar e sanar suas necessidades informacionais. Para alguns de nossos entrevistados é essa preocupação com a disseminação da informação que lhe garante um lugar de destaque naquela comunidade:

Ponciá: Ter esse ambiente onde a gente possa buscar informações, buscar informações de uma forma limpa que eu falo, propícia, confortável, é isso

que eu acho extremamente importante dentro do Aglomerado da Serra, e seria mais uma, mais um lugar, mais uma diversão, mais uma opção pras pessoas aqui dentro do Aglomerado. (Ponciá, 37 anos, entrevista, 2018).

Além de responder a demandas pessoais, para **Lírio** a BCCVF é importante porque a mesma fortalece as relações de pertencimento e acena para a presença da política pública naquela localidade, ampliando, assim, as possibilidades de participação cidadã de cada um dos sujeitos que a ela recorre:

Lírio: Porque tem gente que não tem acesso a livros, não pode comprar, tem livro que é caro, tem gente que nem gosta de ler... Aí talvez incentiva a pessoa a buscar conhecimento [...] Podia abrir a mente das pessoas, às vezes ela tá num caminho e tá indo pra uma direção, através de uma leitura ela pode mudar a vida dela. (Lírio, 49 anos, entrevista, 2018).

Mesmo que alguns de nossos entrevistados tenham dito que na contemporaneidade é mais fácil se informar via uso de dispositivos eletrônicos, a fala de **Lírio** referenda a Biblioteca como espaço informacional, sobretudo de informações confiáveis e que “podem mudar a vida de uma pessoa”. Tal compreensão pode ter a ver com o fato de que, no imaginário social, as bibliotecas, inclusive a BCCVF, são equipamentos culturais que impulsionam as possibilidades formativas dos indivíduos por meio do acesso à informação e da garantia das condições necessárias à produção do conhecimento.

É claro que nem todos os sujeitos que recorrem a uma biblioteca irão encontrar ali a informação que “mudará suas vidas”, mas, na maioria dos casos podem se deparar com textos, notícias, comunicações úteis para concorrerem a uma vaga de emprego, para participarem de um curso ou mesmo para desenvolverem um projeto artístico-cultural, assim como aconteceu com **Preta** e seu grupo teatral:

Preta: Um exemplo notório: um projeto no qual nós estamos hoje angariando recursos que é "A Farsa de Inês Pereira", ele surgiu através da Biblioteca. Através de uma troca, de uma conversa sobre livros, sobre obras que nós pudéssemos executar. Eu li, eu amei a obra, e nós, através do apoio do [NOME], que na Biblioteca, estivemos em vários encontros na Biblioteca, discutimos muito sobre essa obra, e essa obra virou para o grupo de teatro uma possibilidade de montagem. Então se isso não tivesse acontecido, essa visão, esse olhar pra essa obra talvez não tivesse ocorrido. E assim tantas outras, né, as nossas pesquisas em relação às nossas personagens, quantas vezes nós mesmas nós não recorremos à Biblioteca pra entender, por exemplo, a gente tá fazendo agora um material sobre o universo caipira, vários livros nos foram fontes de pesquisa no

sentido de laboratório, de entender esses personagens, de entender alguns autores, como que eles veem... Então pra mim essa Biblioteca é muito importante! (Preta, 43 anos, entrevista, 2018).

A entrevistada explicita o suporte da BCCVF na elaboração de seu empreendimento artístico, deixando clara a importância do acervo e das relações sociais constituídas a partir de seu espaço. Essa forma de perceber a Biblioteca coaduna com a de muitos outros sujeitos que a ela recorrem, posto que, conforme foi possível observarmos ao longo da pesquisa, a BCCVF tem como uma de suas preocupações centrais o atendimento às necessidades informacionais de seus cidadãos-usuários.

Sendo assim, é justamente dessa preocupação com os cidadãos-usuários que derivam os muitos sentidos atribuídos à BCCVF. Para uns ela é lugar de convivência, acolhimento e encontro, facultando, assim, o estabelecimento e fortalecimento de vínculos sociais e afetivos. Nessa mesma direção, podemos também destacar os marcadores relacionais e afetivos estabelecidos entre os sujeitos, muitos deles incidindo na frequência com a qual os cidadãos-usuários permanecem naquele espaço. Há aqueles que creditam à BCCVF o papel de facilitadora dos processos de busca por informações através da mediação entre sujeitos e os suportes informacionais ali existentes. Exemplo disso é o sentido que é atribuído naturalmente às Bibliotecas, sobretudo públicas, de serem essas um espaço de empréstimo e circulação de livros e outros impressos com o objetivo de informar os sujeitos. Vinculado a esse sentido, visualizamos a questão da Promoção da Leitura e ampliação de habilidades leitoras como uma das compreensões recorrentes da BCCVF pelos que dela se valem.

Nesse sentido, não devemos desprezar os aspectos afetivos que fortalecem as ações de promoção da leitura, a partir dos vínculos estabelecidos entre os cidadãos-usuários e os mediadores de leitura, situação recorrentemente descrita como ação de acolhida, segurança e aconchego. Soma-se a isso a representação da Biblioteca como espaço referencial para a comunidade em função dos bens e serviços culturais por ela ofertados/disponibilizados. Nesse mesmo movimento, foi possível percebermos que o acesso à informação é tido como garantia de direitos e uma possibilidade de fomento à cidadania.

Os desejos e oportunidades de acesso à informação e produção de conhecimento a partir da BCCVF se expressam, também, naquilo que tange a

promoção da educação e ao decorrente processo formativo de cidadãos mais conscientes. Emerge desse processo o aprendizado ao longo da vida, relatos de desenvolvimento interpessoal, relações sociais e vínculos afetivos estabelecidos, além do reconhecimento e valorização do acesso à informação que a BCCVF oportuniza.

Portanto, e esse é um dos “grandes achados da nossa pesquisa”, podemos afirmar que a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) impacta na vida e na realidade social em que se insere, uma vez que é definida pelos cidadãos-usuários que dela se utilizam como lugar que oportuniza não apenas o acesso à informação, mas, também, melhores condições de produção de conhecimento, a insumos da cultura humana e local, à promoção da leitura, da educação e da cidadania, e, talvez esse um dos marcadores de sentido mais importante para aquela comunidade de cidadãos-usuários, a criação de laços de solidariedade e o fomento da “paz social” no âmbito da comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mas agora tudo pertencia ao passado, ele inclusive, e a única coisa que lhe pedia por caridade era que usasse seu poder para acabar...”⁴⁵

O presente estudo se constituiu em uma reflexão acerca das funções sociais da Biblioteca Pública e de temas a ela atinentes como as políticas públicas para implementação de novos espaços culturais, a aquisição de acervos e a manutenção das bibliotecas já existentes, podendo ser considerado, assim, um movimento importante em direção à retomada desses temas de pesquisa no âmbito da produção do conhecimento científico em Ciência da Informação. Em consonância com os objetivos anteriormente definidos, a pesquisa se propôs a apreender os distintos sentidos atribuídos à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF) por parte da comunidade estabelecida em seu entorno, visando-se compreender, de forma mais ampla, a efetividade da política pública de descentralização da cultura no contexto de Belo Horizonte e a importância/as contribuições das bibliotecas públicas para o exercício da cidadania em áreas de socialmente vulneráveis.

Essas modalidades de percepção estão relacionadas aos bens e serviços ofertados pela BCCVF e a forma como cada sujeito os utilizam. Dito isso, cabe ressaltar que, para além da disposição física do espaço e dos suportes informacionais que a Biblioteca oferta, segundo Silveira (2012a), há um contínuo processo de identificação entre os sujeitos e o ambiente ali proposto, objetivando, dentre outras questões, a busca pela resolução de suas necessidades. Apesar de ser um espaço muito importante, a Biblioteca muitas vezes não tem sido apresentada aos novos usuários do Centro Cultural, isso foi apontado por **Lírio**: “hoje que eu vi que tem a Biblioteca” (Lírio, 49 anos, entrevista, 2018). Tal afirmativa demonstra que se faz necessário melhor divulgar o Centro Cultural Vila Fátima e sua Biblioteca ao cidadão.

Dentre os objetivos arrolados pela pesquisa constava o de descrever o Aglomerado da Serra, o que foi realizado por meio da análise da implementação do

⁴⁵ MARQUES, Gabriel Garcia. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 88.

programa Vila Viva naquela localidade. Esse programa reconfigurou parte do contexto de apropriação territorial no Aglomerado por meio da edificação de novas moradias e da instalação de uma rede de serviços públicos, dentre eles o Centro Cultural Vila Fátima.

Outro objetivo assinalado foi o de caracterizar os cidadãos-usuários que utilizam a BCCVF. Nessa etapa tornou-se evidente que o público privilegiado da Biblioteca consiste de trabalhadores com nível médio de escolaridade e crianças e jovens em processos de escolarização. Ficou explicitada a necessidade de se ampliar as possibilidades de oferta de bens e serviços culturais para um público mais diverso, o que pode ser conseguido, por exemplo, alterando-se o horário de funcionamento do espaço.

O exercício de correlacionar os discursos revelados pela comunidade usuária do CCVF e da Biblioteca com o que disciplina a literatura sobre o tema também se fez possível, uma vez que os resultados apresentados confirmaram a efetividade do referencial teórico sistematizado em termos da apreensão dessa realidade específica. Essa etapa mostrou-se significativa, uma vez que, além de um local de empréstimo e de circulação de livros, a BCCVF figura como espaço de fomento à cidadania, ambiente de aconchego, acolhimento e socialização.

A análise da importância atribuída pela comunidade à BCCVF para sua existência e permanência foi verificada, tendo em vista os depoimentos colhidos que conferem ao espaço uma importância acentuada em termos das atividades de promoção da educação, de formação de cidadãos mais conscientes, de recriação de laços de solidariedade, dentre outros aspectos. Foram identificadas fortes relações de parentesco, destacadas pelas gerações que vêm ao CCVF e à sua Biblioteca (exemplo disso são os depoimentos de Paixão, Rolimã, Amor) a partir da influência positiva dos familiares como referência para legitimação dos serviços e ações idealizados pela Biblioteca.

Essa tendência de valorização do espaço a partir da perspectiva educacional e ocupacional se fez notar claramente na pesquisa, uma vez que muitos cidadãos veem nos equipamentos públicos a possibilidade de solução para o tempo ocioso de crianças, adolescentes, jovens e idosos. Intuitivamente, ao indicarem que seus familiares se direcionem ao Centro Cultural e à Biblioteca, esses sujeitos acabam por oportunizar a outros indivíduos o contato não apenas com livros, gravuras e

informações de múltiplas naturezas, mas, também, a possibilidade de interação com outras linguagens artísticas e manifestações culturais.

Outro apontamento importante que emerge dessa pesquisa denota que, apesar das Bibliotecas que configuram a rede de unidades informacionais vinculadas aos Centros Culturais de Belo Horizonte terem um funcionamento sistêmico, as mesmas devem ser analisadas como unidades individualizadas. Isso certamente garantiria maior poder de intervenção dessas bibliotecas nas realidades onde se inserem.

Como possibilidade de estudos futuros, há que se analisar se certos modelos desenvolvidos em outros países como Espanha, Colômbia e França permitem a participação dos sujeitos nos processos de gestão e se seriam os mesmos aplicáveis ao contexto brasileiro. Salienta-se isso por acreditarmos que as bibliotecas dos centros culturais podem e devem criar oportunidades reais de acesso à informação, de convivência entre seus usuários e de aproximação desses sujeitos a variadas linguagens artísticas e fazeres culturais. Tal premissa torna-se ainda mais urgente em contextos onde a maioria da população se mostra desprovida do uso igualitário dos equipamentos e programas de acesso à cultura, educação, saúde, esportes e outras políticas públicas como é o caso do Aglomerado da Serra.

Por esta razão, o presente estudo assumiu como objeto de pesquisa a Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF), visando analisar qual o sentido atribuído a esse espaço por parte dos cidadãos que dela se valem. Ao fim da pesquisa chegamos à conclusão que entender a forma como o sujeito enxerga a biblioteca e como isso pode ser acolhido nas políticas públicas a serem estabelecidas para a gestão desses espaços impõe-se como um grande desafio.

Pensando-se especificamente na realidade do Aglomerado da Serra, área carente de possibilidades de acesso à cultura letrada e a insumos culturais das mais variadas ordens, o percurso trilhado ao longo da dissertação reforça ainda mais a necessidade de disponibilização de espaços públicos de participação social centrados em garantir condições equitativas de acesso à cultura, à informação e ao exercício da cidadania. A pesquisa contribui para isso ao reivindicar um exercício crítico da prática biblioteconômica cotidiana e ao defender que as bibliotecas públicas podem se configurar em espaços de construção e exercício de cidadania social, civil e política.

Assim como preconizado por Freire (1981), Victor Flusser (1983) e Teixeira Coelho (1986; 1997; 2002 e 2008), acreditamos, ainda, que há no espaço da Biblioteca Pública de Centros Culturais aspectos afetivos da promoção da leitura não apenas para decodificação, mas para uma “percepção crítica da realidade” (FREIRE, 1981, p. 36). Entretanto, o que se vê na realidade estudada é que poucas ações de fato se efetivaram tendo por referência os pressupostos da ação cultural tal como delineado por Freire. Mais que um espaço de ação cultural transformadora, a BCCVF se apresenta, na fala de alguns de nossos interlocutores, como lugar de referência para obtenção de informações úteis à vida cotidiana, para a realização das tarefas escolares e para o desenvolvimento das habilidades de leitura.

Contudo, para outros depoentes, esse mesmo espaço configura-se em instância que favorece processos autoformativos por meio da oferta de oportunidades de acesso a bens e serviços culturais de maneira independente, bem como participação nos processos decisórios. Dito de outra forma, e recorrendo às palavras de Jaramillo (2010, p. 290), as práticas cidadãs transversais de *convivência, participação e autonomia* se fazem presentes em distintas proporções no cotidiano das relações estabelecidas entre os sujeitos que frequentam a BCCVF.

Essas categorias conceituais, assim como outras com as quais dialogamos, revelaram a necessidade do fortalecimento de estratégias de mediação e de estudos mais aprofundados acerca dos efeitos da leitura na vida dos sujeitos que frequentam tais espaços. Essas categorias analíticas mostram-se importantes quando pensamos nos sentidos atribuídos à BCCVF. Por meio deles inferimos que a Biblioteca poderia ser mais agregadora, representando um espaço de socialização mais efetivo se as pessoas de fato pudessem opinar sobre sua política de formação de acervo, sobre os serviços prestados e o modo como ela funciona.

Por fim, retomando os aspectos motivacionais que impulsionaram a realização do estudo que agora encerro. Tomo de empréstimo a dinâmica estabelecida por Silveira (2014a) para tecer alguns apontamentos acerca dessa experiência de pesquisa. Eu fui usuário da Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima. Antes dela, houve um intenso hiato na minha frequência a bibliotecas públicas, posto que os contextos cotidianos me direcionavam para outro emaranhado de papéis desde minha investidura em um cargo público no Estado de Minas Gerais.

Antes desse contato eu já frequentava a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna/MG, onde residia, em que a especificidade da área tomava grande parte do acervo, pouco restando de outras áreas do conhecimento. Antes dela, as bibliotecas universitárias da UFMG, cujos conteúdos me proporcionaram o estudo necessário para a investidura na carreira de Bibliotecário. Antes dessas, talvez as mais significativas, foram minhas experiências enquanto usuário da atual Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (antiga Bib. Luís de Bessa), das Bibliotecas escolares do Estadual Central, da Escola Estadual Olegário Maciel e a já citada e extinta Biblioteca pública do Sesc na rua dos Tupinambás.

Antes delas, a experiência que tive com os livros de leitura se deu por intermédio de meu pai. Por ele trabalhar perto de bancos no atendimento em uma lanchonete, sempre fez boas amizades com os fregueses e, não sei em qual contexto, presenteou a mim e às minhas duas irmãs com alguns livros infantis. Eu não os achava tão novos, mas me recordo até hoje do título de dois: “Lobo & Lobinho” e “Óculos para Luzia”⁴⁶. Esse último me chamou mais a atenção pelas ilustrações. A história era de uma menina um pouco atrapalhada que posteriormente descobriu que necessitava de um ‘oculista’. Após a consulta, a menina Luzia recebe o par de óculos e as ilustrações no livro se transformam. Antes, eram disformes e sem cores definidas. Depois dos óculos, Luzia passa a enxergar incrivelmente bem, as cores e as formas de seu mundo ganham intensidade, e ela deixou de ser uma menina atrapalhada como outrora.

Apesar de praticamente invisível, a figura do ‘oculista’ foi, ao mesmo tempo, importante e libertadora para Luzia. Ao identificar o grau necessário para corrigir sua visão, o profissional ampliou a capacidade de enxergar da menina. Eu me vi assim, como a pequena Luzia que, ao utilizar lentes corretivas, passa a ver o mundo em sua volta com maior clareza. Eu me vi assim, usando óculos que me levaram ao universo dos livros e da leitura, da dedicação aos estudos e da mediação desde cedo, sendo auxiliado e também auxiliando àqueles que não sabiam onde se encontravam os livros e os assuntos na biblioteca escolar, sendo assessorado por funcionários ou assessorando os que inicialmente vinham à Biblioteca do Sesc ou à Luis de Bessa para pesquisa... Eu me vi, posteriormente, como o ‘oculista’, essa figura coadjuvante, mas representativa na vida de Luzia. Eu me vi como o oculista-

⁴⁶ VASSILISSA. *Óculos para Luzia*. São Paulo: Ática, 1984. (Trad. De Lúcia Machado de Almeida)

bibliotecário, podendo apresentar para Luzia e para tantas e tantos outros o mesmo universo de formas e cores ao que fui apresentado pelo meu pai, pela minha mãe e pela minha tia, futura pedagoga na época.

Eu fui usuário da Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima. Digo isso tendo em vista que desde o primeiro momento em que lá adentrei, como Bibliotecário responsável por aquele espaço, participei de um rito de passagem com a colega Bibliotecária que me antecedeu – e que permaneceria ali mais algumas semanas antes da mudança dela para outra instituição – oportunidade em que experimentei os dois contextos de aderência ao espaço: cidadão-usuário e mediador.

Eu fui mediador na Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima. E fico feliz por ter me saído tão bem na minha primeira experiência como oculista-bibliotecário. A liberdade com a qual fui acolhido e me senti diante do desafio de encontrar lentes precisas para “Luzias” com “necessidades oftalmológicas diversas” me fizeram buscar respostas junto a colegas de trabalho, antigos manuais da época do estudo de graduação, mas, acima de tudo, ver a centralidade naqueles e naquelas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que utilizavam a cada dia a Biblioteca. Vejo a pesquisa que agora encerro como fundamental para complementação do campo de estudos sobre Bibliotecas Públicas, tendo em vista que a mesma foi uma oportunidade para estabelecermos aproximações com esse universo demasiadamente peculiar, que é a compreensão dos sujeitos acerca da efetividade da política pública.

Espera-se que os cidadãos-usuários da BCCVF sejam sujeitos que, uma vez tendo tomado para si as ‘lentes de Luzia’ e a consciência da Biblioteca como um espaço relacional, gratuito, público, acessível, disponível e de convívio passem a fazer uso frequente daquele lugar, opinando sobre o mesmo naquilo que se refere aos serviços prestados, às atividades oferecidas e à disponibilização do acervo, estabelecendo, em maior ou menor grau, percursos de contato permanente com outros sujeitos, qualificando o equipamento e propagando a importância de seu uso para seus pares e em outras paisagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Andrea Scalon; MAGALHÃES, Maria Cristina Fonseca de. Programa Vila Viva: intervenção estrutural em assentamentos precários. *Rev. Urbanização & Habitação*. Belo Horizonte, ano 1, v. 1, n. 1, p. 31-36, jan. 2014.

BARROS, L. M. *Centros culturais municipais e a política de “descentralização” cultural em Belo Horizonte*. 167f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BELO HORIZONTE. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte. *Vila Viva: inclusão social e cidadania*. Disponível em: <<http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Temas/Noticias/Vila%20Viva%20Inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania>> . Acesso em 12 jun. 2018.

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. *Caderno de projetos dos Centros Culturais Locais*. Belo Horizonte, 2008. (manuscrito)

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. *Centros Culturais*. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=6782&lang=pt_BR&pg=5520&txp=0>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte*, Belo Horizonte: 21 de março de 1990.

BICALHO, Gabriel. Marinha I. In: *Caravela: redescobrimientos*. Brasília, Ministério da Educação, 2006, p. 16. (Leitura para todos ; 4).

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

CABRAL, A. M. R. A ciência da informação, a cultura e a sociedade informacional. In: REIS, A. S. dos; CABRAL, A. M. R. *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

CARVALHO, Daniel. *Manual para ler as estrelas*. São Paulo: Moto Press, 2018. p. 15.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRILLÓN, S. *O direito de ler e de escrever*. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CASTRILLÓN, Silvia. Qual é o lugar da leitura e da biblioteca na sociedade atual?. *Revista Emília [on line]* ago. 2012. Disponível em: <<http://revistaemilia.com.br/qual-e-o-lugar-da-leitura-e-da-biblioteca-na-sociedade-atual/>>. Acesso em 6 jan. 2018.

COELHO, T. A cidade e os avatares da cultura. In: _____ (org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COELHO, T. *O que é ação cultural*. 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Primeiros Passos, 216).

COELHO, T. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Educação e comunicação, 16).

FIGUEIREDO, D. C. C. *Formação de jovens leitores em bibliotecas públicas: aspectos sociais e subjetivos de práticas e escolhas de leituras literárias*. 2015. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Rev. Esc. de Bibliotecon.* UFMG, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, M. C. *Biblioteca pública: da extensão à ação cultural como prática de cidadania*. 2005. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (O mundo hoje; 10).

GAIMAN, N. Por que nosso futuro depende de bibliotecas, de leitura e de sonhar acordado. *The Guardian*. 15 Out. 2013. Disponível em: <<http://indexadora.wordpress.com/2013/10/17/neil-gaiman-por-que-nosso-futuro-depende-de-bibliotecas-de-leitura-e-de-sonhar-acordado/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

GHIONE, R. *Cidade formal e cidade informal*. Belo Horizonte: Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais. SINARQMG. 2018. Disponível em: <<http://www.sinarqmg.org.br/cidade-formal-e-cidade-informal>> . Acesso em: 20 abr. 2018.

GUEDES, R. de M. Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação. In: MOURA, M. A. [org.]. *Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas*. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011, p. 75-79.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 259p. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm>. Acesso em: 16 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais: informações territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 251p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/>>

biblioteca-catalogo?view= detalhes&id=792>. Acesso em: 18 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e Socioeconômica, 35). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2015/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

JARAMILLO, O. La biblioteca pública, lugar para la construcción de ciudadanía: una mirada desde la educación social. 2011. 270 f. Tese (Doctorado em Educación – Línea de Formación Ciudadana) – Facultad de Educación. Universidad de Antioquia, Medellín, 2011.

JARAMILLO, O. La biblioteca pública, un lugar para la formación ciudadana: referentes metodológicos del proceso de investigación. *Rev. Interam. Bibliot.* Medellín, v.33, n.2, jul./dec., 2010, p.287-313.

JARAMILLO, O.; MONTOYA RÍOS, M. Revisión conceptual de la biblioteca pública. *Rev. Interam. Bibliot.* Medellín, v.23, n.1-2, enero/diciembre, 2000, p.13-56.

JARAMILLO, O; MONTOYA, M.; GÓMEZ, B. La biblioteca pública popular: cuatro experiencias de desarrollo. *Rev. Interam. Bibliot.*, v.25, n.1, enero/junio, 2002, p.37-63.

LIBÂNIO, C. de A. *Guia cultural das vilas e favelas de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Rona, 2004.

LIBÂNIO, C. de A. *Reinventando o urbano: práticas culturais nas periferias e direito à cidade*. 2017. 330 f.: il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LINS, I. A. B. *Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil*. 2016. 242f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LISBOA, H. *Belo Horizonte bem querer*. Belo Horizonte: EDDAL, 1972.

MARQUES, G. G. *O general em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). *História da cidadania*. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

QUEIROZ FILHO, A. P. Sobre as origens da favela. *Mercator, Fortaleza*, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2736/>>

273621468004.pdf> . Acesso em 25 abr. 2018.

REIS, A. S. dos; SILVA, A. S. da; MASSENSINI, R. L. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, M. A. [org.]. *Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas*. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011, p. 17-25.

RENA, N. ; OLIVEIRA, B. Territórios aglomerados: design e extensão universitária. In: RENA, N. [org.]. *Territórios aglomerados*. Belo Horizonte: Ed. FUMEC – Faculdade de Engenharia e Arquitetura, 2010. p. 12-23.

SANTOS, N. B. dos (Ni Brisant). *Tratado sobre o coração*: edição comemorativa de 4 mil livros vendidos. São Paulo: s. e., 2017.

SENNA, A. *Capital social e capital cultural na Biblioteca Comunitária Paulo Coelho das favelas Pavão-Pavãozinho/Cantagalo no Rio de Janeiro*. 2015. 193f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVEIRA, F. J. N. da. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessa. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.19, número especial, p.128-150, out./dez. 2014a.

SILVEIRA, F. J. N. da. *Biblioteca pública, identidade e enraizamento*: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. 2014. 253 f.: il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014b.

SILVEIRA, F. J. N. da. Biblioteca pública, memória e representações sociais: o depoimento de um grupo de usuários acerca da Mário de Andrade. *Investigación Bibliotecológica*, v. 26, n. 27, mayo/agosto, 2012, México, p.199-231.

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. SNBP. *Biblioteca Pública*: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000. (Documentos técnicos; 6).

SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

UNESCO. *Manifesto da IFLA / UNESCO sobre bibliotecas públicas*. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

VASSILISSA. *Óculos para Luzia*. São Paulo: Ática, 1984. (Trad. De Lúcia Machado de Almeida).

WALKER, J. A. *Left shift: Radical Art in 1970s Britain*. London: I. B. Tauris, 2002.

ANEXOS**Anexo I – Roteiro para Entrevistas Semiestruturadas****ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS NA PESQUISA: “A BIBLIOTECA PÚBLICA DO CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA: FUNÇÕES SOCIAIS E PERCEPÇÕES DO CIDADÃO-USUÁRIO”**

1) Qual seu nome, idade e grau de instrução?

2) Você trabalha? Qual sua profissão?

3) Onde você mora? Há quanto tempo?

4) Com qual frequência você vem ao CCVF?

5) Como chegou ao CCVF? Como tomou conhecimento desse espaço?

6) Que tipo de atividades você participa no CCVF? Há alguma outra atividade que você gostaria que estivesse disponível no CCVF?

7) Você sabe que o centro cultural possui uma Biblioteca? Já a visitou?

8) Com qual frequência você vai à Biblioteca do Centro Cultural Vila Fátima (BCCVF)? Por que e com que finalidade você frequenta a BCCVF?

9) O que você mais faz OU utiliza na BCCVF? Gostaria de participar mais? Como e/ou fazendo o que?

10) Você conhece as atividades e os serviços que a biblioteca oferece? Pode citar aqueles que você mais participa e/ou utiliza?

11) Você acha importante o Aglomerado possuir uma biblioteca? Por que?

12) Você frequenta outra biblioteca além dessa aqui? Pode dizer qual e o que faz lá?

13) Em que ponto a BCCVF participa da sua vida e das pessoas próximas a você? Ela poderia participar mais, como?

14) Como você definiria esse espaço: uma Biblioteca Pública que oferece atividades e serviços culturais OU como um Centro Cultural que possui uma Biblioteca? Pode explicar sua resposta?

15) Qual a sua opinião sobre a existência de uma biblioteca pública neste lugar? Qual a importância dessa biblioteca para a comunidade?

16) Caso a biblioteca fechasse, o que acha que poderia acontecer? Como você se sentiria?

17) Qual a importância da BCCVF para você?

Anexo II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Cidadão, Prezada Cidadã,

Venho convidar você a participar voluntariamente de uma pesquisa intitulada **“A BIBLIOTECA PÚBLICA DO CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA: FUNÇÕES SOCIAIS E PERCEPÇÕES DO CIDADÃO-USUÁRIO”**, realizada pelo curso de mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo da pesquisa é compreender os significados atribuídos pelos sujeitos que frequentam a BCCVF ao lugar por ela desempenhado na comunidade na obtenção de informação. O objetivo é estritamente acadêmico.

Sua participação se dará concedendo respostas a um roteiro de entrevista, com duração máxima de quarenta minutos, a respeito do centro cultural, sua biblioteca, frequência e usos que realiza a partir deles. Sua participação é voluntária e não gerará nenhum custo, assim como não haverá qualquer pagamento pela mesma. Sua identidade será mantida em total sigilo. Na divulgação dos dados levantados pela pesquisa, serão utilizados nomes fictícios, números ou letras, não sendo mencionadas, de maneira alguma, quaisquer informações que possam identificar você.

Esta entrevista será gravada, sendo que para que a gravação ocorra necessito de sua autorização. A gravação não será repassada para quaisquer pessoas do Centro Cultural Vila Fátima, ficando sob minha estrita vigilância e de meu orientador, sendo mantidos o sigilo e a confidencialidade. Os dados da entrevista serão guardados em meu computador pessoal, ninguém terá acesso a esses dados. As entrevistas serão armazenadas por um período de cinco anos. Caso você não queira que qualquer parte da entrevista seja gravada ou caso você relate algo que você considere que lhe seja prejudicial, basta pedir para interromper a gravação e logo após a mesma será retomada, assim como a qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa. Se você não quiser participar da pesquisa basta entrar em contato com esse pesquisador, que seus dados serão apagados e não serão utilizados nas publicações, sendo estas a dissertação de mestrado e artigos científicos. Para quaisquer esclarecimentos a respeito da pesquisa, coloco-me à inteira disposição, através do

telefone e e-mail informados ao final deste termo, assim como em caso de dúvidas éticas, você pode entrar em contato com o meu orientador, cujo endereço, e-mail e telefone também se encontram lá informados.

Caso haja concordância em participar desta pesquisa, solicito que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias de igual teor, informando os dados solicitados abaixo:

Eu _____, portador(a) do RG: _____ e do CPF: _____ declaro que entendi todas as informações recebidas pelo pesquisador Alison Barbosa de Souza a respeito da pesquisa. Declaro ainda estar ciente de que sou voluntária(o) na pesquisa e que não receberei qualquer tipo de pagamento para participar da mesma, assim como a qualquer momento poderei pedir anulação da minha participação na pesquisa sem sofrer nenhuma penalidade ou custo.

Nome completo de participante: _____

Assinatura de participante: _____

Pesquisador: Alison Barbosa de Souza

Assinatura do pesquisador: _____

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2018.

Título da Pesquisa: A Biblioteca Pública do Centro Cultural Vila Fátima: funções sociais e percepções do cidadão-usuário.

PESQUISADOR: Alison Barbosa de Souza

email: alisonbarbosa@gmail.com - Telefone: 31-99531-1373

ORIENTADOR: Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira

email: fabrisilveira@gmail.com - Telefone: 31-3409-6116

Anexo III – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Prezado Cidadão, Prezada Cidadã,

Venho convidar você a autorizar seu (sua) filho(a) participar voluntariamente de uma pesquisa intitulada **“A BIBLIOTECA PÚBLICA DO CENTRO CULTURAL VILA FÁTIMA: FUNÇÕES SOCIAIS E PERCEPÇÕES DO CIDADÃO-USUÁRIO”**, realizada pelo curso de mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo da pesquisa é compreender os significados atribuídos pelos sujeitos que frequentam a BCCVF ao lugar por ela desempenhado na comunidade na obtenção de informação. O objetivo é estritamente acadêmico.

A participação de seu (sua) filho(a) se dará concedendo respostas a um roteiro de entrevista, com duração máxima de quarenta minutos, a respeito do centro cultural, sua biblioteca, frequência e usos que realiza a partir deles. A participação é voluntária e não gerará nenhum custo, assim como não haverá qualquer pagamento pela mesma. Sua identidade será mantida em total sigilo. Na divulgação dos dados levantados pela pesquisa, serão utilizados nomes fictícios, números ou letras, não sendo mencionadas, de maneira alguma, quaisquer informações que possam identificar seu (sua) filho(a).

Esta entrevista será gravada, sendo que para que a gravação ocorra necessito de sua autorização. A gravação não será repassada para quaisquer pessoas do Centro Cultural Vila Fátima, ficando sob minha estrita vigilância e de meu orientador, sendo mantidos o sigilo e a confidencialidade. Os dados da entrevista serão guardados em meu computador pessoal, ninguém terá acesso a esses dados. As entrevistas serão armazenadas por um período de cinco anos. Caso você não queira que qualquer parte da entrevista seja gravada ou caso você relate algo que você considere que lhe seja prejudicial, basta pedir para interromper a gravação e logo após a mesma será retomada, assim como a qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa. Se você não quiser participar da pesquisa basta entrar em contato com esse pesquisador, que seus dados serão apagados e não serão utilizados nas publicações, sendo estas a dissertação de mestrado e artigos científicos. Para quaisquer esclarecimentos a respeito da pesquisa, coloco-me à inteira disposição, através do

telefone e e-mail informados ao final deste termo, assim como em caso de dúvidas éticas, você pode entrar em contato com o meu orientador, cujo endereço, e-mail e telefone também se encontram lá informados.

Caso haja concordância de seu (sua) filho(a) participar desta pesquisa, solicito que assine este Termo de Assentimento Livre e Esclarecido em duas vias de igual teor, informando os dados solicitados abaixo:

Eu _____, portador(a) do RG: _____ e do CPF: _____ declaro que entendi todas as informações recebidas pelo pesquisador Alison Barbosa de Souza a respeito da pesquisa. Declaro ainda estar ciente de que meu (minha) filho(a) é voluntária(o) na pesquisa e que não receberei qualquer tipo de pagamento para ele (ela) participar da mesma, assim como a qualquer momento poderei pedir anulação da sua participação na pesquisa sem sofrer nenhuma penalidade ou custo.

Nome completo de participante: _____

Assinatura de participante: _____

Assinatura do Responsável: _____

Pesquisador: Alison Barbosa de Souza

Assinatura do pesquisador: _____

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2018.

Título da Pesquisa: A Biblioteca Pública do Centro Cultural Vila Fátima: funções sociais e percepções do cidadão-usuário.

PESQUISADOR: Alison Barbosa de Souza

email: alisonbarbosa@gmail.com - Telefone: 31-99531-1373

ORIENTADOR: Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira

email: fabrisilveira@gmail.com - Telefone: 31-3409-6116